

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO - BACHARELADO**

BRUNA CARDOSO SOARES DA SILVA

**JORNALISMO REGIONAL NA PANDEMIA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DO
“PASSAPORTE VACINAL” EM MATO GROSSO NOS JORNAIS ONLINE
FOLHAMAX E MIDIANEWS**

CUIABÁ-MT

2024

BRUNA CARDOSO SOARES DA SILVA

**JORNALISMO REGIONAL NA PANDEMIA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DO
“PASSAPORTE VACINAL” EM MATO GROSSO NOS JORNAIS ONLINE
FOLHAMAX E MIDIANEWS**

Trabalho de Conclusão de Curso Monografia apresentada a Coordenação do Curso de Graduação em Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Comunicação, Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bernardo de Araújo

CUIABÁ -MT

2024

BRUNA CARDOSO SOARES DA SILVA

**JORNALISMO REGIONAL NA PANDEMIA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DO
“PASSAPORTE VACINAL” EM MATO GROSSO NOS JORNAIS ONLINE
FOLHAMAX E MIDIANEWS**

Trabalho de Conclusão de Curso Monografia apresentada a Coordenação do Curso de Graduação em Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Comunicação, Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bernardo de Araújo

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Bernardo de Araújo (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Mirian Barreto Lellis

Prof. Dr. Thiago Cury Luiz

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a todos que me acompanharam ao longo da graduação, principalmente em momentos delicados. As amizades que construí dentro dos muros da Universidade levarei comigo. A faculdade fez parte de anos decisivos em minha vida, me transformando no que sou e estou muito grata por vencer essa etapa.

Tudo só foi possível graças a esforços de meus familiares de diversas gerações, mas principalmente a minha mãe, Rosangela Cardoso, que sempre esteve ao meu lado e me incentivou nos estudos. A minha graduação também é uma vitória dela.

Também gostaria de lembrar que Ronan, meu namorado, contribuiu muito para que eu me formasse, tudo só foi possível com o apoio dele.

Além de amigos, a universidade me fez conhecer ótimos professores que me ajudaram e me incentivaram na pesquisa científica, com dedicação especial ao meu orientador, Professor Doutor Bruno Araújo.

Mas este trabalho aqui não foi construído apenas com o apoio de pessoas, e por isso, quero agradecer aos meus cachorros, Joe, Luke, Amora e Xuxu por estarem sempre comigo enquanto faço trabalhos em casa, graças a eles eu nunca estive desacompanhada nas madrugadas afora escrevendo, inclusive neste momento.

RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura dos jornais digitais de Mato Grosso *FolhaMax* e *MidiaNews* acerca da implementação do Passaporte vacinal para conter os avanços da Covid-19 no estado. Buscamos entender como o assunto foi tratado e quais foram as vozes mais ouvidas pela mídia. O trabalho pretende responder a duas questões de pesquisa: (i) de que forma os jornais informaram a população em relação ao passaporte de vacinação em Mato Grosso; e (ii) que tipo de debate os jornais *FolhaMax* e *MidiaNews* promoveram sobre o tema a partir das escolhas editoriais que fizeram ao longo da cobertura. Para responder às questões da pesquisa, analisamos os dois jornais nos períodos de janeiro de 2021 a dezembro de 2022, momento em que o passaporte vacinal foi discutido por políticos e replicado nas mídias de Mato Grosso. Neste período, colhemos 181 conteúdos jornalísticos relacionados ao passaporte vacinal, sendo 104 no *FolhaMax* e 77 no *MidiaNews*. Para analisar todo o material, recorremos à Análise de Conteúdo, para identificarmos o conteúdo subjacente no texto, os temas e as vozes presentes na cobertura. Como resultado, constatamos que os jornais deram mais vozes aos políticos e discutiram pouco a importância da medida para conter os avanços do vírus no estado.

Palavras-chave: Covid-19; passaporte vacinal; jornalismo regional; *FolhaMax*; *MidiaNews*.

ABSTRACT

This work analyzes the coverage of Mato Grosso's digital newspapers *FolhaMax* and *MidiaNews* regarding the implementation of the Vaccination Passport to contain the advances of Covid-19 in the state. We sought to understand how the matter was handled and which voices were most heard by the media. The work aims to answer two research questions: (i) how newspapers informed the population regarding the vaccination passport in Mato Grosso; and (ii) what type of debate the newspapers *FolhaMax* and *MidiaNews* promoted on the topic based on the editorial choices they made throughout their coverage. To answer the research questions, we analyzed the two newspapers from January 2021 to December 2022, a time when the vaccine passport was discussed by politicians and replicated in the media in Mato Grosso. During this period, we collected 181 journalistic content related to the vaccination passport, 104 of which were on *FolhaMax* and 77 on *MidiaNews*. To analyze all the material, we used Content Analysis to identify the underlying content in the text, the themes and voices present in the coverage. As a result, we found that the newspapers gave more voices to politicians and little discussed the importance of the measure to contain the spread of the virus in the state.

Keywords: Covid-19; vaccination passport;; *FolhaMax*; *MidiaNews*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Print matéria <i>FolhaMax</i>	57
Figura 2 - Print matéria na Prefeitura de Rondonópolis	57
Figura 3 - Print do release no <i>MidiaNews</i>	57
Figura 4 - Print da matéria no site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso	57
Figura 5 – Nuvem de palavras dos títulos de matérias do tema “Projeto de lei”, no <i>FolhaMax</i> e <i>MidiaNews</i>	60
Figura 6 – Print matéria do <i>FolhaMax</i>	66
Figura 7 – Print matéria do <i>MidiaNews</i>	66
Figura 8 – Print matéria do <i>FolhaMax</i>	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gêneros Jornalísticos da Cobertura	52
Gráfico 2 – Principais editoriais nos dois jornais	53
Gráfico 3 – Assinaturas das matérias colhidas	55
Gráfico 4 – Principais Temas da cobertura do passaporte vacinal em MT no <i>FolhaMax</i>	59
Gráfico 5 – Principais Temas da cobertura do passaporte vacinal em MT no <i>MidiaNews</i>	59
Gráfico 6 – Tamanho dos textos encontrados nos jornais	62
Gráfico 7 – Classificação das Fontes no <i>FolhaMax</i>	63
Gráfico 8 – Classificação das fontes <i>MidiaNews</i>	64
Gráfico 9 – Identificação do ator social de destaque	68
Gráfico 10 – Posicionamentos das principais fontes das matérias	71
Gráfico 11 – Contraponto nas matérias	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL: PASSAPORTE VACINAL E POLITIZAÇÃO	15
2.1 O passaporte vacinal em Mato Grosso	23
3 COMUNICAÇÃO E A COBERTURA DE SAÚDE	29
3.1 Jornalismo e comunicação de saúde	32
3.2 Jornalismo e debate público sobre uma pandemia politizada	37
3.3 Particularidades do jornalismo em contexto regional	39
4 METODOLOGIA	45
4.1 Corpus e desenho da análise	46
5 A COBERTURA DO PASSAPORTE VACINAL EM MATO GROSSO NOS JORNAIS FOLHAMAX E MIDIANEWS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	51
5.1 Aspectos formais e editoriais	51
5.2 Análise de discursos e vozes	63
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar como os jornais online *FolhaMax* e *MidiaNews* cobriram o debate público sobre o uso e a implementação do passaporte vacinal em Mato Grosso. Buscamos entender como o assunto, que mobilizou forças políticas do Estado foi tratado pelos jornais, que vozes e discursos foram privilegiados em torno de uma questão que, da forma como foi inserida na agenda política, representa bem o processo de politização que sofreu a pandemia de Covid-19 no Brasil.

A pandemia teve início em Wuhan, na China, em 2019, por circunstâncias ainda desconhecidas. O vírus, com alto potencial de infecção, chegou ao Brasil em inícios de 2020. Logo no começo da crise, não havia vacinação ou meios tão eficazes quanto para proteger a população do agente viral. Restava a adoção de medidas de biossegurança e o distanciamento social. Como tal, foram criadas várias medidas de contenção, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tais como: (i) o uso de máscaras para acessar locais com pouca circulação de ar; (ii) higienização das mãos com água e sabão ou com o álcool em gel 70°; (iii) manutenção do distanciamento social de o mínimo de um metro; (iv) monitoramento dos sintomas por 14 dias após exposição ao vírus, entre outras¹. As recomendações da OMS foram acatadas prontamente pelos representantes da maior parte dos países, exceto no caso de países governados por políticos iliberais², tais como Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), no Brasil, ou Donald Trump (Partido Republicano), dos Estados Unidos, que agiram para desautorizar a OMS, cientistas e sanitaristas e para desencorajar a adoção de medidas de enfrentamento da crise.

No período mais crítico da pandemia no Brasil, em 2021, quando o país encerrou o ano com 412.880 mortes (CNN, 2022)³, os estados e municípios passaram a declarar *lockdown* por conta própria, já que o presidente da República não só era contra a medida como causou, em diversas situações, aglomerações de pessoas em eventos públicos. Prefeitos e governadores, no

¹Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/#:~:text=Lave%20as%20m%C3%A3os%20com%20C3%A1%20gua,que%20esteja%20tossindo%20ou%20espirrando>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

² Político iliberal é um tipo de terminologia utilizada em parte da literatura atual sobre populismos e extremismos para conceituar lideranças que governam países pelo mundo, como Jair Bolsonaro, Vladimir Putin, Viktor Órban, Donald Trump e outros (VASCONCELOS, 2021; LUZ, 2021). Uma pesquisa do The New York Times revela que nos países em que os políticos são considerados iliberais tiveram um menor desempenho no combate a Covid-19. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/02/briefing/coronavirus-populist-leaders.html?searchResultPosition=99>. Acesso em 18 de abril de 2024.

³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-encerra-2021-com-412-880-mortes-por-covid-19/>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

entanto, decretaram medidas de contenção, como o uso de máscaras, o distanciamento social e, em alguns casos, a necessidade de comprovação de vacinação para acesso a determinados espaços públicos. Segundo o Correio Braziliense⁴, Bolsonaro criticou o *lockdown* com a justificativa de que a medida impedia o direito de ir e vir dos brasileiros, discurso que foi reproduzido por seus apoiadores em todo o país.

No período de *lockdown*, era permitido apenas o funcionamento dos serviços essenciais, como farmácias, postos de saúde, hospitais, segurança pública e outros trabalhos indispensáveis. Após os cientistas encontrarem uma vacina eficaz contra o vírus, iniciou-se uma corrida à compra do medicamento depois de longos meses de distanciamento social. Com a vacina já sendo aplicada na população, alguns países europeus como a Grécia, Espanha e o Reino Unido passaram a adotar o uso do chamado passaporte vacinal nos aeroportos. Isso permitiria a volta mais segura da circulação de turistas e fomentaria a economia local, afetada pela crise⁵. No Brasil, a implementação do passaporte vacinal demorou alguns meses até chegar aos aeroportos e posteriormente ser implementada nos municípios.

Quando isso ocorreu, no entanto, o assunto sobre a exigência do documento passou a ganhar destaque na mídia após os estados do Amazonas, Espírito Santo, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul adotarem medidas para convencer a população a aderirem a vacinação (CNN Brasil, 2021)⁶. Como não houve uma coordenação federal sobre as medidas de enfrentamento da Covid-19, com o governo central agindo na contramão dos sanitaristas, a exigência do passaporte vacinal ficou a cargo de cada município ou estado. Essa prerrogativa teve de ser garantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) já que a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) prevê autonomia dos entes federativos, ao contrário do que entendia Bolsonaro, que, diante da decisão, acusou o STF de impedi-lo de governar.

Assim como em outros temas envolvendo a pandemia no Brasil, houve uma intensa politização da crise, sobretudo da parte do presidente da República e de seus apoiadores. Na discussão sobre o passaporte vacinal não foi diferente. Desse modo, em alguns estados e municípios brasileiros, foram criados projetos de lei e decretos para regulamentar o passaporte vacinal, estabelecendo as regras para a cobrança de acordo com o que sanitaristas de referência defendiam. Em outros lugares do país, políticos locais se apressaram para votar normas que

⁴Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4922951-em-nova-ameaca-bolsonaro-diz-que-decreto-contralockdown-esta-pronto.html>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

⁵Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/04/28/entenda-o-que-e-passaporte-covid-e-por-que-brasileiros-podem-ser-barrados-do-turismo-mundial.ghtml>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

⁶Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/cinco-estados-brasileiros-ja-adotam-o-passaporte-da-vacina/>. Acesso em 27 de julho de 2023.

proibiriam a cobrança de um passaporte vacinal. Os estados onde Bolsonaro tinha maior apoio foram justamente aqueles que votaram leis para proibir o passaporte. Como argumentava o ex-presidente, o passaporte feriria a liberdade das pessoas, o mesmo argumento adotado por políticos de Estados como Mato Grosso, Paraná, Goiás e outros⁷, onde o então presidente tinha amplo apoio popular e a proibição foi adotada.

Durante todo o andamento da Covid-19 no Brasil, os jornais de todos os segmentos passaram a noticiar sobre a pandemia devido ao grande interesse da população em se informar sobre uma doença que, até então, era completamente desconhecida. Apesar de alguns jornais informarem sobre a pandemia, outros meios de comunicação desinformam e não tiveram compromisso com a informação de qualidade durante a pandemia, como era o caso da Jovem Pan, cuja cobertura foi estudada por Chagas e Cruz (2021), vamos discutir mais sobre o assunto abaixo. O jornalismo ajudou a difundir as orientações passadas por pesquisadores e cientistas à população de maneira rápida, informando sobre os avanços da doença, bem como sobre a corrida dos melhores centros de pesquisa em busca de uma vacina. Os esforços dos jornalistas para informar a população foram essenciais para que mais pessoas conhecessem formas de se proteger. Praticou-se comunicação sobre saúde, o que contribuiu com a ciência e a saúde pública, como explicam Rocha e Rodrigues (2021, p. 2):

Jornalistas no mundo inteiro se mobilizaram para levar informações à sociedade, precisando, muitas vezes, reforçar a credibilidade da ciência, esta que foi inúmeras vezes desacreditada. Dessa forma, provaram que o discurso jornalístico pode contribuir para a compreensão dos cidadãos sobre as questões relacionadas não somente ao novo coronavírus como também outras pautas de interesse público, e incentivar o envolvimento da população na adoção de medidas de combate.

De acordo com Schiavo (2014), a comunicação de saúde, também praticada por jornalistas, ajuda e encoraja as pessoas a adotarem comportamentos saudáveis e a melhorarem a saúde pública de uma comunidade. A autora alerta, no entanto, que há quatro atitudes que os jornalistas não deveriam ter quando estão comunicando sobre saúde: (i) trabalhar sozinho sem o apoio de instituições de saúde ou especialistas capacitados; (ii) substituir a falta de hospitais locais e substituir os atendimentos ofertados pelos hospitais públicos ou do setor privado; (iii) compensar a ausência de um tratamento médico ou de um diagnóstico preventivo; e (vi) ter o mesmo discurso em abordagens diversas. Como se nota, a comunicação jornalística sobre uma crise de saúde é relevante e de enorme interesse público, mas é necessária a adoção de cuidados

⁷Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/passaporte-da-vacina-avanca-com-resistencia-veja-qual-e-a-situacao-nos-estados/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

editoriais que garantam a qualidade da cobertura, como a aposta na perspectiva de especialistas, de sanitaristas e cientistas.

Assim é que surge a ideia de desenvolver este Trabalho de Conclusão de Curso, para entender como o jornalismo local de Mato Grosso lidou com a crise, a partir de um de seus tópicos mais polêmicos e polarizados por grupos ligados sobretudo à direita bolsonarista: a discussão em torno do passaporte da vacina como medida de segurança coletiva. Certamente, tudo o que envolvia a pandemia, com destaque para as medidas de contenção decretadas por prefeitos e pelo governador de Mato Grosso só chegava à população, principalmente, por meio da imprensa. Por consequência, o papel do jornalismo mato-grossense, assim como ao nível nacional, mostrou-se mais do que necessário, pois eram os portais de notícias que informavam a população acerca dos decretos de contenção durante os momentos mais críticos da Covid-19. Uma evidência desse papel do jornalismo é que, durante, durante a crise, a demanda da sociedade por informações e atualizações do coronavírus aumentou, como se pode constatar no incremento das audiências⁸.

Mas no âmbito da discussão sobre o passaporte da vacina, como os jornais atuaram? Que tipo de comunicação de saúde eles promoveram? Partindo desses questionamentos, o presente trabalho busca analisar como os jornais online *FolhaMax* e *MidiaNews*, ambos com sede em Cuiabá, informaram a população sobre o tema “passaporte vacinal” em Mato Grosso. Os sites foram escolhidos por serem dos mais acessados de Mato Grosso. Segundo dados de pesquisa do Instituto Percent, em 2023⁹, os jornais aparecem entre os oito jornais mais acessados. A pesquisa foi feita em Cuiabá e entrevistou 1.200 pessoas. Além disso, os perfis dos sites no Instagram acumulam 27,7 mil seguidores do *FolhaMax* e 137 mil seguidores no *MidiaNews*, o que mostra uma presença digital relevante também nas plataformas.

O trabalho pretende responder a duas questões de pesquisa: (i) de que forma os jornais informaram a população em relação ao passaporte de vacinação em Mato Grosso; e (ii) que tipo de debate os jornais *FolhaMax* e *MidiaNews* promoveram sobre o tema a partir das escolhas editoriais que fizeram ao longo da cobertura. Para a coleta do *corpus*, foram feitas buscas por palavras-chave na barra de pesquisa dos sites dos jornais, a partir da qual selecionamos todos os conteúdos jornalísticos que abordavam o tema do passaporte vacinal. Em termos

⁸Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Blog/Consumo-de-midia-durante-a-pandemia-de-coronavirus-no-Brasi>. Acesso em 03 de novembro de 2023.

⁹Disponível em: <https://www.olharmt.com.br/noticia/3118/pesquisa-aponta-quais-os-sites-de-noticias-mais-acessados-em-cuiaba-em-2023>. Acesso em 01 de abril de 2024.

metodológicos, adotaremos uma análise de conteúdo, seguindo os termos de Bardin (2009) e Herscovitz (2007), para estudar os materiais coletados.

Nossos objetivos são os seguintes: (i) entender como o assunto foi abordado pelos jornais *FolhaMax* e *MidiaNews* em Mato Grosso; (ii) apontar quais fontes e vozes foram as mais ouvidas pelas mídias analisadas; e (iii) identificar os posicionamentos projetados por cada jornal diante da implementação do passaporte vacinal em Mato Grosso.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O Capítulo 1 trata da introdução do trabalho. No Capítulo 2, apresentamos uma contextualização do momento da crise, com foco na politização em torno da Covid-19 no Brasil e ênfase na discussão sobre vacinação, marcada pela negação à ciência por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores. É neste capítulo que contextualizamos a discussão em Mato Grosso sobre o passaporte vacinal, nosso principal tópico no trabalho. Nesse capítulo, também discutimos a CPI da pandemia e as denúncias atribuídas a Bolsonaro no contexto da crise como questões relevantes de contexto. Já no Capítulo 3, nosso foco é no papel do jornalismo na cobertura de saúde e na promoção de debates públicos, considerando as limitações do contexto regional. No Capítulo 4, apresentamos a metodologia adotada para conduzir o estudo empírico, desde a coleta até a discussão dos dados usados para alcançar os resultados da pesquisa. No Capítulo 5, fizemos as análises e discutimos os dados principais do estudo do corpus. E por fim, são apresentadas as considerações finais da monografia.

2 A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL: PASSAPORTE VACINAL E POLITIZAÇÃO

Neste capítulo, reconstruímos uma contextualização da crise da Covid-19 no Brasil, com especial ênfase no modo como a aversão à vacinação se propagou e foi estimulada entre certos grupos políticos, incluindo o próprio presidente da República, com efeitos diretos na população. Além disso, descreveremos as ações em torno do passaporte vacinal no contexto de Mato Grosso, para delimitar os contornos da análise.

No momento em que os primeiros casos de Covid-19 foram registrados no Brasil, em 2020, o cargo mais alto do Poder Executivo estava sendo ocupado pelo então presidente Jair Bolsonaro. Com o avanço do vírus em todo o mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou como pandemia a Covid-19 no dia 31 de março de 2020 e fez orientações aos representantes dos países sobre as medidas para conter os avanços da doença. Porém, Bolsonaro e seus apoiadores não acataram as orientações dos especialistas e decidiram adotar um posicionamento de negação “com discursos que simplificaram a abordagem pública da doença, além de terem produzido ataques frequentes a especialistas, com tentativas de desacreditar o trabalho da ciência” (Araújo; Silva, 2023, p. 108).

Enquanto os governantes estavam preocupados com o avanço da doença, o posicionamento do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi acompanhado por Bolsonaro, e os dois passaram a defender o uso do medicamento para malária, hidroxicloroquina, como tratamento para a doença, mesmo não tendo estudos científicos que comprovassem a sua eficácia para tratar o vírus. Bolsonaro também propagou a indicação de outros remédios, conhecido como “kit covid”, alegando, de modo infundado, que haveria um tratamento precoce. Araújo e Silva (2023, p. 111-112) explicam:

O chamado “kit-covid”, composto por medicamentos cuja eficácia jamais se comprovou, como hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina, foi largamente difundido por Bolsonaro, inclusive quando ele próprio se infectou, e estimulado até por médicos, como a oncologista Nise Yamaguchi, cujas prescrições contavam com aval do Ministério da Saúde.

O Brasil passou a ser visto como um país governado por um negacionista, assim como os Estados Unidos e a Rússia (Araújo; Silva, 2023). Visto que o presidente agiu para desmoralizar especialistas e também desmotivar a adesão à vacinação da população. Em um

pronunciamento na televisão, Bolsonaro comparou o vírus com uma “gripezinha”¹⁰, mesmo o país já registrando 47 mortes naquele dia.

A partir do momento em os cientistas buscavam um tratamento eficaz contra a Covid-19 através da produção de uma vacina, Bolsonaro iniciou inúmeros ataques às instituições científicas e afirmou que não iria tomar a vacina. Em dezembro de 2020, o portal de notícias G1 publicou uma notícia em que o presidente chama de “idiota” as pessoas que o veem como mau exemplo, por ele não se imunizar e apoiar a não obrigatoriedade da vacina¹¹. Athias e Garzon (2023, p. 86) explicam que:

Esse comportamento irresponsável e incompatível não possui qualquer embasamento científico ou jurídico, no entanto, no campo social foi o suficiente para criar um cenário de instabilidade, originando uma divisão entre a população; de um lado os denominados negacionistas (anti vacina) e de outro os que são a favor da vacina.

Bolsonaro não se limitou apenas aos meios virtuais, pois além de incentivar o negacionismo entre os apoiadores a distância, o presidente também promoveu inúmeras passeatas em diversas cidades do país durante momentos críticos da crise sem os devidos cuidados (Araújo; Silva, 2023). Os meios eficazes de contenção também foram prejudicados entre os apoiadores de Bolsonaro, tanto que o grupo abandonou o uso de máscaras em aglomerações, locais fechados e nas próprias passeatas¹². Devido ao não uso da máscara, Bolsonaro acumulou R\$ 913 mil em multas por não usar máscaras em São Paulo.¹³ Em um trecho da matéria da CNN, é explicado que “as multas foram aplicadas durante visitas do então presidente ao estado nas quais ele desrespeitou o uso obrigatório de máscara em espaços públicos durante o auge da pandemia de Covid-19, quando João Dória era governador”. (CNN Brasil, 2023).

Por outro lado, um dos maiores desafios enfrentados nesta pandemia, além da mortalidade do vírus aumentada pelo negacionismo, foram as *fakes news* relacionadas à doença e à vacinação, tanto que a OMS afirmou que vivíamos uma infodemia¹⁴. As notícias falsas

¹⁰Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

¹¹Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/17/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-e-chama-de-idiota-quem-o-ve-como-mau-exemplo-por-nao-se-imunizar-eu-ja-tive-o-virus.ghtml>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

¹²Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-e-apoiadores-abandonam-mascara-e-df-ignora-decreto-ao-nao-aplicar-multa.shtml>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

¹³Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-deposita-em-juizo-r-913-mil-de-multas-por-nao-usar-mascara-na-pandemia/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

¹⁴ A infodemia é um grande fluxo de mensagens que se espalham pela internet sobre um assunto específico, como no caso analisado Covid-19. A infomedida iniciou com a criação da internet e em 2019 o diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou que as notícias falsas sobre a pandemia eram uma infodemia (Araújo; Silva, 2023).

deixaram muitas pessoas desinformadas em um momento em que a informação poderia salvar vidas. Para entendermos melhor sobre a definição de desinformação, Recuero e Soares (2021, p. 6) explicam que:

O que diferenciaria a desinformação é sua intencionalidade, ou seja, a desinformação é uma informação falsa propositalmente fabricada ou manipulada para enganar um grande público, para causar dano a algo ou alguém e, portanto, não compreenderia, por exemplo, piadas ou sarcasmo.

As ações contra a ampla vacinação da população estiveram interligadas à política desde o início, a partir do momento em que Bolsonaro passou a dividir a população de pessoas de bem e do mal. A desinformação passou a ser amplamente divulgada, como explicam Recuero e Soares (2021, p. 25), em estudo sobre a circulação de desinformação sobre Covid-19 nas redes, onde “em geral, identificamos que a disputa discursiva no caso analisado se deu principalmente entre usuários que produziram desinformação, ancorados nas declarações de Bolsonaro e apresentando apoio ao político”.

Inicialmente, devemos entender que a criação da vacina é algo milenar. Segundo o Instituto Butantan¹⁵, os primeiros indícios da criação de uma vacina foram na China, no século X, para combater a varíola, que naquele tempo era extremamente mortal. Porém, só em 1796, Edward Jenner chegou mais próximo do imunizante que conhecemos hoje e, no Brasil, o imunizante foi introduzido em 1859 por intermédio do Marquês de Barbacena. Em 1973, foi criado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), um importante marco na saúde pública nacional, que teve um enorme êxito no controle e na erradicação de doenças infecciosas. Por meio do PNI e de uma ampla divulgação dos imunizantes disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil conquistou o grande feito de erradicar a poliomielite em 1989¹⁶. As vacinas fornecidas pelo SUS de forma gratuita passaram a fazer parte de políticas públicas permanentes e de campanhas de sensibilização que garantiram a forte adesão da população e, como consequência, o controle de doenças mortais como sarampo, hepatite, rubéola, tétano, entre outras doenças. Um dos maiores programas de vacinação do mundo, o PNI disponibiliza gratuitamente 45 imunobiológicos para diferentes faixas etárias”, (Instituto Butantan, 2021).

Assim, podemos entender que a relação dos brasileiros com os imunizantes é de aceitação e adesão. Isso foi assim até o início da crise da Covid-19, quando Jair Bolsonaro

¹⁵Disponível em:<https://butantan.gov.br/noticias/imunizacao-uma-descoberta-da-ciencia-que-vem-salvando-vidas-desde-o-seculo-xviii>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

¹⁶Disponível em:<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/ha-34-anos-ultimo-caso-de-poliomielite-foi-registrado-no-brasil#:~:text=H%C3%A1%2034%20anos%2C%20em%2019,certifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20elimina%C3%A7%C3%A3o%20da%20doen%C3%A7a>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

iniciou uma onda de contestação a medidas de biossegurança, a que já fizemos referência na Introdução, entre elas a própria vacina, promovendo uma intensa politização da crise. Em função disso, atualmente o país enfrenta uma queda significativa dos índices de vacinação (Recuero *et al.*, 2022).

Os sinais da queda nos números de vacinação já eram perceptíveis em crianças em 2015, como explicam Recuero, Volcan e Jorge (2022). Porém, no contexto da pandemia os números tiveram uma queda ainda maior e como motivos para o movimento anti-vacina os autores apontam que com a erradicação de algumas doenças as pessoas pararam de ter medo, teorias conspiratórias, religião, desinformação e notícias falsas. Mas, não foram só as crianças as afetadas com a falta de vacinação. Apesar de os últimos casos de sarampo terem sido notificados no ano de 2000, Pereira, Braga e Costa (2019) explicam que em 2018 foram notificados 10 mil casos da doença no Amazonas, sendo que destes, 19% foram confirmados e, 8,6% descartados. Porém, o que chama a atenção é que dos casos que estavam em investigação, mais da metade são do sexo masculino com idades entre 15 a 29 anos. A falta de adesão das crianças a vacinação é reflexo das decisões dos pais, mas apesar de a decisão de vacinar ou não vacinar os filhos serem individuais, os dados mostram que a decisão individual tomada pelos pais pode prejudicar o coletivo com a volta da circulação de um vírus (Recuero *et al.*, 2022, p. 862).

[...] as sociedades divididas por movimentos antivacinação sofrem com o aumento da hesitação vacinal e o atraso no gerenciamento de situações de pandemia. Além disso, tais discursos se espalham pela sociedade, afetando não apenas campanhas específicas de vacinação, mas toda a cultura vacinal de uma comunidade, o que pode acabar resultando no retorno de outras doenças vacináveis [...].

Em uma escala mais ampla, a vacinação infantil da tríplice viral no Brasil teve uma sequência de quedas nos anos anteriores. A cobertura do imunizante variou entre 92,3% (2015) a 54,4% (2021) referente às análises dos anos de 2015, 2017, 2018, 2020 e 2021. Já o abandono no meio do esquema vacinal, que constitui em duas doses, também se manteve alta ao longo de 2014 a 2021, com as taxas variando entre 22,2% e 37,4% (Moura *et al.*, 2023). Os dados mostram uma grande queda no número da adesão à vacinação infantil, com números alarmantes. Em seis anos, a queda foi quase a metade comparada com o início. Por outro lado, a queda na adesão das campanhas de vacinação infantil é uma tendência no mundo todo. Moura *et al.* (2023, p. 14) conta que:

O impacto da pandemia de covid-19 contribuiu para uma redução de 84% na cobertura global da primeira dose da vacina tríplice viral [...] Altas taxas de abandono se repetem, em nível global: em 2017, 6,2 milhões (31%) de crianças iniciaram mas não completaram o esquema da vacina DTP [tríplice bacteriana].

Apesar de o movimento anti-vacina ter se iniciado antes da política de Bolsonaro, ela se mostrou mais forte durante o período da pandemia. A divisão entre os favoráveis e os contras aos imunizantes, em parte, tem um viés político, como explicam Recuero *et al.* (2022). Os autores observaram em uma pesquisa nas redes sociais que a população contra a vacinação estava resistindo à adesão ao imunizante para afirmar a posição política por meio de apoio ao presidente Bolsonaro. A partir disso, podemos identificar que o fortalecimento de parte do movimento antivacina está relacionado à extrema-direita política.

O forte contexto de polarização política no combate à pandemia, principalmente em torno do presidente Jair Bolsonaro e com evidente envolvimento de agentes políticos, parece reduzir todo o debate sobre a vacinação infantil. [...] Essa redução do debate evidencia, ainda, a aproximação de grupos ideologicamente alinhados com a extrema direita internacional, com a importação de argumentos e de teorias de conspiração antigas relacionadas a outras campanhas de vacinação, como a da poliomielite e a do sarampo (Recuero *et al.*, 2022, p.878).

Durante a pandemia, Bolsonaro agiu, de fato, como negacionista atacando instituições de saúde e a imprensa por divulgar dados sobre a pandemia (Araújo; Silva, 2022). O discurso do então presidente foi acompanhado por parte importante dos seus eleitores e por políticos identificados com eles, os quais, por meio das plataformas de mídia social, disseminaram diversos conteúdos fraudulentos sobre a vacina. Para conseguir convencer seus eleitores, Bolsonaro passou, além de propagar informações falsas sobre a origem dos imunizantes, a falar sobre os efeitos colaterais que a vacina poderia causar. Em um dos episódios mais marcantes, o ex-presidente comentou que não se responsabilizava, caso a pessoa que tomasse a vacina se transformasse em um jacaré¹⁷.

Recuero e Soares (2022) identificaram que políticos populistas como Bolsonaro usaram das redes sociais para propagar desinformação com o discurso de não acreditarem na mídia tradicional. Por esse motivo ele se fazia tão presente nas redes sociais, principalmente no antigo *Twitter*, agora *X*. A estratégia mais comum foi a da desconstrução e construção. Nesta estratégia, Recuero e Soares (2022) argumentam que o primeiro passo é desconstruir algo, como, no caso, a confiança do brasileiro na vacina, para depois construir outra narrativa, assentada na desconfiança na ciência e no imunizante. Assim, os autores descobriram que os políticos e celebridades tiveram um papel importante na disseminação de conteúdos falsos.

Os políticos foram identificados como essenciais para a disseminação de desinformação no Facebook, enquanto a mídia hiperpartidária foi a categoria mais

¹⁷Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce- virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>. Acesso em 28 de dezembro de 2023.

central no Twitter. Isso destaca o discurso politicamente orientado em torno das vacinas e o apoio de ideologias de extrema-direita na promoção da desinformação no Brasil. Embora as celebridades fossem menos centrais em termos do número de tweets e postagens, ainda eram relevantes na disseminação de desinformação com base no número de retweets e compartilhamentos recebidos (Recuero; Soares, 2022, p. 90).

Um dos discursos mais utilizados durante toda a pandemia de Covid-19 por políticos populistas foi a criação da desconfiança por meio da xenofobia com a China. Logo que o laboratório chinês Sinovac anunciou a produção do imunizante CoronaVac, em parceria com o Instituto Butantan, Bolsonaro e os próprios filhos passaram a atacar a China os culpando pelo vírus. Em um dos ataques, Bolsonaro declara que não iria adquirir o imunizante por não passar confiança pela origem ser chinesa. Ele também cita que a vacina daria diversas anomalias nas pessoas que as tomassem ¹⁸.

O jornal *El País* explica que a estratégia também foi muito usada por Donald Trump e copiada pela família Bolsonaro, que causou ao Brasil uma crise diplomática com um dos maiores parceiros comerciais do país, a China. A ânsia por desacreditar o imunizante e culpar a China pela pandemia fez com que o Brasil enfrentasse uma crise diplomática com o maior fornecedor de insumos para a produção da vacina em meio a fase mais crítica da pandemia. O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, contou em coletiva de imprensa que os ataques ao governo da China causaram atrasos e redução nas entregas dos Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) para a produção da vacina, fazendo com que a produção dos imunizantes reduzisse o volume de produção¹⁹.

Recuero e Soares (2022) concluem que a estratégia de construção e desconstrução de uma narrativa está imersa na emoção da população e políticos populistas usam deste conceito para conseguir atingir seus objetivos. Como vimos no parágrafo anterior, “líderes populistas estão usando a desinformação para apoiar seus discursos, frequentemente empregando o populismo para reforçar um contexto de "nós" versus "eles". Isso foi evidente na oposição a figuras como Bolsonaro e a China Comunista [*tradução nossa*] (Recuero; Soares, 2022, p. 92.)”.

Araújo e Silva (2023, p. 109) explicam que Bolsonaro e aliados agiram para depreciar e desconstruir outros grupos, ou a própria vacina.

¹⁸Disponível em:<https://oglobo.globo.com/politica/veja-10-vezes-em-que-bolsonaro-criticou-coronavac-24843568>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

¹⁹Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/butantan-afirma-que-ataques-de-governo-bolsonaro-a-china-ja-atrapalham-vacinacao.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

O governo foi bastante hesitante na tomada de iniciativas, criou falsas polêmicas, além de ter recusado ofertas de vacinas ao Brasil, que poderiam ter diminuído as mortes no país, num momento de escassez mundial de imunizantes.

O presidente não se limitou apenas a disseminar inverdades sobre o tratamento da Covid-19, ele também agiu com negligência e atrasou de propósito, junto ao ex-ministro do Ministério da Saúde (MS), então deputado federal Eduardo Pazuello (Partido Liberal), a compra dos lotes de vacinas contra a doença. As ações do presidente e do Ministério da Saúde resultaram em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, requerida pelo senador Randolfe Rodrigues (sem partido), cujo relatório apontou as ações negacionistas de Bolsonaro.

A atuação negligente do governo federal na aquisição de vacinas apenas reforça as hipóteses levantadas nos capítulos anteriores deste Relatório: optou-se por priorizar a cura via medicamentos, e não vacinação, e expor a população ao vírus, para que fosse atingida mais rapidamente a imunidade de rebanho pela contaminação natural (CPI da pandemia, 2021, p. 197).

O relatório final também mostra as verdadeiras intenções do presidente, isto porque além do Ministério da Saúde, ele também contava com o assessoramento paralelo da médica Nise Yamaguchi, do médico e deputado federal Osmar Terra (Movimento Democrático Brasileiro), do ex-assessor especial da presidência Arthur Weintraub, do empresário Carlos Wizard e do virologista Paolo Zanotto. Todos os do chamado Gabinete Paralelo foram indicados pela CPI pelo crime de epidemia. Este gabinete trabalhava com o objetivo de propagar o vírus para obter a “imunidade de rebanho”, mostrando que o objetivo de Bolsonaro era promover a imunização vertical. Para compreendermos melhor sobre o método de adquirir imunização própria, o relatório final da CPI da pandemia (2021, p. 34) explica que:

Restou evidenciado que houve, por parte do referido grupo, aconselhamento para que fosse atingida a imunidade de rebanho pela contaminação natural no Brasil. A ideia era permitir que o novo coronavírus se propagasse livremente entre a nossa população, fazendo-se, quando muito, um isolamento vertical, a fim de se evitar a contaminação de idosos e pessoas com comorbidades.

Para alcançar o objetivo, o relatório aponta que Bolsonaro agiu descredibilizando as instituições de saúde, especialistas da saúde, resistiu e atrasou as implementações de medidas de contenção, compartilhou informações falsas e atrasou a compra da vacina contra a Covid-19 para a população (CPI da Pandemia, 2021).

Ainda, segundo o relatório da CPI, ao tentar estabelecer a imunidade de rebanho no Brasil, Bolsonaro teria provocado a morte de 127 mil pessoas. O cálculo foi feito em uma

pesquisa em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto Butantan e London School, que usou como base uma campanha de vacinação no Brasil em que foram imunizadas 80 milhões de pessoas em apenas três meses de campanha, em 2010.

O modelo projetou que, na ausência de vacinação, haveria cerca de 350 mil mortes no Brasil até o final de 2021. Se, contudo, o Brasil tivesse iniciado uma campanha de vacinação à taxa máxima, poderia ter evitado cerca de 127 mil mortes. Essa taxa, conforme simulação, é de atingimento de imunização de 70% da população em 9 meses (544 mil pessoas por dia), o que é plenamente factível dada a experiência brasileira em vacinação em massa. (CPI da pandemia, 2021, p. 964).

A mesma pesquisa do grupo (Amaku. *et al.*, 2021) afirma que a aplicação da vacina e de um calendário eficiente de vacinação eram os métodos mais eficientes para controlar a Covid-19, pois, até alcançar a imunidade de rebanho, os números de mortes seriam catastróficos, como mostrou a CPI da pandemia. O trabalho nos permite entender que a eficiência na administração pública pode salvar muitas vidas e que a ciência é a saída mais eficaz.

Concluindo, nosso modelo mostra que o atual atraso nos calendários de vacinação, que se observa em muitos países, têm graves consequências em termos de mortalidade pela doença e deve servir de alerta às autoridades de saúde para acelerarem o processo para que o maior número de pessoas a serem imunizadas seja alcançado no menor espaço de tempo (Amaku. *et al.*, 2021, p.23).

Após todas as análises e provas apresentadas, o relatório final aponta que Jair Bolsonaro cometeu os crimes de prevaricação, charlatanismo, epidemia com resultado morte, infração a medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documentos particulares, crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo) e crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos)²⁰.

Com os falsos discursos que foram amplamente divulgados por autoridades, como o próprio presidente Bolsonaro, a saúde da população ficou em risco. Além da ampla divulgação de Bolsonaro que seguiu os mesmos princípios que Trump, os políticos de cada estado que compartilham dos mesmos ideais bolsonaristas também replicaram os discursos negacionistas, alcançando toda a população brasileira. Com isso, podemos compreender que a população de um estado com maior número de eleitores ficou mais vulneráveis à doença pelos constantes

²⁰Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

bombardeios de desinformação, “infectados” por informação de baixa qualidade, que circula nas poderosas redes de comunicação a serviço do presidente da República, como afirma trecho de matéria do Congresso em Foco²¹. Nos primeiros parágrafos, a matéria afirma que os estados com mais mortes por Covid-19 são os que mais votaram em Bolsonaro nas eleições de 2018 e que os estados com os menores registros de morte são em locais em que Bolsonaro recebeu menos votos. Ainda na mesma matéria do Congresso em Foco, entre os estados com mais mortes, Mato Grosso ocupa o terceiro lugar, atrás apenas de Amazonas e Rondônia.

2.1 O passaporte vacinal em Mato Grosso

Com o discurso, Bolsonaro conseguiu alcançar o objetivo de fazer com que seus eleitores apoiassem as vontades individuais acima das questões de saúde coletiva. Porém, para que a discussão disseminasse e permanecesse presente em estados com muitos eleitores de direita, como Mato Grosso, os políticos locais repercutiram as falas e posicionamentos de Bolsonaro ao longo da pandemia, como a ideia de que qualquer medida restritiva seria um ataque à liberdade de ir e vir. Mato Grosso é conhecido historicamente por votar em políticos de direita desde a redemocratização. Como explica Crepaldi (2023, p. 16).

Em se tratando das votações para presidente da República, os mato-grossenses têm dado sucessivas vitórias a candidatos da direita. Somente em 2002, eleição marcada por uma espécie de consenso em torno da figura de Lula da Silva, é que o PT ganhou a eleição no estado. Depois disso, em todas as eleições, ganhou o candidato das forças de direita.

A partir deste contexto histórico de Mato Grosso, passamos a compreender o estado como um dos locais que mais apoiou as decisões de Bolsonaro durante a pandemia, incluindo a negação ao passaporte vacinal por meio de políticos locais e população do estado. Com uma base política forte no estado, o discurso do presidente foi rapidamente perpetuado e acolhido por camadas dos eleitores e políticos locais adeptos ao bolsonarismo. A aderência da agenda do bolsonarismo em Mato Grosso, mesmo o seu negacionismo na Covid-19, revela o quanto a pandemia foi submetida a uma politização num estado que deu ampla maioria ao então presidente. Neste cenário, os tópicos da crise pandêmica foram amplamente politizados e submetidos à lógica do discurso político por políticos identificados com Bolsonaro. Um dos assuntos mais explorados pelo base bolsonarista após a vacina é o passaporte vacinal ou

²¹Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/estados-bolsonaristas-lideram-mortes-por-covid-19/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

sanitário, que “trata-se de um documento que pode ter a forma física ou eletrônica, caracterizando-se como um comprovante de imunização que visa aumentar a segurança em locais públicos, limitando o acesso aos que estão vacinados” (Athias; Garzon, 2023, p. 84). O passaporte vacinal foi um dos meios adotados por países que queriam voltar à normalidade impondo a obrigatoriedade da vacinação para liberar a circulação de pessoas por locais fechados e frequentar locais com aglomerações em segurança.

Antes de descrever como o assunto foi debatido no Estado, é importante destacarmos que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)²², uma das instituições que produziu e entregou até 2023 cerca de 211 milhões de doses de vacina contra a Covid-19 aos brasileiros, declarou que a exigência do passaporte vacinal seria fundamental. A Fiocruz defendeu a barreira de restrição para incentivar mais pessoas a se vacinarem e também para conter novas cepas que chegam ao país.

É importante destacar que esse tipo de procedimento já está em vigor em empresas, estabelecimentos comerciais e prefeituras, que exigem a apresentação do passaporte da vacina para a participação em eventos ou como condição para o trabalho em ambientes coletivos. Diante disso, mantemos a defesa incondicional do passaporte vacinal, inclusive pela liberdade de todos aqueles que têm enfrentado a Covid-19 com a responsabilidade que ela exige, para que possam voltar às suas atividades laborais e de lazer com segurança (Fiocruz, 2021, p. 12).

Antecipando-se ao primeiro registro do vírus em Mato Grosso, o governador do estado, Mauro Mendes (União Brasil), estabeleceu as primeiras medidas de contenção do novo coronavírus, criando, por meio do Decreto no 407/2020, de 16 de março de 2020, um Gabinete de Situação para avaliar exclusivamente as medidas de enfrentamento à pandemia no estado. O primeiro caso registrado de Covid-19 em Cuiabá²³ foi em 20 de março de 2020 e o primeiro óbito ocorreu em 3 de abril do mesmo ano, em Lucas do Rio Verde, município no interior do estado. O passaporte vacinal só passou a ser discutido em janeiro de 2021, momento em que Mato Grosso se preparava para iniciar a vacinação. Em cada estado e município brasileiro foram criados Decretos Municipais e Projetos de Lei para permitir a implementação da exigência do passaporte vacinal. Em Mato Grosso, enquanto a Assembleia Legislativa do estado (ALMT) discutia sobre a implementação ou não das medidas de controle, os municípios decretaram

²²Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/boletim-covid-19-passaporte-de-vacinas-e-medida-fundamental-de-saude-publica>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

²³Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.cuiaba.mt.gov.br/download.php?id%3D113556&sa=D&source=docs&ust=1694224413205632&usg=AOvVaw2fvLNn4q0LeIWEY0hrGNN0>. Acesso em 03 de novembro de 2023.

medidas de contenção como uso de máscaras, *lockdown*, restrições em locais de grande movimento, incluindo o passaporte vacinal²⁴.

Assim como em todo o Brasil, em Mato Grosso, a obrigatoriedade ou não do passaporte vacinal foi debatido entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. As discussões sobre a vacinação contra a Covid-19 em Mato Grosso tiveram início em dezembro de 2020, mas, só em fevereiro de 2021, o deputado estadual Sílvio Fávero (Partido Social Liberal) apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 47/2021²⁵, em que ele pedia pela não obrigatoriedade da vacina, para assegurar o direito da população pela escolha individual de aderir ou não ao imunizante. Como justificativa do PL, o deputado usou de uma das estratégias dos líderes populistas, qual seja, usar o medo como estratégia para validar o argumento. Em um trecho da justificativa, lemos o seguinte: “A vacinação compulsória nesse caso será um verdadeiro teste em massa na população brasileira, que será exposta a riscos potenciais e irreparáveis” (Fávero, 2020, p). O projeto tramitava com discricção na ALMT e só ganhou visibilidade na mídia após a morte do deputado proponente, que foi vítima da Covid-19 três meses após apresentar a proposta na Casa Legislativa²⁶.

Em sentido diametralmente oposto, o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho, então filiado ao Movimento Democrático Brasileiro e atualmente no União Brasil, apresentou o Projeto de lei nº 3/2021²⁷ para implementar a obrigatoriedade da apresentação do chamado “passaporte da vacina” para acessar locais fechados, circular pela cidade, frequentar escolas, viajar e retirar documentos. O projeto também previa que crianças e adolescentes apresentassem o comprovante para voltar a frequentar as aulas presenciais. Como justificativa, Botelho explicou que a exigência do passaporte aceleraria a vacinação no estado.

Não há mais tempo de se discutir prazos, estudos, planos e campanhas de imunização. É começar o quanto antes a aplicar a vacina, ou as vacinas, desde que autorizadas pela ANVISA, e certificadas suas eficácias, a toda à população. E de maneira universal e imperativa. Não há outra maneira de se debelar esse terrível vírus que nos assola (Projeto de Lei nº 3/2021).

²⁴ Disponível em: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/noticias/comite-aprova-ampliacao-do-horario-do-comercio-noturno-e-obrigatoriedade-da-carteira-de-vacinacao/>. Acesso em 09 de novembro de 2023.

²⁵ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20201211114749152100.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

²⁶ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/deputado-do-mt-autor-de-projeto-contra-vacinacao-obrigatoria-morre-de-covid/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

²⁷ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20210105073147121100.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2023.

Assim como o deputado estadual Sílvio Fávero, a deputada estadual Janaina Riva (Movimento Democrático Brasileiro) também apresentou, em agosto de 2021, o Projeto de Lei nº 780/2021²⁸, que pedia o veto da exigência do passaporte vacinal, e qualquer outro meio para comprovar a vacinação de pessoas para acessar igrejas e estabelecimentos comerciais em Mato Grosso. Como justificativa, a deputada explicou que quer garantir o direito das pessoas que não foram vacinadas por motivos individuais. Em outro trecho da justificativa ela apresenta uma pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada no mês de julho de 2021, revelando que 94% da população pretende se vacinar, no entanto ela diz que:

Conforme a pesquisa divulgada, a grande maioria da população pretende se vacinar, porém, vale ressaltar que o acesso a vacina no Brasil segue a passos lentos e estamos longe de uma cobertura vacinal eficiente, o que nos leva a garantir o direito das pessoas a frequentarem lugares públicos ou privados, independente da sua situação vacinal, uma vez que tal situação não depende apenas da vontade do indivíduo (Projeto de Lei nº 780/2021).

O texto original da deputada foi aprovado em primeira votação na Assembleia Legislativa e durante sessão Janaina defendeu o projeto e citou que o comércio já estava sofrendo muito com as restrições e, além disso, a exigência do passaporte não garante que a população não se contamine com o vírus²⁹. Durante a sua tramitação, o Projeto de Lei sofreu quatro substitutivos por parte de outros parlamentares³⁰.

Durante a sessão de votação do projeto de Janaina Riva, o deputado Eduardo Botelho falou que o projeto é um "negacionismo sem sentido". Porém, após a confusão dos substitutivos no projeto, o deputado que havia defendido a exigência do passaporte vacinal em circulação nas cidades e até em escolas revelou votar no projeto de Riva, justificando que não fazia sentido pedir comprovante de vacinação em igrejas e comércios.³¹

Após o arquivamento do projeto, Janaina deu espaço para o deputado estadual Gilberto Cattani do então Partido Social Liberal e agora do Partido Liberal, apresentar o próprio Projeto de Lei nº 1/2022³², em 05 de janeiro de 2022, em coautoria com os deputados estaduais Delegado Claudinei, Faissal, Janaina Riva e Ulysses Moraes. O projeto tem como proposta

²⁸ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20210827081550124100.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

²⁹ Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/janaina-quer-proibir-passaporte-da-vacina-em-mt-inconstitucional/408828>. Acesso em 05 de setembro de 2023.

³⁰ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20211118165422124100.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

³¹ Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/botelho-critica-alteracoes-em-projeto-e-diz-que-vota-com-janaina/413376>. Acesso em 22 de junho de 2023.

³² Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20220103145518170100.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

vetar a exigência do passaporte vacinal em qualquer estabelecimento público e privado do estado. Assim como os outros projetos, o deputado estadual Gilberto Cattani, cita que defende o direito individual de decidir sobre a vacinação e que “não somos contra a vacina, ou qualquer meio de se imunizar para salvar vidas. Pelo contrário, somos a favor de que cada pessoa tenha sua liberdade de escolher se vacinar ou não, sem que isso se torne uma condicionante para o exercício de outros direitos” (Projeto de Lei nº 1/2022, p. 4). Entretanto, o que diferencia este projeto de outros é a sustentação nas Ações Diretas de Constitucionalidade no 6.586/DF e 6.587/DF, que declara a vacinação compulsória constitucional desde que o Estado não adote medidas invasivas, aflitivas ou coativas.³³

Após trâmites, o projeto do deputado Gilberto Cattani foi votado, aprovado duas vezes na Casa Legislativa e enviado para a sanção do governador Mauro Mendes (União Brasil). Em menos de dois meses da criação da proposta, o projeto foi sancionado e publicado no Diário Oficial de Mato Grosso em 14 de março de 2022³⁴. É importante ressaltar que antes do governador sancionar o veto ao passaporte sanitário, ele declara para a imprensa que “80% dos que estão morrendo são aqueles que não se vacinaram ou tomaram apenas a 1ª dose. Uma boa forma de cometer suicídio é você não se vacinar” (RDNews, 2021)³⁵. Com a nova lei, Mato Grosso passou a proibir a exigência de passaporte sanitário em qualquer local, assim como no Paraná, que também passou pelo processo no mesmo período que Mato Grosso.³⁶

Enquanto o Legislativo decidia sobre o vetar ou não a exigência do passaporte, os prefeitos municipais se adiantaram e adotaram Decretos Municipais para garantir a segurança dos moradores do município. A primeira cidade de Mato Grosso que exigiu o comprovante de vacinação foi Rondonópolis (cidade a 244 km ao sul de Cuiabá). O prefeito do município, José Carlos do Pátio (Partido Socialista Brasileiro), implementou a exigência do comprovante de vacinação em comércios para incentivar a vacinação da população e evitar que mais pessoas ficassem doentes por Covid-19. Porém, as medidas adotadas pela prefeitura não agradaram os comerciantes e por isso a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Rondonópolis entrou com uma ação no Tribunal de Justiça para tentar barrar o decreto, mas o pedido não foi acatado³⁷.

³³Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=457366&tip=UN>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

³⁴Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br:mato.grosso:estadual:lei.ordinaria:2022-03-11:11685>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

³⁵Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/executivo/governador-compara-anti-vacinas-a-terraplanistas-e-diz-que-e-suicidio/153425>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

³⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/04/20/ratinho-junior-sanciona-lei-que-proibe-exigencia-do-passaporte-da-vacina-contr-a-covid-19-no-parana.ghtml>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

³⁷Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/08/31/juiz-nega-pedido-da-cdl-para-suspender-passaporte-da-vacina-no-comercio-de-rondonopolis-mt.ghtml>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

Com as medidas adotadas, o município levou o prêmio do Governo estadual da cidade que mais imunizou a população contra a Covid-19 durante a campanha de vacinação.³⁸

Além de Rondonópolis, outros municípios passaram a exigir o passaporte sanitário, restrições para entrar nos municípios, restrições de festas e outras medidas de contenção. O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (Movimento Democrático Brasileiro) também passou a exigir o passaporte sanitário e justificou a implementação da medida com a circulação da variante Omicron, entretanto a medida não seria aplicada em comércios da capital. O decreto passou a valer em 2 de dezembro de 2021, e após a sanção do projeto do deputado estadual Gilberto Cattani, Pinheiro anunciou que não iria acatar a medida³⁹. “O Projeto de Lei aprovado pela Assembleia Legislativa (ALMT) nesta quarta-feira (9), que proíbe a exigência do passaporte da vacina em Mato Grosso, caso seja sancionado pelo governador, não substituirá o decreto municipal nº 8.832/2021 que segue vigorando no município”, publicou o *FolhaMax*.

Ao longo da pandemia muitos decretos foram implementados, revogados e editados de acordo com a incidência da contaminação do vírus. Os primeiros decretos (8.831/2021 e 8.832/2021) publicados foram editados conforme a vacina foi sendo aplicada. Inicialmente, o decreto não exigia a comprovação de crianças e adolescentes, mas conforme as doses para as crianças foram sendo aplicadas, o prefeito editou os decretos para exigir o comprovante sanitário de crianças e adolescentes em Cuiabá.

Neste cenário de disputa entre decretos, leis e brigas políticas sobre a exigência do passaporte, os jornais mato-grossenses foram essenciais para esclarecer aos cidadãos sobre quais medidas se sobressaiam no momento da crise sanitária. Ao contrário do que se parecia, durante a pandemia os decretos municipais possuíam vigor por estar mais próximo da realidade da população, a medida é garantida pela Constituição Federal de 1988, como já explicamos na Introdução. Apesar da restrição e da mudança do método de apuração dos jornais, os profissionais da comunicação não poderiam parar de trabalhar. Durante a pandemia a demanda para servir a sociedade com informações e atualizações do coronavírus aumentaram, o que justifica olhar para como o jornalismo mato-grossense reportou a crise, especialmente como se posicionou em relação ao debate sobre o passaporte vacinal.

³⁸Disponível em: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/noticias/rondonopolis-leva-premio-como-municipio-que-mais-vacinou-em-mt/>. Acesso em 27 de novembro de 2023.

³⁹ Disponível em: <https://www.folhamax.com/cidades/cuiaba-exigira-passaporte-da-vacina/339864>. Acesso em 27 de outubro de 2023.

3. COMUNICAÇÃO E A COBERTURA DE SAÚDE

Os primeiros casos de infecção pelo coronavírus foram detectados na China, em finais de 2019. Mesmo com algo acontecendo tão longe do Brasil, os jornais locais iniciaram uma cobertura do que viria a ser, pouco tempo depois, uma pandemia, declarada pela OMS. Assim, o interesse midiático pelo tema começou antes de o vírus ser detectado no Brasil. Isso porque os anúncios da OMS já alertavam que se tratava de um vírus altamente contagioso, que viria a se espalhar por vários países no mundo rapidamente e afetar milhões de pessoas. Quando chegou à Europa, a crise fornecia cenas que eram exploradas pelos meios de comunicação de todo o mundo. A cobertura jornalística sobre o tema no Brasil se intensificou ainda mais, após o primeiro diagnóstico positivo da doença no país ser confirmado pelo Ministério da Saúde, no dia 25 de fevereiro de 2020⁴⁰.

A primeira pessoa diagnosticada foi um empresário de 61 anos que havia voltado de uma viagem pela Itália, país que, no momento, registrava a 12ª morte por coronavírus.⁴¹ Com a chegada do vírus no Brasil, os casos foram aumentando rapidamente, em parte, como já referimos, pelas atitudes adotadas pelo governo federal. Seis meses depois da primeira morte por Covid-19, o Brasil registrava 131.210 mortes, e 4.315.687 pessoas infectadas pelo vírus. Neste período, o país estava alcançando quase 1000 mortes por dia, o vírus estava tão agressivo que o Brasil já estava ocupando o terceiro lugar dos países com mais casos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e Índia⁴². Um ano após o início da pandemia, o Brasil registrava 193.875 óbitos e 7.619.200 testes positivos⁴³.

Neste contexto, o jornalismo passou a ter uma centralidade ainda maior no dia a dia das pessoas. Conforme explicamos em outro trabalho, “quando o mundo desacelerou socioeconomicamente devido ao isolamento social, o jornalismo e a medicina foram extremamente cobrados pela sociedade para entregarem resultados sobre o combate da Covid-19” (Araújo; Silva, 2023, p.10). Os esforços dos jornalistas para informar a população foram essenciais para que as pessoas conhecessem formas de se proteger do vírus, e com isso, houve

⁴⁰Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>. Acesso em 3 setembro 2023.

⁴¹ Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia..> Acesso em 17 de outubro de 2023.

⁴²Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/com-6-meses-desde-a-1a-morte-brasil-tem-131-210-vitimas-de-covid-19/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

⁴³Disponível em: <https://exame.com/mundo/saiba-quantos-no-total-morreram-de-covid-no-primeiro-ano-da-pandemia/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

uma contribuição, de parte significativa do jornalismo, com a ciência e a saúde pública, como explicam Rocha e Rodrigues (2021, p. 2):

Jornalistas no mundo inteiro se mobilizaram para levar informações à sociedade, precisando, muitas vezes, reforçar a credibilidade da ciência, esta que foi inúmeras vezes desacreditada. Dessa forma, provaram que o discurso jornalístico pode contribuir para a compreensão dos cidadãos sobre as questões relacionadas não somente ao novo coronavírus como também outras pautas de interesse público, e incentivar o envolvimento da população na adoção de medidas de combate.

Apesar de nos referimos ao jornalismo de forma genérica nesta parte do trabalho, é importante ressaltar que certos veículos de comunicação, apesar de se apresentarem como jornalismo, não tiveram um compromisso real com a informação de qualidade durante a pandemia. O caso mais conhecido é o da Jovem Pan, cuja cobertura foi estudada por Chagas e Cruz (2021), segundo os quais, a emissora atuou na deslegitimação da vacinação, entrevistando pessoas que normalizaram o negacionismo em relação às vacinas. Além das falas de desconfiança sobre o imunizante, a Jovem Pan também deu lugar a opiniões que propagavam tratamentos sem eficácia, como o chamado “kit covid”. “No caso da Jovem Pan, o que se mantém são justamente essas opiniões em uma espécie de reforço e naturalização de pseudofatos e mentiras com o interesse de defender as políticas bolsonaristas” (Chagas; Cruz, 2021, p. 21).

Também nós, em trabalho recente, verificamos diferenças no tratamento dado à pandemia no Fantástico, da TV Globo, e no Domingo Espetacular, da Record TV. Enquanto a Globo fez críticas aos medicamentos ineficazes para a Covid-19 e ao desrespeito de Bolsonaro com as medidas de contenção em passeatas pelos estados brasileiros, a Record atuou de forma convergente com a agenda negacionista do então presidente e divulgou a hidroxicloroquina como um medicamento eficaz para combater a Covid-19 (Araújo; Silva, 2023). Nesse sentido, Araújo e Guazina (2024) concluíram que, nem sempre, os meios de comunicação respondem da mesma maneira aos eventos. Os autores identificaram posicionamentos diferentes entre o Jornal Nacional, da Rede Globo, e do Jornal da Record, da Record TV, em relação à Covid-19. Os dois jornais cobriram a crise com óticas diferentes: enquanto o Jornal Nacional investiu em estratégias de oposição aos discursos de Bolsonaro, o Jornal da Record normalizou e apoiou o discurso negacionista do presidente. O jornal da Rede Globo usou as palavras “perigo” e “ameaça” se referindo às ações de Bolsonaro.

Na verdade, o conteúdo e análises de enquadramento mostraram que, embora o JN colocasse ênfase no presidente e nos seus confrontos com o seu Ministro da Saúde,

relatando as críticas e reações às ações de Bolsonaro durante a crise sanitária, o telejornal da Record descreveu a atuação de Bolsonaro como a tomada de medidas para conter o impacto da crise e cumprir os compromissos da sua agenda. O enquadramento de Bolsonaro por JR construiu a imagem de um líder que trabalharia duro para mitigar os impactos da pandemia, enquanto o enquadramento do presidente pelo JN construiu a imagem de um líder negacionista e anticientífico [tradução nossa]. (Araújo; Guazina, 2024, p. 1845).

Realmente, neste momento de crise sanitária, Ferreira e Varão (2021) explicam que a imprensa passou a ser vista como uma inimiga a ser combatida por um público segmentado. A autora afirma que “os canais ligados ao governo (incluindo as contas pessoais do presidente em mídias sociais) passaram a operar como fonte oficial de informações sobre a Covid-19 para um público bastante segmentado (seus eleitores)” (Ferreira; Varão, 2021, p. 47). Além do uso da mídia como porta-voz, as redes sociais do ex-presidente também foram usadas como fonte oficial de informações sobre a pandemia.

Voltando ao nosso eixo, para se ter uma noção de como os meios de comunicação passaram a ser demandados neste período, basta observarmos as pesquisas sobre audiências no período. Uma pesquisa sobre o consumo de televisão do Kantar Ibope Media mostra um pico de 76,6% na audiência das televisões no dia em que Bolsonaro fez seu primeiro pronunciamento em rede nacional sobre a Covid-19. Além do aumento do consumo, 61% das pessoas entrevistadas também passaram a confiar mais na televisão como fonte de informação sobre a pandemia, segundo o Instituto Datafolha (Araújo; Silva, 2023).

Outra pesquisa que demonstra o aumento da audiência da televisão durante a pandemia é o estudo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizada em abril de 2020, que identificou que a maioria dos entrevistados buscava a televisão e os sites de notícias para se informar sobre a pandemia, os dados mostram que das 831 pessoas 581 consomem notícias diariamente. A pesquisa também mostra que a “atuação do governo federal (81,46%), a divulgação de descobertas científicas (73,89%) e o que se recomendava como medidas de prevenção contra a doença (72,32%)”, foram os tópicos mais buscados ⁴⁴.

Com efeito, por ser uma doença com poucas informações e tão letal à população, os brasileiros intensificaram as buscas por respostas em meios jornalísticos para entenderem como se proteger do vírus enquanto ainda não havia uma vacina pronta. Apesar de a televisão ter sido um dos meios que mais cresceu, também os digitais, como os jornais online, universo deste

⁴⁴Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/pesquisa-revela-aumento-do-consumo-de-noticias-durante-pandemia>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

trabalho, verificaram um aumento da sua audiência. Segundo os dados da ComScore⁴⁵, os sites de informações categorizados como notícias tiveram um aumento de 27% nas buscas em março de 2020, o primeiro mês da crise. Na mesma análise, a ComScore traz que, no período (de 9 de março 2020 a 16 de março 2020), os jornais online tiveram mais acessos que os outros segmentos analisados, com 43% no total.

O principal fator que contribuiu para o aumento da audiência desses meios foi o rápido avanço da Covid-19 e a modificação que o jornalismo precisou fazer para conseguir informar a população, como explica Gomes (2021, p. 136):

A rápida progressão deste vírus à escala mundial valeu a especial atenção dos *media* que, aceleradamente, modificaram as suas agendas e se dedicaram praticamente em exclusivo à difusão de informação sobre o novo Coronavírus. A falta de certezas científicas sobre a COVID-19 e a necessidade de informar a população sobre a doença, transformou a informação jornalística num recurso essencial para a sociedade, destacando o papel dos meios de comunicação social na prevenção da doença e na promoção da saúde.

Certamente, com o avanço da internet, o jornalismo se adaptou e aprendeu novas formas de apuração de notícias que passaram a ser divulgadas em tempo real. Essa, aliás, é uma característica dos portais de notícias. Como não seguem a lógica do impresso, as notícias são divulgadas de forma instantânea, sendo que, muitas vezes, a qualidade da informação pode ser comprometida.

Em um momento tão crítico para a saúde pública, período em que as pessoas precisaram ficar confinadas devido ao risco de infecção ou de propagação do vírus, sem poder ter contatos com outras pessoas, o uso da internet para se informar sobre o avanço da doença se tornou crucial em um momento em que sair de casa era proibido ou perigoso. Assim, o jornalismo tem um papel muito importante na comunicação da saúde, em momentos de crise principalmente, mas possui também um papel indispensável na discussão dos temas socialmente relevantes, duas questões que merecem ser aprofundadas.

3.1 Jornalismo e comunicação de saúde

Ao longo do tempo, o jornalismo tem tido um papel importante na comunicação de temas de saúde pública. Diversos trabalhos apontaram que os veículos de comunicação podem ser aliados na difusão de informações sobre a saúde pública, mas que muitas vezes erram na

⁴⁵Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Blog/Consumo-de-midia-durante-a-pandemia-de-coronavirus-no-Brasil>. Acesso em 03 de novembro de 2023. A ComScore é uma empresa dos Estados Unidos especializada em análise de sites e comportamento dos usuários para fins de marketing.

divulgação. Como no caso de Zika Vírus em 2015, (Aguiar; Araújo, 2016) os jornais foram os primeiros a comentarem sobre uma doença, que era até então desconhecida, pressionando o Ministério da Saúde a admitir que havia um novo vírus em circulação no Brasil e que teria iniciado em um município da Bahia. Porém, após alguns meses da Zika, casos de microcefalia em recém nascidos começaram a surgir e foi justamente os jornais que levantaram a hipótese do vírus estar associado com a malformação congênita em recém nascidos. O posicionamento dos jornais fez, mais uma vez, os órgãos de Saúde se posicionarem e admitirem que poderia haver relação entre os dois acontecimentos. Entretanto, além de terem levantado os questionamentos sobre a nova doença, Aguiar e Araújo (2016, p. 11) analisam que outros erros também foram cometidos durante a cobertura do vírus, principalmente em relação à exploração da imagem dos nordestinos.

A da prática corrente na Saúde Pública de responsabilização da vítima pelo que lhe aconteceu, eximindo responsabilidades outras, inclusive e fortemente do Estado. A mídia, em suas escolhas do que destacar, endossa e amplifica largamente essa prática. A ignorância seria parte consistente da situação que aquela mãe estava vivendo. Está doente porque é ignorante, eis a mensagem.

Além deste erro, as autoras relatam que encontraram silêncios e silenciamentos (demora em noticiar sobre a microcefalia na mídia e no Ministério da Saúde), narrativas de sofrimento (exploração do drama e tristeza humana), as limitações da ciência e a volúpia midiática (pressionar por respostas em um momento que ainda não havia certezas sobre o vírus), espaço para o contraditório (dar espaço para fontes variadas não é ruim, porém no campo da ciência é preciso ficar em alerta para não abrir espaço para não ir contra dados científicos), medo e risco (exploração das palavras causando grandes alardes na população), discursos não autorizados (utilizar de boatos e desinformação para produzir notícias), oportunidades de negócios (utilizar da doença e do medo para vender ou fazer marketing de produtos) e vozes em cena (a maioria dos jornais analisados não utilizaram da voz popular para aludir os acontecimentos, pelo contrário, buscaram ouvir mais governantes e pesquisadores).

Parafraseando Aguiar e Araújo (2016), Cirino e Tuzzo (2015, p. 11) explicam que “o discurso de saúde é fragmentado e superficial devido, principalmente, às rotinas produtivas jornalísticas. Não se consegue dedicar um profissional exclusivamente para cobrir saúde, por isso o próprio texto torna-se preconceituoso”. Apesar de mostrarmos os pontos negativos das coberturas da comunicação de saúde, Cirino e Tuzzo (2015, p. 14) esclarecem como o jornalismo deveria funcionar para contribuir com os moradores.

Seja para a divulgação das campanhas nacionais de prevenção de doenças, para a cobertura adequada das próprias campanhas, na denúncia ou valorização das ações, na discussão dos investimentos propostos se são sub ou superestimados, a mídia deve assumir seu papel frente ao sistema de saúde como um dos agentes sociais com maior possibilidade de impacto para ambos os lados da força do poder – para a sociedade e para os governantes. Para que de um lado, instruir, informar, educar e orientar sobre os procedimentos e a realidade da situação da saúde no Brasil, ocasionando no empoderamento dos indivíduos para que os próprios munidos de informações e conscientes dos seus direitos – e deveres – possam junto com a mídia exercer poder no segundo lado: o do governo. Para com este, através da divulgação dos acontecimentos e fatos que ocorrem na saúde (de maneira instrutiva sem o habitual preconceito das pautas jornalísticas sobre o tema) possa incomodar o poder político para que se busquem soluções na área da saúde [...].

Já durante a pandemia de Covid-19, o tema foi mais explorado e amplamente divulgado em todas as editorias de jornais. Ao desenrolar dos acontecimentos, os veículos jornalísticos fizeram atualizações diárias sobre a quantidade de casos, mortes, lotação de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), novas pesquisas e imunizantes, ao contrário dos outros exemplos citados acima. Há jornais que criaram uma editoria específica sobre a Covid-19 para cobrir a doença, como no caso do g1⁴⁶, em que são abordados o mesmo tema principal em várias editorias.

Outro fato observado pelo autor é a respeito da quantidade de matérias produzidas nas primeiras semanas da pandemia, com o surgimento dos primeiros casos, a doença ocupava todos os espaços na Folha de S. Paulo, porém com o tempo as notícias relacionadas aos avanços da pandemia foram perdendo espaço para as polêmicas do ex-presidente Bolsonaro. Além de dar espaço para outras pautas, a pandemia também perdeu espaço pelo tema ter sido muito explorado no início e com o tempo ter ficado saturado. Então, conforme os casos foram subindo, a quantidade de matérias caiu no período de 29 de março a 4 de abril de 2020.

Agora, sobre a cobertura da Covid-19 no telejornal, as imagens do Jornal Nacional foram marcadas pelas enormes filas e pela busca de vagas nas UTI por pessoas com a doença já avançada. E por ser diferente das mortes por violência, que possuem muitos barulhos, as reportagens sobre as vítimas da covid tiveram o tom dramático elevando, para conseguir mostrar como a situação nos hospitais estavam difíceis. “Mas a gravidade da situação revela-se nas imagens de profissionais da saúde paramentados da cabeça aos pés para evitar a contaminação. [...]. Em ambiente asséptico e repleto de tubos, os equipamentos de proteção e as máscaras tornam indistintos os rostos e as expressões ” (Gomes; Ribeiro, 2021, p. 112).

Durante a pandemia, os jornais e os jornalistas precisaram se adaptar aos novos desafios de informar os brasileiros que estavam em casa de quarentena. Para conseguir driblar as barreiras, o Jornal Nacional utilizou de imagens gravadas por celulares dos familiares que

⁴⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

poderiam visitar o interior dos hospitais. “Mesmo com baixa qualidade, as imagens amadoras testemunham a realidade da pandemia e evidenciam situações que os jornalistas não presenciaram. Muitos profissionais de saúde gravam vídeos durante os plantões e mostram o caos nos hospitais” (Gomes; Ribeiro, 2021, p. 113) As autoras também identificaram que os infográficos usados pelo Jornal Nacional foram marcantes na cobertura da pandemia para ilustrar os avanços ou o retrocesso da doença, taxas de ocupação da UTI, casos de infectados e os números de mortes.

Em 2009, a epidemia de H1N1, conhecida como a gripe suína, que recebeu esse nome devido ao surto de gripe ter iniciado em porcos, foi declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo a primeira pandemia do século XXI. A H1N1 teve início no México em 2008. No Brasil, foram registrados 53.797 casos da doença e, no mundo, a gripe causou mais de 16 mil mortes⁴⁷. Assim como na Covid-19, os jornais agiram na pandemia do H1N1 como um veículo para levar as informações sobre a contenção e como se proteger para o público. Conforme Marciel-Lima *et al.* (2015, p. 276), “desde então a mídia mundial passou a disseminar notícias a respeito da doença, cumprindo seu papel social de alertar o público sobre as possibilidades de existência de um problema ou uma crise de saúde pública que poderia afetar milhões de indivíduos ao redor do mundo”. Os autores referem que as ações adotadas pelo Ministérios da Saúde foram amplamente divulgadas para dar visibilidade e segurança à população.

No Brasil, tanto na fase de contenção como na de mitigação, uma das ações adotadas pelo Ministério da Saúde foi a comunicação por meio de campanhas massivas em todas as mídias, o uso de redes sociais para atingir o público jovem, assim como informes diários sobre a situação epidemiológica (na fase de contenção) e quinzenais (na fase de mitigação). O objetivo era dar visibilidade às ações adotadas pelo governo brasileiro frente à pandemia, de forma a passar segurança à população quanto ao controle da situação, tentando evitar o pânico (Marciel-Lima *et al.*, 2015, p. 276).

O jornalismo de saúde é uma editoria que cobre todos os aspectos sobre saúde e sociedade e para isso não basta apenas cobrir pandemia, quando elas surgem. O papel dele é esclarecer dúvidas, promover campanhas de vacinação, e outros assuntos sobre questões básicas de saúde. Normalmente, os jornais utilizam termos específicos em algumas editorias, como a linguagem “policialesca” na editoria de polícia ou a linguagem “economês” na editoria de economia. Essas duas editorias possuem um público alvo em específico que consomem esse tipo de notícia e está acostumado com os termos específicos do caderno. Porém, quando o assunto é sobre saúde pública, os jornalistas precisam ter a ciência de que o texto será lido por

⁴⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52042879>. Acesso em 08 de novembro de 2023.

todos, não há um público alvo, toda a população precisa ser informada a respeito de um assunto tão importante. Assim, para Lopes *et al.* (2020), o jornalista que notícia sobre saúde pública não apenas precisa saber escrever com clareza e utilizar frases curtas, como é comum no texto noticioso; é preciso se especializar na editoria, assim como há jornalistas especializados em esportes e economia. Essa é uma questão fundamental para mensurar a qualidade da cobertura. Esta é feita por jornalistas especializados ou se trata de um tema que o jornal aborda de forma generalista?

A especialização se faz necessária, pois a cobertura midiática de saúde, principalmente, de uma pandemia, pode mudar o rumo das leis e da saúde pública, conforme aponta Schiavo (2014). Devido à seriedade do assunto, o tema deve ser enquadrado da maneira precisa e equilibrada para que a população fique devidamente informada e que possa tomar as decisões sobre a própria saúde. Caso a cobertura jornalística possua erros ou informações incompletas, pode haver riscos sérios. Além de todos os aspectos já mencionados, para se fazer uma boa cobertura no jornalismo de saúde, Lopes *et al.* (2020, p. 218) trazem à luz uma das questões mais pertinentes deste assunto, o uso das fontes:

Quando a cobertura da Saúde é perspectivada pelo ângulo da Ciência, tende a depender das fontes especializadas, ou seja, dos cientistas e, por norma, não procura fontes alternativas que possam fazer o contraditório ou realizar uma avaliação crítica da informação prestada. Porque estas fontes são vistas como críveis. Além disso, este tipo de cobertura é manifestamente mais independente da agenda política.

Assim, entendemos que a cobertura jornalística de saúde depende de fontes especializadas no assunto, sendo médicos, pesquisadores, enfermeiros e outros profissionais da área da saúde por serem fontes de confiança e credibilidade. Tal como já referimos, em alguns casos, as fontes selecionadas por certos veículos, como no caso da Jovem Pan e da Record TV, tal como demonstrado nos trabalhos de Chagas e Cruz (2021) e de Araújo e Guazina (2024), a que vamos voltar adiante, podem desvirtuar a cobertura para o campo da politização, quando discursos não científicos ganham espaço nessa cobertura.

Schiavo (2014) aponta que há quatro dimensões que os jornalistas deveriam levar em conta na hora de cobrir temas como os de saúde pública: (i) trabalhar sozinho sem o apoio de instituições de saúde ou especialistas capacitados; (ii) substituir a falta de hospitais locais e substituir os atendimentos ofertados pelos hospitais públicos ou do setor privado; (iii) compensar a ausência de um tratamento médico ou de um diagnóstico preventivo; e (vi) ter o mesmo discurso na abordagem de diversas. Novamente, surge aqui a importância de ouvir as fontes especializadas, como médicos, cientistas e, no caso de uma pandemia, sanitaristas.

Primeiramente, Renata Schiavo (2014) explica que antes de abrir algum programa ou jornal que vai tratar sobre a saúde, é importante entender de onde partem as informações apuradas e para onde vão. É preciso compreender o ambiente social em que as pessoas vivem, as crenças, os medos em relação aos imunizantes e principalmente entender qual comportamento a comunicação de saúde vai despertar em certos grupos.

Isto aumenta a probabilidade de que todos os significados sejam partilhados e compreendidos da forma como os comunicadores os pretendem. Portanto, a comunicação, especialmente sobre questões de vida ou morte, como na saúde pública e nos cuidados de saúde, é um processo estratégico de longo prazo (Schiavo, 2014, p. 7).

A comunicação de saúde produzida por jornalistas deve ter a finalidade de ajudar a comunidade atingida a melhorar, por meio da divulgação para alcançar melhorias influenciando as agendas políticas da cidade e conquistar mudanças significativas na comunidade. Assim como aconteceu quando os políticos passaram a discutir a Covid-19 em plenários para implementarem medidas de contenção. Outra finalidade é promover dados para estabelecer novos padrões de cuidados, como no caso da Covid-19, que desenvolveu o hábito do distanciamento social, uso de máscaras e higiene das mãos para evitar a contaminação. Como já dissemos antes, a comunicação de saúde não pode divulgar falsas soluções médicas, “mas pode ajudar a defender a mudança e a criar um ambiente receptivo para apoiar o desenvolvimento de novos serviços de saúde ou a atribuição de fundos adicionais para descobertas médicas e científicas, ou o acesso a tratamentos ou serviços comunitários existentes [...]” (Schiavo, 2014, p.29).

3.2. Jornalismo e debate público sobre uma pandemia politizada

Em um momento tão crítico para a sociedade, como a pandemia da Covid-19, o acesso à informação se tornou ainda mais necessário. Mas a qualidade da informação sobre a pandemia dependeu, em muitos níveis, do debate público que o jornalismo foi capaz de promover ou de fomentar, tal como podemos extrair da discussão anterior sobre a comunicação de saúde. O acesso à informação salvou vidas de muitas pessoas em vários locais do mundo, com a popularização do uso das máscaras e do isolamento social, propagada por jornais que fizeram a cobertura do andamento do coronavírus colados à expertise científica.

No entanto, como já referimos, nem todo jornalismo privilegiou a voz de especialistas na discussão dos assuntos relacionados à pandemia, o que levou a que certas vozes fossem

autorizadas a exprimir posições sem amparo na ciência. Conforme Araújo e Silva (2023) mostraram, o programa dominical da Record TV deu espaço para que a médica Nise Yamaguchi defendesse o uso da hidroxicloroquina para tratar a Covid-19. Além da médica, o Domingo Espetacular também não criticou nenhum tipo de ação do governo durante a pandemia e relativizou a pandemia, em certos momentos é perceptível que o jornal seguiu a agenda do ex-presidente Bolsonaro. Além da clara defesa do medicamento ineficaz, o jornal da Record TV não noticiou e nem citou sobre a CPI da pandemia durante toda a análise, mesmo sendo o maior escândalo do governo Bolsonaro que aconteceu em 2021, o que demonstra o alinhamento do jornal com o governo. O assunto foi amplamente noticiado que até o jornal The New York Times⁴⁸ publicou sobre as denúncias que poderiam ser atribuídas ao presidente no resultado final da CPI. Enquanto que o jornal deixou de informar sobre a CPI, o tempo foi ocupado para noticiar sobre as “diversas ações de solidariedade, em sua maior parte ligadas a iniciativas da Igreja Universal do Reino de Deus, proprietária da emissora, abordou a vacinação, as dificuldades de brasileiros fora do país e a economia” (Araújo; Silva, 2023, p. 119).

Apesar de pesquisadores do jornalismo defenderem que os dois lados das histórias devem ser contados em campanhas políticas (Sponholz, 2020), não se deve abrir o espaço para controvérsias infundadas, principalmente em casos que requerem a palavra de especialistas. Como explicam Chagas e Cruz (2021, p. 15), ao analisar a Jovem Pan, “nesse caso, a ideia de uma escuta do “outro lado” provoca uma confusão sobre o que são valores jornalísticos e a construção do conhecimento a partir de critérios de apuração e construção da notícia (...)”, podendo confundir a população, pois o programa se define como um jornal informativo e utiliza apenas de fontes que defendem o próprio ponto de vista, mesmo sem embasamento científico, tendo como uma das fontes mais frequentes Jair Bolsonaro. Os autores chegam à conclusão de que o problema de entender o programa está na ausência de fontes e apuração dos assuntos.

Por outro lado, é importante assinalar que o acesso à informação é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988) como um direito fundamental. Esse direito não diz respeito apenas ao mero acesso a um tipo de informação, mas diz sobre a qualidade da informação que as pessoas recebem. Assim, todos cidadãos têm direito de saber sobre quais decisões os órgãos públicos estão tomando em relação à sociedade e sobre informações que agregam ao conhecimento na saúde e educação. Porém, nem todas as informações publicadas em jornais são de interesse público, como explicam Benetti e Machado (2005, p.118):

⁴⁸ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/10/19/world/americas/bolsonaro-covid-19-brazil.html>. Acesso em 02 de março de 2024.

A informação como direito social ocorre quando esta tem sentido social e é indispensável à vida em sociedade. Assim, nem toda informação pode ser considerada um direito social, mas somente aquela que tem utilidade social, para a realização de outros direitos, como, por exemplo, saúde e educação.

Com essa explicação, podemos entender que uma parte das notícias publicadas no dia a dia não são de interesse coletivo, apesar de pretenderem isso, podendo, em muitos casos, explorarem apenas a curiosidade dos públicos sobre a vida privada das pessoas ou, ainda, o sensacionalismo na cobertura de matérias de polícia, tópicos, aliás, por vezes, presente na cobertura do jornal online em contexto local (Lessa; Silva, 2017). Para Benetti e Machado (2005, p. 118), “o pólo econômico define a empresa jornalística como uma indústria subordinada ao lucro, aprofundando o caráter da notícia como mercadoria”. Por este motivo, os veículos jornalísticos publicam matérias que não são de interesse público⁴⁹, mas que ajudam a conseguir renda - no caso do online, por meio do aumento da visibilidade, conseguida com matérias caça-cliques. O jornalismo online, assim, se pauta pela quantidade de acessos devido ao retorno financeiro que os números de cliques trazem ao jornal.

Quando se trata de discutir o interesse público, os autores não entram em consenso em relação ao assunto, pois o termo “interesse público” foi amplamente usado para rebater críticas e explicar atitudes menos corretas que os jornais tomaram no passado. Por isso, os jornais costumam ter dois tipos de conteúdo, os que se pautam por interesse *do* público e aqueles de interesse público, para agradar a maioria dos leitores (Gomis, 2002). Desta forma os jornais não deixam de cobrir o editorial de polícia mais consumido pela massa (Oliveira, 2018), nem as pautas de saúde e educação que todos devem saber. É, de todo modo, importante frisar, que mesmo a pauta de polícia, que tem bastante apelo, pode ser objeto de um tratamento não sensacional.

3.3 Particularidades do jornalismo em contexto regional

⁴⁹ A ideia do interesse público causa controvérsia no jornalismo e na população, pois o sentido é amplo e foi se modificando ao longo dos anos, sendo associados a vários tipos de interesses. McQuail (2012) apresenta três variantes do interesse público sugeridas por Held (1970): (i) na teoria da preponderância os jornais definem de maneira majoritária por meio de votações, acessos ou cálculos qual é o interesse do público. Nesta teoria o interesse público jamais ficaria do lado do perdedor; (ii) já na teoria do interesse comum, os meios supõem que o interesse em questão é de interesse de todos; e (iii) na teoria unitária, McQuail explica que nesta categoria o interesse público é visto como um sistema de valores, neste caso o que é válido para um é válido para todos. Porém, McQuail expressa que não é fácil definir qual das três teorias é a mais apropriada para tratar de comunicação pública, visto que há várias possibilidades e maneiras de definições de interesse comum. Entretanto, Gomis (2002) diz que o interesse do público no jornalismo é aquilo que as pessoas acham agradáveis de conhecer e o interesse público é o que todos devem saber.

A discussão sobre a cobertura da pandemia e o debate público promovido sobre o passaporte vacinal em Mato Grosso não pode desconsiderar algumas particularidades do jornalismo praticado em contexto regional, marcado por um cenário crescente de precarização, que leva a uma predominância do jornalismo declaratório e a uma dependência das assessorias de imprensa. O uso das declarações de alguma figura pública é muito utilizado nas mídias cuiabanas sem serem questionadas para a produção do jornalismo declaratório. Durante um debate político nas eleições municipais de 2020, vários jornais da capital foram desmentidos pelo pela Justiça de Mato Grosso por terem reproduzido declarações imprecisas ou com desinformação (Cruz, 2022). Esse tipo de constrangimento vem se repetindo ao longo do desenvolvimento do jornalismo em Cuiabá, em parte pela precariedade das redações. Cruz (2022) identificou que, nesta polêmica, o jornal Olhar Direto se retratou com uma nova matéria explicando os fatos e o *MidiaNews* nem se deu o trabalho de consertar os erros anteriores. O autor também identificou que 87,7% de todo o material produzido por um dos jornais de Cuiabá foram desenvolvidos por jornalistas internos, ou seja, profissionais que não saíram das redações. Ao final da análise sobre a cobertura do jornalismo declaratório, Cruz (2022, p. 133) identificou cinco pontos negativos nas produções cuiabanas.

Ao final dessa pesquisa, podemos apontar as seguintes características do Jornalismo Declaratório durante a cobertura eleitoral em Cuiabá: 1) predominância de fontes oficiais nas matérias. As 57 matérias, ao todo, possuíam 61 fontes, 58 delas, oficiais; 2) ausência de fontes especializadas para trazer contraponto e um texto mais interpretativo. Em nenhuma das 57 matérias houve o registro de vozes de especialistas, como cientistas políticos, para trazer um contraponto qualificado às declarações dos políticos; 3) ausência de fontes populares como protagonistas no debate da esfera pública, principalmente no período eleitoral em que é propício se discutir os principais gargalos econômicos e sociais de uma cidade. [...]; 4) ausência de contraponto nas matérias, em especial dos próprios repórteres produtores das notícias; e 5) jornalismo sentado.

A precariedade também é notada a partir de uma pesquisa desenvolvida por Coêlho e Salesse (2021) durante a pandemia de Covid-19, que aponta que 50% dos jornalistas de Cuiabá que responderam a pesquisa sofreram algum tipo de redução no salário, enquanto que 82% relataram o aumento na carga horária da jornada de trabalho. Os dados apresentados mostram uma clara precariedade e insegurança na profissão.

Entretanto, não é só em Mato Grosso que esse tipo de produção declaratória acontece, os jornalistas utilizam esse recurso para noticiar fatos sem se responsabilizar pelas declarações de terceiros, o que pode levar a disseminação de informações não verificadas (Chagas; Cruz, 2022). Não só em cobertura política, mas também durante a pandemia de Covid-19, o jornalismo declaratório foi amplamente explorado, destacando-se as falas negacionistas do ex-

presidente Jair Bolsonaro, que foram publicadas sem contrapontos, comprometendo a objetividade jornalística. O jornalismo é livre para escrever alegações positivas ou negativas de uma pessoa que se disponibilizou como fonte para as entrevistas, porém, caso seja mentira, o jornalismo declaratório se impõe apenas como meio de transmitir as falas para o público, o que significa abrir mão do próprio papel do jornalismo.

Nesse processo, a fala em si ganha um papel de destaque, tanto como um ritual estratégico [...] que busca garantir essa defesa interna dos jornalistas, como também a prática de um “jornalismo de mãos limpas” [...], quando posiciona nas fontes a definição sobre os acontecimentos sem a verificação anterior destas (Chagas; Cruz, 2022, p. 109).

Porém, não são só os jornalistas que aproveitam desse modelo de notícia, políticos utilizando deste método de noticiar para criar suas próprias conclusões e tentar convencer a população sobre algo que ele queira, pois neste segmento os fatos não são contestados pelo jornalista ele é apenas decupado, em caso de áudio, e utilizado em uma matéria (Gonçalves; Coêlho, 2020). Entretanto, é importante ressaltar que trazer duas fontes para assuntos importantes pode dar a falsa impressão de equilíbrio na discussão, quando na verdade uma das fontes pode estar distorcendo a verdade. A falta de apuração e verificação das informações pode resultar em matérias enganosas, reproduzindo mentiras sem confrontá-las. A confiança nas fontes deve ser acompanhada de um olhar crítico e desconfiado, buscando corroborar e verificar os fatos apresentados. Como no caso em análise, Bolsonaro fez diversas declarações falsas e foi usado como fonte por diversos jornais.

[...] as declarações de Bolsonaro foram transcritas sem que qualquer contraponto fosse apresentado na mesma unidade informativa. Não se fez uso de nenhuma outra fonte: seja documental, seja outra autoridade ou especialista, mesmo que, no teor da declaração, a realidade tenha sido manifestamente ignorada. Nenhuma análise ou interpretação das afirmativas foram incluídas nos relatos, que foram apresentados, ao menos no noticiário factual, de modo direto e sintético, sem problematizações ou contextualizações (Henriques, 2020, p. 2).

Para a autora Barsotti (2023, p. 89), os jornais estão fazendo matérias enganosas ao narrar fatos não analisados e que “Seria de se esperar que o jornalismo assumisse esse papel de agente que confronta mentiras, especialmente em um contexto de graves ameaças à democracia e à vida no planeta, em vez de reproduzi-las acriticamente como no jornalismo declaratório”. E complementa, com o pensamento de Oliveira (2018), que as declarações são importantes para o jornalismo, mas que a falta da apuração das informações dadas pelas fontes pode se tornar uma arma letal. Dessa forma, López e Fernández (2023) argumentam que é preciso confiar na

fonte desconfiando, e buscar meios para confirmar as declarações fornecidas. Jornais de Cuiabá que buscam ouvir o outro lado da história se tornou raro e a falta desta prática quebra uma das regras que se aprende nos primeiros anos da faculdade sobre ouvir os dois lados da história antes de publicar uma matéria (Cruz, 2022).

Além do jornalismo declaratório, o uso acrítico dos *releases* também são frequentes no jornalismo regional. Os jornalistas que trabalham nesta área são chamados de assessores de imprensa, eles são responsáveis por promover a instituição ou figuras públicas que representam (cantores, atrizes, blogueiros e outros), organizar eventos e manter uma boa relação com os outros jornalistas e público alvo (Ribeiro *et al.*, 2015). Duarte e Júnior (2011, p. 346-347) complementam que “A assessoria de imprensa estabelece e mantém essa articulação entre as fontes e as redações — ela facilita o trabalho de ambos, mas nem sempre o define. As fontes têm personalidade, autonomia, têm suas características e interesses”. Como porta voz de instituições os assessores produzem matérias com teor publicitário para promover o órgão que contratou os serviços. O texto é chamado de release Marshall (2001, p. 6) esclarece que:

O release é uma peça jornalística que, embora produzida majoritariamente por jornalistas, carrega em seu bojo a intenção intrínseca da promoção. Este misto de notícia-publicidade, produzida por assessorias de imprensa ou pela área de Relações Públicas, objetiva diretamente a busca da divulgação gratuita, em um espaço público, de determinados interesses privados.

Com a precarização dos jornais e a redução de profissionais, os jornalistas acabam dependendo cada vez mais desses releases para cobrir pautas. Muitas vezes, os releases são utilizados como matérias prontas, sem uma avaliação crítica, o que pode comprometer a qualidade jornalística (Marshall, 2001). E para tentar suprir com a falta de tempo e cobrir conteúdos que ficaram de lado, os veículos dependem dos releases enviados por jornalistas que fazem a assessoria de políticos, instituições e órgãos governamentais para republicar o conteúdo. Com este movimento de dependências de releases, os jornais vão se apoiando e confiando na apuração dos assessores, principalmente de órgãos públicos como Câmara dos Deputados, Senado, Agência Brasil e inúmeras outras instituições. Para Benetti e Moreira (2005, p. 117) “[...] a tendência é que, cada vez mais, a qualidade do jornalismo também dependa da qualidade técnica e dos valores éticos dessa categoria que atua no serviço público”.

Na questão regional, um estudo sobre o uso das expressões “independentes” e “isentos” em veículos jornalísticos, realizado por Coêlho et al. (2020), explica que os sites *FolhaMax*, *MidiaNews* e outros 20 jornais de Mato Grosso utilizam dos termos para abranger o maior público possível diante da polarização política. “Colocar-se claramente de um lado do espectro

político é a certeza de atrair preconceitos, mas não garante, na realidade, a qualidade das produções jornalísticas” (Coelho et al., 2020, p. 372-373). Os autores argumentam que a ideia de isenção pode ser constituída a partir das publicações de conteúdos de releases, mesmo que tenham ideologias distintas.

A precarização também é notada por outras mudanças na profissão como a não exigência do diploma, desde a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, o diploma não é mais obrigatório para exercer a profissão. Apesar disso, veículos de médio e grande porte continuam contratando jornalistas formados, pois são considerados mais preparados para atender às demandas das redações convergentes. No entanto, a desregulamentação da profissão trouxe consequências negativas, como mais desemprego nas redações, substituição de profissionais por pessoas jurídicas e estagiários. Em uma pesquisa na Baixada Cuiabana Coelho e Salesse (2021) identificaram que 33% dos jornalistas em atuação, que responderam ao questionário, são estagiários e os autores identificaram uma forte tendência à mão de obra barata sem a qualificação necessária para receber o salário adequado.

A precarização do trabalho jornalístico também se reflete na falta de valorização da atividade pelo mercado, na excessiva carga de trabalho, nos baixos salários oferecidos pelas empresas privadas e na redução do número de profissionais para produzir conteúdo de qualidade. No jornalismo esse processo foi percebido através das demissões em massa de profissões como pauteiros, fotógrafos e diagramadores. Os jornalistas que ficaram empregados acumularam essas funções. Com as constantes mudanças no jornalismo ao longo dos anos, hoje a profissão exige um posicionamento empresarial dos comunicadores e constantes inovações, como explica (Silva, 2014, p. 11):

Atualmente a produção jornalística segue a lógica empresarial “do quanto mais e mais rápido se produzir, melhor”, o que pode ser observado com a criação de diversos produtos interligados nas redações em diferentes operações midiáticas, criando novas plataformas, produtos híbridos e exigindo que os profissionais de redação passem a produzir conteúdos multimídia e assumam o perfil multitarefas.

Os salários não acompanharam o acúmulo de funções dos jornalistas, os autores Thibes e Nicoletti (2017) trazem análises que mostram os avanços da remuneração para jornalistas de 2006 a 2013, os dados mostram que no período analisado apenas em 2008 e 2012 houve reajustes efetivos. Já nos anos 2006, 2007, 2009 e 2013 “a categoria teve perda real de remuneração, quando o reajuste real foi negativo e a média salarial de um ano não chegou a cobrir a inflação do período” (Thibes; Nicoletti, 2017, p. 11). Se o salário da categoria já era insuficiente, para as mulheres os dados mostram que era pior. As mulheres são a maioria no

setor, de 2005 a 2015 elas representam 53,36% dos jornalistas. E este dado pode estar relacionado com a baixa remuneração, já que historicamente as mulheres recebem menos que os homens para desenvolver a mesma função, até mesmo as com acúmulos de função como no jornalismo.

Além das mudanças nas estruturas das redações e do modo de se fazer jornalismo, a mudança que mais assusta os profissionais desta categoria é a constantes agressões sofridas. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)⁵⁰, nos primeiros sete meses de 2022 aconteceram 66 casos de agressão graves a jornalistas e veículos de comunicação no Brasil, com episódios de violência física, destruição de equipamentos, ameaças e assassinatos. Os dados revelam um aumento de 69,2%, em relação a 2021 e como exemplos da brutalidade contra os profissionais da comunicação a Abraji traz na reportagem os casos do jornalista Givanildo Oliveira, morto após publicar uma matéria sobre um homicídio em Fortaleza,⁵¹ e as mortes do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira⁵², que foram encontrados assassinados dias após desaparecimento na Floresta Amazônica. O cenário se agrava quando os dados são analisados as agressões por gênero, no mesmo período analisado, foram registradas quatro agressões de cunho sexual como violência sexual, casos de assédio, ameaças, intimidação, comentários indesejados ou outras formas de agressão que apresentem algum teor sexual, e destas vítimas todas são mulheres. Como um dos principais agressores em 2022, a Abraji aponta que a família Bolsonaro foi responsável por 157 casos de e violência contra a imprensa, representando 53,9% dos casos. Dos episódios, “60 tiveram a participação do presidente; 51 envolveram o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP); 32 estão ligados ao vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ); e 20 se conectam com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)”, afirma a pesquisa da Abraji.

A contextualização das práticas editoriais do jornalismo local, longe de isentá-lo de suas responsabilidades públicas, nos ajuda a interpretar com mais clareza as escolhas feitas para cobrir o tema do passaporte vacinal ao longo da crise da pandemia.

⁵⁰ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/violencia-grave-contra-jornalistas-aumentou-69-2-em-2022>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

⁵¹ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-condena-assassinato-de-jornalista-no-ceara>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

⁵² Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/15/bruno-pereira-e-dom-phillips-a-cronologia-do-caso-desde-o-inicio-da-viagem.ghtml>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa propõe analisar sobre a discussão pública acerca do passaporte vacinal nos jornais *FolhaMax* e *MidiaNews* para investigar a forma com que os dois sites informaram a população de Mato Grosso. Para isso, foi realizada uma busca por palavras chave na barra de pesquisa dos dois jornais e colhemos todos os conteúdos jornalísticos que tratam sobre o assunto na esfera regional mesmo que não fossem assinados pelos veículos. A forma com que os assuntos são noticiados pelos jornais pode definir a visão da população em relação às medidas de contenção da pandemia de Covid-19, já que os jornais são também responsáveis por informar sobre os decretos e Projetos de Lei à população.

Os jornais escolhidos para a análise se justificam pelo argumento que ambas se apresentam como um jornal que busca noticiar o cotidiano dos mato-grossenses. Além dessa semelhança, os dois sites compartilham da mesma empresa de desenvolvimento de sites. O *MidiaNews* foi inaugurado em 1999, sendo o jornal mais antigo de Mato Grosso. Na configuração do site o veículo deixa em destaque as editorias de política, “fogo amigo”, cotidiano, judiciário, variedades, opinião, polícia, as mais lidas e enquete. A editoria de “fogo amigo” é um codinome para a editoria de notas, que os jornais comentam sobre alguma situação sem que os jornalistas precisem assinar. O expediente do *MidiaNews* é composto por 13 pessoas, distribuídos entre diretor, editores, repórteres, estagiários, parte administrativa e assessoria jurídica.

Já o *FolhaMax* não informa a data do início das atividades do jornal no site. Diferente do *MidiaNews*, o *FolhaMax* traz mais editorias em destaque na configuração do site, sendo elas: opinião, política, mundo, cidades, economia, esporte, cultura, curiosidades, balada e polícia. A editoria de nota recebe o codinome de “entrelinhas” e não recebe destaque no site. O expediente do veículo é composto por sete pessoas divididas entre diretores, repórteres e editores.

Para esta análise, escolhemos onze meses, de janeiro de 2021 a dezembro de 2022, período marcado por eventos importantes sobre a discussão do passaporte vacinal em Mato Grosso, sendo eles: janeiro 2021, quando se iniciou a vacinação em Mato Grosso; maio 2021, quando se inicia o discurso do passaporte vacinal; julho 2021, momento em que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprova um projeto de lei obrigando a apresentação de cartão vacinal para torcedores assistirem jogos na Arena Pantanal; agosto 2021, momento em que a deputada estadual Janaina Riva (MDB) cria o projeto para barrar a exigência do passaporte; setembro 2021, momento em que se discute sobre a primeira cidade de MT, Rondonópolis, aderir ao passaporte; outubro 2021, quando a ALMT votou para a proibição o

passaporte em comércios do estado; novembro de 2021, Rondonópolis passa a exigir passaporte vacinal para visitantes entrarem no município; dezembro 2021, quando prefeituras suspendem eventos festivos e exigem passaporte; janeiro 2022, votação do projeto do deputado Gilberto Cattani; fevereiro 2022, momento em que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) também exige passaporte; e por último, março 2022, momento em que o governador sanciona a lei que proíbe a exigência de passaporte em MT; dezembro de 2022, justiça derruba lei que proibia exigência de comprovante de vacinação Sorriso.

Antes de a pandemia chegar ao Brasil, os jornais de Mato Grosso passaram a cobrir os casos de Covid-19 em outros países e até mesmo em estados brasileiros que tiveram as primeiras infecções. Apesar de toda a cobertura de ambos os jornais, para esta pesquisa, interessam apenas os meses selecionados. Os conteúdos jornalísticos veiculados nestes meses compreendem momentos cruciais da disputa política em relação à exigência do passaporte vacinal no Estado, como já referimos.

4.1. Corpus e desenho da análise

Durante os onze meses analisados, foram colhidos no total 181 conteúdos jornalísticos relacionados ao passaporte vacinal. No *MidiaNews*, foram colhidos 77 conteúdos de diferentes gêneros jornalísticos. Foram encontradas 59 notícias, 17 notas e 1 entrevista; destes conteúdos, 29 não são assinados por jornalistas da redação. Já no *FolhaMax* foram colhidos 104 conteúdos jornalísticos relacionados ao tema da pesquisa. Destes conteúdos colhidos, 97 são de notícias, 7 são de notas e nenhuma entrevista foi encontrada, no jornal apenas 14 conteúdos foram assinados. Esse é o material que compõe o corpus do trabalho. Não foram incluídos artigos de opinião por não refletirem, diretamente, as escolhas editoriais e vozes dos jornais no âmbito do espaço informativo, geralmente apresentado como isento e imparcial.

A diferença na quantidade dos materiais coletados se dá pelo motivo de que no *FolhaMax* foram encontradas 37 matérias de outros jornais de Mato Grosso que foram republicados pelo jornal citado e 53 outras sem assinatura. Já no *MidiaNews* esse tipo de material não foi encontrado. É importante notar, também, que o material foi colhido de forma manual, através da ferramenta de busca dos sites. Todos os textos coletados tratam do passaporte vacinal. Assim, na busca, adotamos os seguintes termos: “passaporte vacinal”, “passaporte vacina”, “comprovante vacinal”, “comprovante de vacinação” e “passaporte da vacina”. Depois de uma primeira rodada de busca, acrescentamos, nas buscas, o termo “covid” correlacionado ao termo “passaporte”, o que ampliou o nosso número de matérias. Após

encontrar o material, criamos uma tabela no Excel para organizar de forma temporal todo o conteúdo.

Para analisar o *corpus*, usamos uma estratégia de Análise de Conteúdo de natureza quanti-qualitativa. De acordo com Herscovitz (2007, p.126), “a integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito”. O arranjo da análise nos permite entender todas as informações que compõem o material colhido, desde o conteúdo subjacente no texto, quanto o sobre os temas e as vozes presentes no conteúdo analisado.

Por sua vez, Bardin (2009, p. 44) explica que o método da Análise do Conteúdo nos permite identificar os conceitos por trás da mensagem dos textos:

É o trabalhar a palavra e as significações que diferencia a análise de conteúdo da linguística, embora a distinção fundamental resida noutro lado. A linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens.

Os métodos quantitativo e qualitativo, embutidos na técnica, agem em áreas diferentes, de forma complementar. Enquanto a primeira opção obtém dados através de um método de estatísticas que observa a frequência com que o elemento de pesquisa aparece, o segundo “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses” (Bardin, 2009, p. 115).

Seguindo os pressupostos das autoras, construímos um livro de códigos composto de 9 variáveis de análise de conteúdo, para, de acordo com Herscovitz (2008, p. 123), “descrever o conteúdo explícito, podendo ser aplicada a outros meios de comunicação e tipos de conteúdo”. Descrevemos, abaixo, o nosso livro de códigos, no Quadro 1, com uma explicação para cada variável, composta, por sua vez, por categorias. O trabalho de elaboração de variáveis e categorias foi feito depois de uma exploração do material com base na bibliografia e nas perguntas de pesquisa. A análise da cobertura do passaporte vacinal em Mato Grosso, eixo da nossa pesquisa, girará da base de dados obtida com o livro de códigos. Para a criação das variáveis, escolhemos verificar tanto as escolhas editoriais de forma, olhando dados sobre as editoriais, os gêneros adotados e outros, como também as fontes, vozes e discursos mais relevantes na cobertura. Algumas variáveis tornam perceptível o que não costumamos verificar fora de um estudo como este, como o tamanho do texto ou a sistematização dos temas das

matérias, ou, ainda, a origem da matéria a partir de marcas de assinatura. Além de podermos estudar cada variável, como faremos, ainda podemos cruzar dados para irmos mais a fundo na análise.

Já na segunda etapa de elaboração das variáveis considerou a necessidade de averiguar vozes e os discursos presente na cobertura, com as variáveis “classificação das fontes”, “identificação do ator social de destaque”, “posicionamento da fonte principal na matéria” e “contraponto”. A partir desse conjunto de variáveis e de suas categorias, elaboradas a partir do estudo do corpus, apresentaremos os dados obtidos em gráficos e nuvens de palavras, para facilitar a compreensão e a comparação dos padrões de cobertura entre os jornais.

Quadro 1 - Variáveis para a análise dos jornais

Variável	Explicação	Codificação
ASPECTOS FORMAIS E EDITORIAIS		
Gênero jornalístico	Classifica a matéria quanto ao gênero jornalístico.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Entrevista 2. Notas 3. Notícias
Editoria	Classifica em qual editoria do jornal o conteúdo foi publicado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cidades/Cotidiano 2. Cultura 3. Economia 4. Entrelinhas/Fogo amigo 5. Esporte 6. Política 7. Judiciário 8. Entrevista da semana
Assinatura	Analisa a origem da informação, a partir da identificação da assinatura do repórter.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assinado 2. Não assinado 3. Outro veículo
Tema da matéria	A variável busca identificar qual o tema principal da matéria, considerando título, linha fina e lide.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Decisão judicial 2. Declaração 3. Decreto municipal 4. Esportes 5. Eventos e festas 6. Manifestação 7. Projeto de lei 8. Passaporte 9. Economia

		10. Vacinação 11. Outros ⁵³
Tamanho do texto	Busca mostrar a visibilidade que o texto teve no jornal, com base no tamanho da matéria.	1. 1ª categoria: 1-3 parágrafos 2. 2ª categoria: 4-5 parágrafos 3. 3ª categoria: 6-9 parágrafos 4. 4ª categoria: 10-15 parágrafos 5. 5ª categoria: acima de 16 parágrafos
VOZES E DISCURSOS SOBRE O PASSAPORTE VACINAL		
Classificação das fontes	Identifica e classifica a fonte principal da matéria com base em grupos sociais específicos. Para a identificação, privilegia-se a fonte citada no título, linha fina e lide.	1. Ativistas 2. Ator político 3. Instituição de ensino 4. Membros do judiciário 5. Órgão do Poder Legislativo 6. Pessoas comuns 7. Poder Executivo 8. Setor esportivo 9. Setor econômico
	Identifica os atores sociais de destaque/fontes com base na posição social	1. Ativistas 2. Deputado 3. Empresário

⁵³ As codificações da variável “Tema da matéria” e suas explicações: Decisão judicial - foram classificados as matérias que falam sobre a ação dos órgãos de justiça sobre o passaporte vacinal; Declaração - classificação das matérias que carregam aspas de fontes nos títulos; Decreto municipal - implementação, edição ou recuo dos decretos municipais em Mato Grosso; Esportes - matérias que tratam sobre o avanço do passaporte no setor esportivo; Eventos e festas - foram classificadas matérias que informa sobre normas de festas e eventos; Manifestação - protestos ou manifestação pública de grupos contra o passaporte; Projeto de lei - matérias com foco na tramitação do passaporte vacinal no Legislativo e Executivo; Passaporte - matérias que tratam sobre a aplicação do passaporte vacinal, multas e fiscalização do em órgãos públicos e empresas; Economia - foram classificadas matérias sobre a reação do comércio sobre a implementação ou não do passaporte vacinal; Vacinação - matérias que falam sobre a campanha de vacinação ou a exigência dela; e Outros - materiais que entram na pesquisa por citar o passaporte vacinal, mas que não se encaixa em outras codificações.

Identificação do ator social de destaque	ocupada. O ator social predominante é o que está em evidência no título, chapéu, linha fina ou lead. Em casos de empate, o ator social que estiver no título é o que recebe maior destaque. Não se aplica a instituições.	<ol style="list-style-type: none"> 4. Governador 5. Prefeito 6. Procurador 7. Secretário (a) 8. Vereador (a)
Posicionamento da fonte principal na matéria	A variável classifica como a fonte principal da matéria se posiciona em relação ao passaporte vacinal.	<ol style="list-style-type: none"> 1. A favor 2. Contra 3. Não se aplica
Contraponto	Identifica se o jornal apresenta visão alternativa ao assunto abordado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sim 2. Não

Fonte: Elaboração da autora.

Utilizamos, de forma adicional, a ferramenta Voyant-Tools, que produz nuvens de palavras e destaca as mais utilizadas, para identificarmos os elementos que mais se repetem no corpus de trabalho. Para outras análises utilizamos gráficos como forma de demonstrar a diferença entre jornais. No capítulo seguinte, passamos à apresentação dos dados, de acordo com o desenho deste capítulo.

5. A COBERTURA DO PASSAPORTE VACINAL EM MATO GROSSO NOS JORNAIS *FOLHAMAX* E *MIDIANEWS*: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos os dados obtidos a partir das variáveis e categorias de análise de conteúdo formuladas para esta pesquisa. Faremos também o cruzamento de dados entre os resultados obtidos e apresentados na forma de gráficos e nuvens de palavras. A análise se divide em dois eixos: (i) aspectos formais e editoriais da cobertura, focado em questões relativas às opções editoriais dos jornais para apresentar o conteúdo relativo ao passaporte vacinal, a partir das variáveis “gênero jornalístico”, “editoria”, “assinatura”, “tema da matéria”, “tamanho do texto”; e (ii) discursos e vozes, que discute os atores sociais e a sua prevalência na discussão do passaporte vacinal, com um olhar também para alguns dos discursos mais presentes, através das variáveis “classificação das fontes”, “Identificação do ator social de destaque”, “Posicionamento da fonte principal na matéria” e “Contraponto”. Neste eixo, realizamos, ainda, análise de títulos das matérias, além de trazeremos exemplos de fragmentos textuais das matérias analisadas. Assim, a partir das escolhas editoriais feitas para encaminhar a cobertura, entenderemos como *FolhaMax* e *MidiaNews* deram visibilidade e discutiram o tema do passaporte vacinal em Mato Grosso no período entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022.

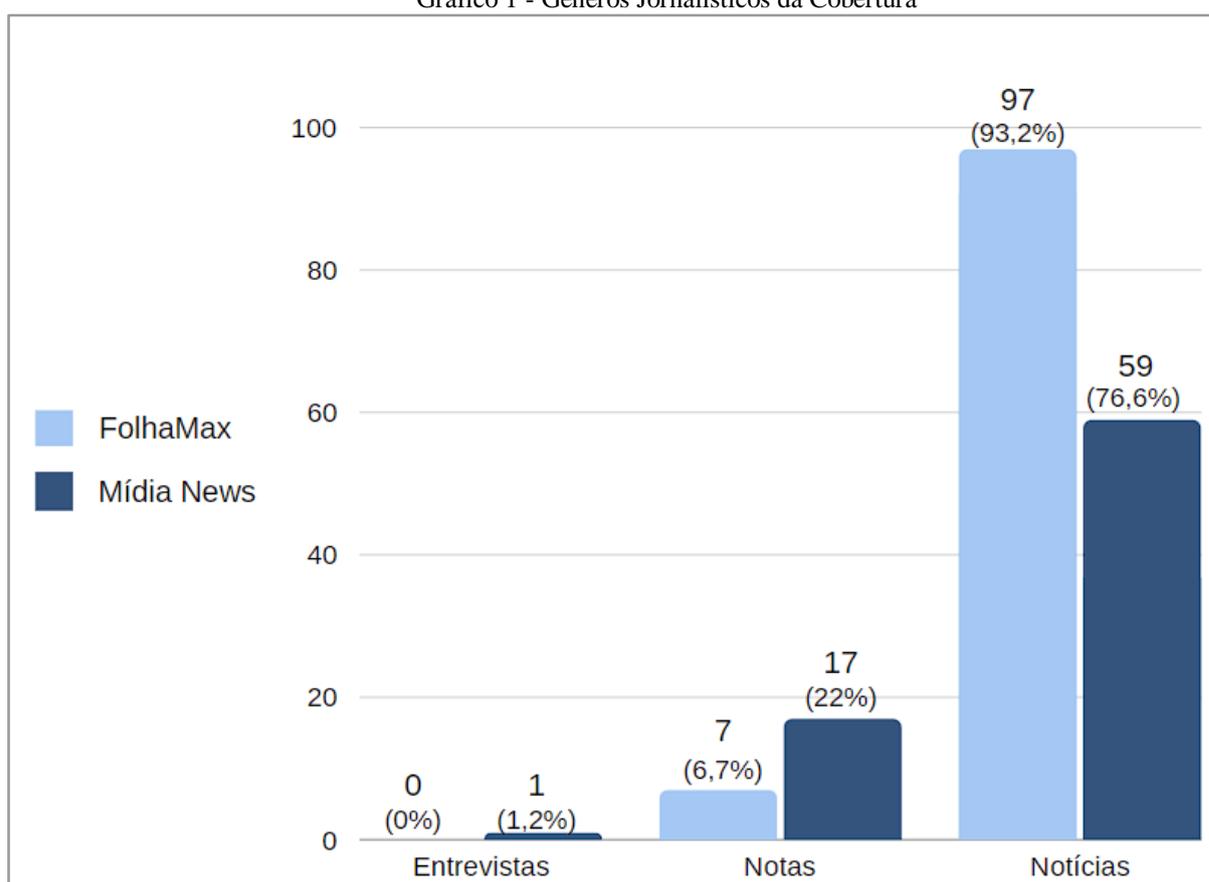
5.1 Aspectos formais e editoriais

Neste tópico, entenderemos, a partir de uma parte das variáveis, de que forma os conteúdos foram apresentados ao público e em qual contexto editorial eles se encontram na cobertura promovida pelos jornais *FolhaMax* e *MidiaNews*. Para isso, consideramos as variáveis “gênero jornalístico”, “editoria”, “assinatura”, “tema da matéria”, “tamanho do texto”. As variáveis mostram, além do contexto editorial, qual foi a visibilidade do debate durante a pandemia de Covid-19 em Mato Grosso na cobertura dos dois veículos. Para fins de apresentação dos dados, vamos priorizar, na discussão, aqueles mais expressivos, sempre que possível mencionando as 5 categorias mais recorrentes em cada variável.

Assim como dissemos anteriormente, de início, iremos discutir os gêneros jornalísticos mais usados pelos jornais para noticiar atualizações aos mato-grossenses acerca dos avanços da doença, decretos municipais e estaduais, medidas de contenção e vacinação, questões que surgiram nas matérias que tratam do passaporte, coletadas para este estudo.

Conforme mostra o Gráfico 1, observamos que todos os tipos de gêneros encontrados estão incluídos no grupo dos informativos, que são os mais usados, nos dois jornais, com destaque para notícias, notas e entrevistas. As notícias são os textos mais presentes nos jornais, com 97 ocorrências, dentre as 104 matérias publicadas no *FolhaMax*, e 59 no *MídiaNews*, dentre os 77 textos coletados do veículo. Isso representa um percentual de 93,20% e 76,60% do total de matérias da cobertura de ambos os jornais, respectivamente. No caso das notas, que são textos noticiosos mais curtos, geralmente de um parágrafo, também com a intenção de informar, *FolhaMax* tem 7 (6,70%), seguidas de 17 (22%) notas do *MídiaNews*.

Gráfico 1 - Gêneros Jornalísticos da Cobertura



Fonte: Elaboração da autora.

Um dado importante é que, de todas as notas colhidas nos dois veículos (24), 18 (o equivalente a 75%) trazem como fonte principal um ator político, o que pode indicar que a cobertura se concentra, em larga medida, na posição de figuras políticas. Voltaremos a essa questão adiante. Por último, as entrevistas — que são matérias extraídas de conversas entre fontes e jornalistas, publicadas com exclusividade ou não — foram pouco identificadas, com apenas um registro na cobertura do *MídiaNews*, que possui a editoria “Entrevista da semana”. Em resumo, os dados do Gráfico 1 mostram que, apesar de o jornal *FolhaMax* ter produzido

mais conteúdo que o *MidiaNews* no mesmo período, o segundo jornal conseguiu produzir mais notas jornalísticas e entrevistas que o *FolhaMax*.

No caso da ausência de entrevistas, é importante notar que esse gênero permite esclarecer dúvidas da população acerca da pandemia, quando a fonte a ser entrevistada se tratar de um profissional da saúde. O espaço dedicado às entrevistas supera o tamanho comum de notícias e notas jornalísticas, podendo ser muito útil para disseminação de maneiras corretas de proteção contra o vírus, quando um profissional comprometido com a ciência for o entrevistado. Na única entrevista publicada pelo *MidiaNews* no período, o entrevistado é o procurador-geral da Justiça de Mato Grosso, José Antônio Borges. Na entrevista intitulada “‘É irracionalidade; se AL aprovar o veto, entro com ação’, diz MPE”, o procurador se posiciona de forma contrária ao projeto que pretendia proibir a cobrança do passaporte em Mato Grosso. Ainda assim, a questão do passaporte é reduzida a uma simples polêmica, quando poderia ser enquadrada como medida de saúde pública. Da mesma forma ocorre na nota, publicada em 10 de dezembro de 2021, pelo *MidiaNews*: “Mendes evita entrar em polêmica da AL sobre passaporte da vacina”⁵⁴.

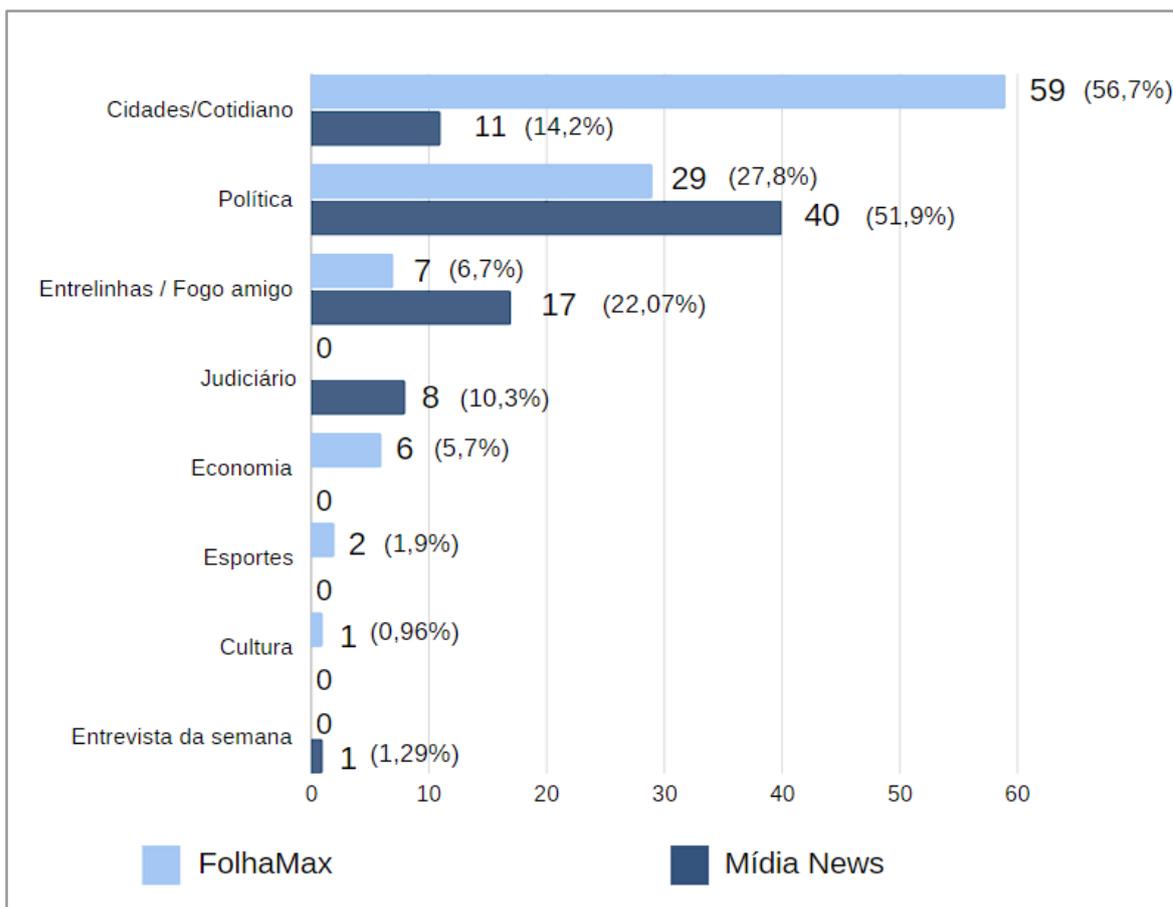
Assim, os dados recolhidos da variável “gênero jornalístico” sugerem uma cobertura centrada sobretudo no factual e no declaratório — ou seja, nos eventos imediatos, ou nas *hard news*, com foco nas declarações — e com pouca profundidade, uma vez que as notícias são normalmente constituídas por textos mais curtos, embora mais longos do que as notas breves. No entanto, uma análise mais aprofundada com dados de outras variáveis permitirá esclarecer melhor esta questão.

Passando à categoria “Editoria”, que analisa em quais editoriais os textos foram publicados, os dados do Gráfico 2 mostram que, no *FolhaMax*, a cobertura se concentrou muito na editoria de “Cidades/Cotidiano”⁵⁵ (56,70%), seguida pelas editorias de “Política” (27,80%), “Entrelinhas/ Fogo amigo” (6,70%) e “Economia” (5,70%). Já na cobertura do *MidiaNews*, a maioria das matérias, 51,9% do total, aparece na editoria de “Política”, seguida por editorias de “Entrelinhas/ Fogo amigo” (22,07%), “Cotidiano/Cidades” (14,40%) e a editoria “Judiciário” (10,30%).

Gráfico 2 -Principais editoriais nos dois jornais

⁵⁴Disponível em: <https://www.midianews.com.br/fogo-amigo/sem-comentarios/412749>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

⁵⁵ A editoria “Cidades/Cotidiano” é a junção de duas editorias que tem a finalidade de noticiar sobre informações e mudanças de municípios em Mato Grosso, mas com nomes diferentes. O “Cotidiano” pertence ao site *FolhaMax* e “Cidades” ao site *MidiaNews*.



Fonte: Elaboração da autora.

Os dados mostram que, apesar do peso da editoria de “Cotidiano” para o *FolhaMax*, os dois jornais deram ampla importância para a editoria de “Política”, o que reforça que a cobertura do passaporte vacinal se pautou por assuntos da política institucional. Apesar de os dois jornais mostrarem grande quantidade de materiais na editoria de “Política”, proporcionalmente, o *MidiaNews* demonstrou mais interesse no segmento. Além disso, os jornais fizeram a discussão apenas nas editorias já existentes e, como tal, nenhuma delas é focada especificamente no jornalismo de saúde, o que pode indicar que houve, da parte dos veículos, um tipo de normalização da situação de crise, ou seja, a crise foi tratada a partir dos padrões editoriais já existentes.

Isso é diferente do que discutimos no Capítulo 3, com base em Schiavo (2014), quando argumentamos que, para comunicar sobre saúde, seria preciso um espaço próprio, principalmente no contexto de uma crise sanitária, assim como fez o G1, portal de notícias da Globo, que criou a editoria especial de saúde apenas para cobrir a pandemia de Covid-19⁵⁶. A criação de uma editoria especial para a Covid-19 poderia esclarecer melhor os leitores sobre o

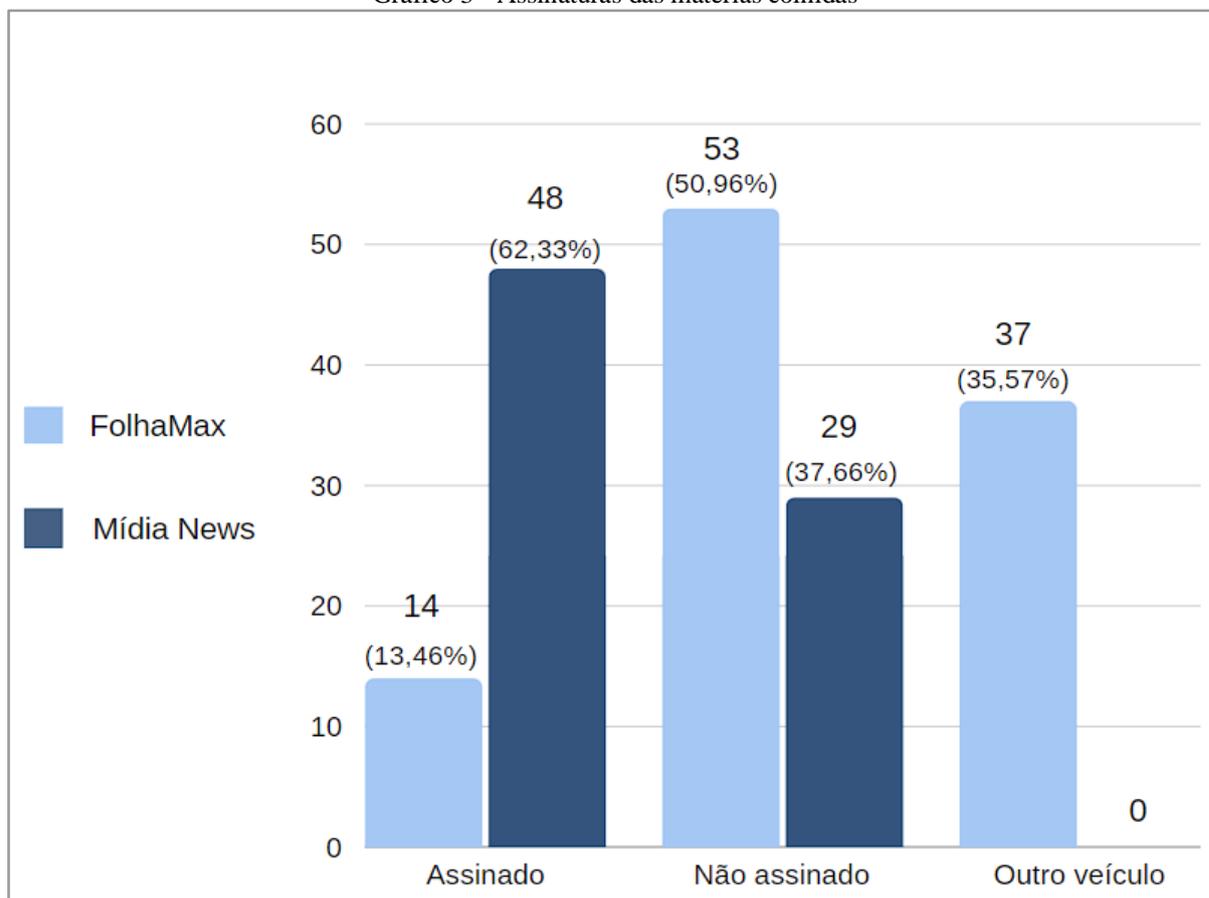
⁵⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

assunto, com a mobilização inclusive de fontes especializadas. Como lembra Schiavo (2014), uma cobertura necessária pode ajudar com informações de contenção que salvam vidas.

De outra parte, a concentração de matérias na editoria de “Política” leva novamente à compreensão que o assunto sobre a implementação do passaporte vacinal em Mato Grosso foi um assunto tratado como uma questão da política cotidiana, sobretudo se acrescentarmos o que saiu, como veremos, nos temas “Declarações” e “Projeto de lei”, que geralmente veiculam falas e opiniões de políticos sobre o assunto. Estes temas ocupam juntos 71% de todo o material colhido na editoria “Política” (69), o que nos mostra como as falas e o andamento do projeto de lei sobre o passaporte vacinal tiveram grande espaço na discussão do assunto no estado. Os dados sobre os temas são mais bem explicados adiante.

Passando à variável “Assinatura”, que identifica se o veículo produziu e assinou o material, observamos que há um grande número de conteúdos jornalísticos que não são assinados pelos jornais analisados, principalmente no *FolhaMax*, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Assinaturas das matérias colhidas



Fonte: Elaboração da autora.

Como se verifica, apesar de ter a maior quantidade dos materiais colhidos durante o período de análise, o *FolhaMax* assinou apenas 14 materiais jornalísticos, o que significa 13,46% da sua cobertura. 50,96% das matérias do *FolhaMax* não são assinadas, e 35,57% são textos reproduzidos de outros veículos. Muito diferente do que acontece no *MidiaNews*, onde a maioria das matérias (62,33%) possui assinatura, o que indica que o jornal produziu matérias efetivamente produzidas por seus jornalistas. As não assinadas equivalem a 37,66%. Não encontramos matérias reproduzidas de outros veículos no período.

Uma matéria assinada indica que ela foi produzida pelo jornal, embora as notas geralmente não apresentem assinatura. Já os conteúdos que não possuem assinaturas podem ser publicações de *releases* de políticos, do governo ou de instituições de saúde que visam divulgar algum posicionamento ou alguma ação durante a pandemia. Desdobrando mais a fundo as matérias não assinadas, identificamos que das 53 matérias não assinadas do *FolhaMax*, 81,13% são *releases* de assessorias de prefeituras municipais, órgãos de Justiça e políticos. Já no *MidiaNews*, das 29 matérias não assinadas (4) 13,79% são de *releases*. Para identificar os *releases*, pesquisamos trechos das matérias no Google e chegamos à fonte desses textos. Por outro lado, identificamos esses conteúdos também por meio da *tag* utilizada “Da redação”.

Das 53 matérias não assinadas do *FolhaMax*, 43 matérias podem ser claramente entendidas como *releases*. Mesmo que o jornal tenha acrescentado algumas informações, os textos possuem marcas características do gênero. A principal delas é que foram publicados, de forma igual, em outros veículos. Esta é uma prática muito comum nos jornais que noticiam assuntos em relação aos quais o *release* já chega pronto das assessorias. Trata-se de um problema, pois o jornalismo deveria apurar os fatos, ouvir os dois lados de uma história e buscar por fontes confiáveis antes de publicar uma matéria (Kovach; Rosenstiel, 2014), mas sabemos que essa prática está se perdendo e cada vez mais os jornais buscam por *releases*, como resultado de um processo de precarização, já observado em outros trabalhos (Cruz, 2022).

Como exemplo de matérias claramente identificadas como *releases*, destacamos duas notícias, uma de cada jornal. No *FolhaMax*, um exemplo é a matéria intitulada “Cidade de MT diminui restrições, mas exige ‘passaporte vacina’ no comércio”, veiculada em 27 de agosto de 2021 (Figura 1) e anteriormente publicada no site institucional da Prefeitura de Rondonópolis (Figura 2). A publicação no site do jornal tem aproximadamente 3h de diferença da publicação

feita pelo órgão municipal. O veículo alterou apenas o título e publicou o texto na íntegra. A mesma matéria foi publicada no site Gazeta Digital⁵⁷ e LeiAgora⁵⁸.

Figura 1- Print matéria *FolhaMax*⁵⁹



Fonte: *FolhaMax* (2021)

Figura 2- Print matéria na Prefeitura de Rondonópolis⁶⁰



Fonte: Prefeitura de Rondonópolis (2021)

Caso semelhante ocorre na cobertura do *MidiaNews*. Como vemos nas Figuras 3 e 4, a matéria foi produzida pela assessoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), e posteriormente, publicada no site do jornal. A mesma matéria do exemplo já foi reproduzida no Lex Editora⁶¹. No caso, houve uma pequena alteração no texto reproduzido pelo jornal, alterações essas que não mudam o sentido da matéria e que ainda deixa perceptível que se trata de um conteúdo reproduzido de releases.

Figura 3 - Print do release no *MidiaNews*⁶²

Figura 4 - Print da matéria no site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso⁶³

⁵⁷ Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/coronavirus/comrcio-de-rondonopolis-passa-a-exigir-a-carteira-de-vacao-contr-a-covid-19/665324>. Acesso em 19 de março de 2024.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.leiagora.com.br/noticia/105567/prefeitura-exige-cartao-de-vacinacao-para-moradores-entrarem-em-comercios>. Acesso em 19 de março de 2024.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.folhamax.com/cidades/cidade-de-mt-diminui-restricoes-mas-exige-passaporte-vacina-no-comercio/318157>. Acesso em 10 de maio de 2023.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/noticias/comite-aprova-ampliacao-do-horario-do-comercio-noturno-e-obrigatoriedade-da-carteira-de-vacinacao/>. Acesso em 19 de março de 2024.

⁶¹ Disponível em: <https://www.lex.com.br/tribunal-de-justica-declara-inconstitucional-lei-que-impede-exigencia-de-vacinacao-contr-a-covid-19/>. Acesso em 19 de março de 2024.

⁶² Disponível em: <https://www.midianews.com.br/judiciario/tj-derruba-lei-que-proibia-exigencia-de-comprovante-de-vacinacao/435614>. Acesso em 19 de março de 2023.

⁶³ Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/Noticias/72414#:~:text=O%20Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20de,do%20relator%2C%20desembargador%20Rui%20Ramos>. Acesso em 19 de março de 2024.

INCONSTITUCIONAL

14.12.2022 | 15h32 Tamanho do texto A- A+

TJ derruba lei que proibia exigência de comprovante de vacinação

Relator: regras constitucionais servem também para o exercício da racionalidade coletiva

Reprodução



Paciente é vacinado contra a Covid

O relator explicou que a as regras constitucionais não servem apenas para proteger a liberdade individual, mas também o exercício da racionalidade coletiva, isto é, da capacidade de coordenar as ações de forma eficiente.

Fonte: MidiaNews (2022)

Notícias

14.12.2022 11:15

Tribunal de Justiça declara inconstitucional lei que impede exigência de vacinação contra Covid-19

Compartilhe [Facebook](#) [Twitter](#) [LinkedIn](#) [WhatsApp](#) [Email](#)

Tamanho do texto: [A](#) [A](#) [A](#)

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) declarou inconstitucional a Lei Municipal nº 3.217, de 3 de março de 2022, que proíbe a exigência de apresentação de comprovante de vacinação contra a Covid-19 em Sorriso. A decisão do Órgão Especial foi por unanimidade ao acolher o voto do relator, desembargador Rui Ramos.

O projeto que levou à aprovação da lei traz expressa proibição aos poderes locais de "vincular a remuneração dos servidores públicos ou o acesso ao seu ambiente de trabalho à comprovação de vacinação contra a Covid-19".

O relator explicou que a as regras constitucionais não servem apenas para proteger a liberdade individual, mas também o exercício da racionalidade coletiva, isto é, da capacidade de coordenar as ações de forma eficiente.

"A emergência internacional, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, não implica nem muito menos autoriza a outorga de discricionariedade sem controle ou sem contrapesos típicos do Estado Democrático de Direito", afirmou.

Assim, foi ratificada a liminar que suspendeu os efeitos da lei e, no mérito, foi declarada a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.217/2022, de 3 de março de 2022, do Município de Sorriso.

Fonte: Tribunal de Justiça de Mato Grosso (2022)

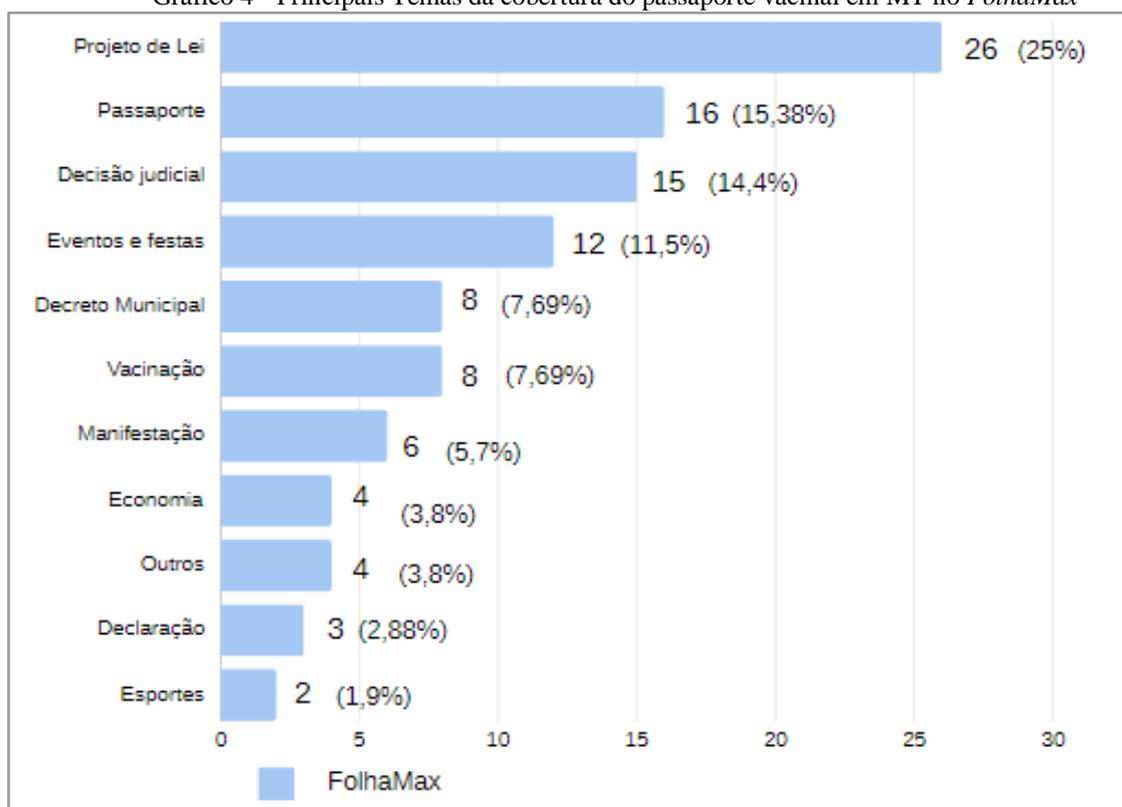
Esses dois exemplos ilustram a dependência dos *releases* pelos dois sites, com destaque para o *FolhaMax*. Como afirmamos antes, entendemos que isso é uma das características da precarização dos jornais, principalmente em contexto regional. É importante lembrar que os *releases* têm a intenção de promover alguém ou alguma coisa e que a reprodução do material sem outras checagens pode prejudicar a qualidade da informação (Marshall, 2001).

Além da grande quantidade de matérias não assinadas no *FolhaMax*, identificamos ainda, que, no jornal, além das publicações de *releases*, durante o período, foram republicados conteúdos de outros jornais de Cuiabá (35,57%). Identificamos, assim, a partir dos créditos nas matérias quais foram e de quantos jornais os conteúdos foram replicados. No *FolhaMax*, 21 conteúdos foram reproduzidos da Gazeta Digital, 12 conteúdos do G1 Mato Grosso, e 4 inteiramente reproduzidos da TV Centro América. Ainda sobre o mesmo jornal, ao observarmos as matérias da categoria "Assinadas", poderíamos concluir que o jornal praticamente não veiculou conteúdo autoral sobre o passaporte da vacina em MT. No recorte, identificamos apenas uma matéria assinada sobre o tema "Passaporte" e duas com o tema "Projeto de lei", temas que analisaremos a seguir. Com isso, o *FolhaMax* proporcionou uma cobertura com conteúdos repetidos, copiados de outros jornais e com a forte utilização de *releases*. Este comportamento do jornal nos faz pensar, novamente, acerca da precarização do jornalismo em Mato Grosso, como fizemos no Capítulo 3. A rapidez na produção faz com que os jornais se tornem portais destinados a postar conteúdo de outros veículos.

Apesar disso, os dados mostram que o jornal *MidiaNews* proporcionou mais conteúdos próprios aos leitores, tendo um baixo número de conteúdos não assinados (29, o equivalente a 37,66%); e mesmo com um menor número de materiais colhidos, ele é o jornal com mais materiais autorais (62,33%).

Passando à variável “Tema da matéria”, podemos afirmar que ela é uma das mais interessantes para entendermos as características da cobertura e como os jornais pautaram a discussão em torno do passaporte vacinal. Para esta variável, destacamos as cinco temáticas principais na cobertura de cada jornal. Como mostra o Gráfico 4, na cobertura do *FolhaMax*, os temas principais foram: Projeto de lei (25%), Passaporte (15,38%), Decisão judicial (14,40%) e Eventos e festas (11,50%).

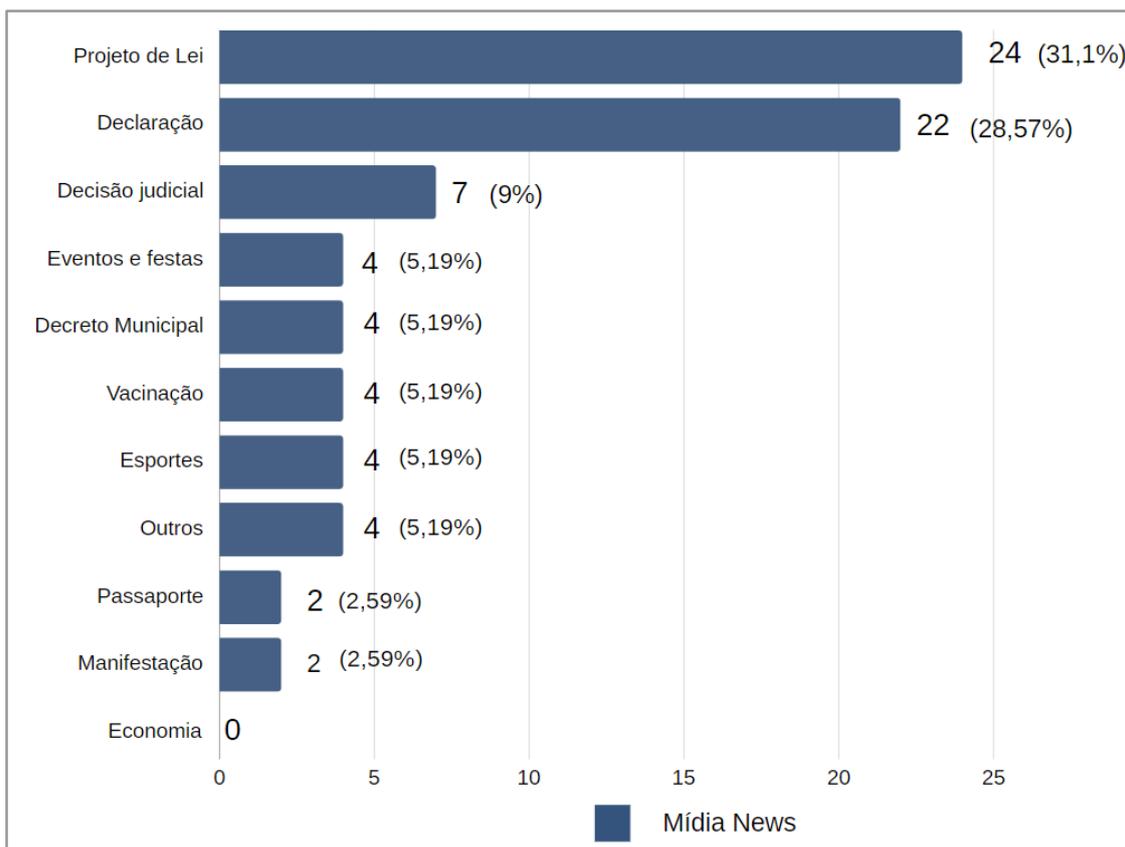
Gráfico 4 - Principais Temas da cobertura do passaporte vacinal em MT no *FolhaMax*



Fonte: Elaboração da autora.

Já no caso do *MidiaNews*, os temas principais são os seguintes, como mostra o Gráfico 5: Projeto de lei (31,10%), Declaração (28,57%) e Decisão judicial (9%).

Gráfico 5 - Principais Temas da cobertura do passaporte vacinal em MT no *MidiaNews*



Como podemos observar, em ambos os jornais, o tema mais recorrente é “Projetos de lei”, o que sugere, mais uma vez, uma cobertura muito concentrada na discussão da Assembleia Legislativa de MT. Como vimos no Capítulo 3, o passaporte vacinal foi objeto de várias iniciativas, desde pessoas pró-saúde a negacionistas, sendo, em Mato Grosso, uma das principais pautas no Legislativo durante a pandemia, por causa da tramitação dos projetos de leis que tinham como objetivo principalmente a proibição da medida. O projeto de lei foi, assim, o tema central da cobertura sobre o passaporte vacinal. Apesar de também ser um assunto de saúde, pouco se falou em vacinação junto ao tema do passaporte vacinal. Das matérias colhidas, apenas 8 (7,69%) correlacionam o tema do passaporte com a “Vacinação” no *FolhaMax*, e 4 (5,19%) no *MidiaNews*.

Abaixo, a Figura 5 apresenta alguns títulos de matérias dos dois jornais classificados na análise de conteúdo como referentes ao tema “Projeto de Lei”.

Na sequência, com recurso ao Voyant Tools, apresentamos uma nuvem de palavras feita com os títulos das matérias classificadas com o tema “Projeto de lei” nos dois jornais.

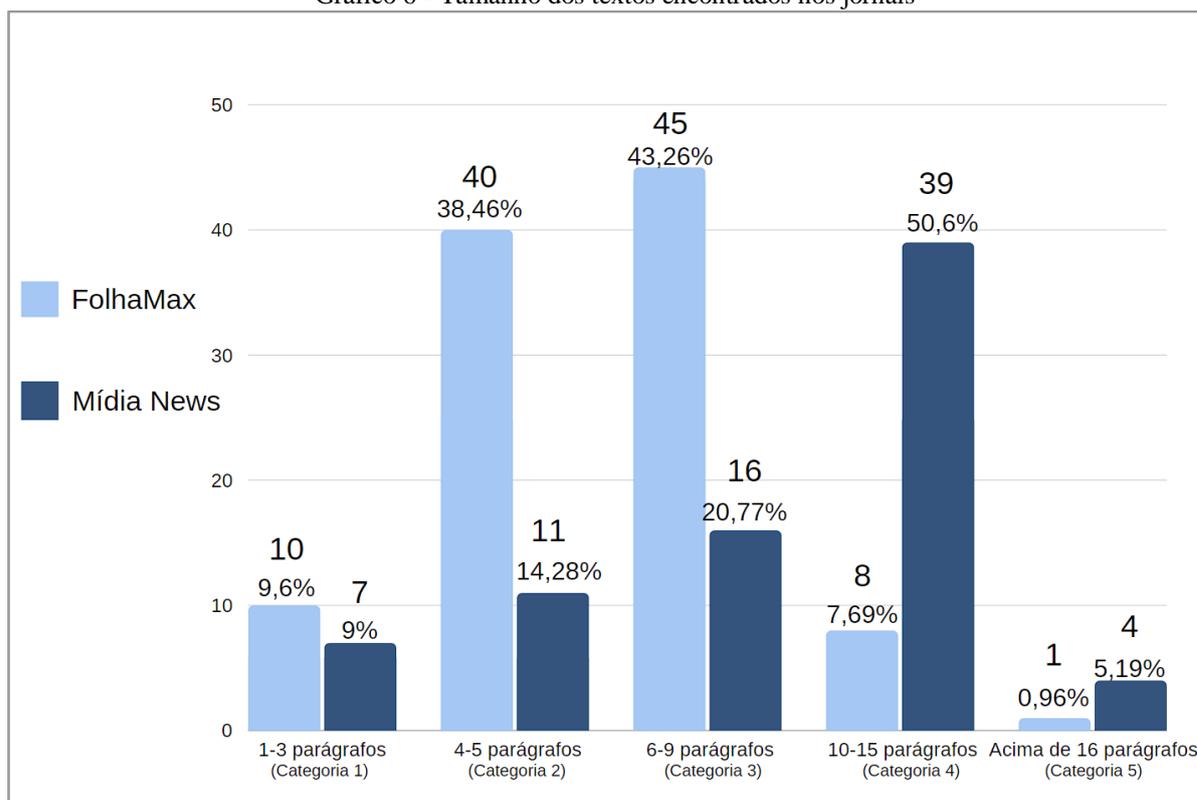
Figura 5 - Nuvem de palavras dos títulos de matérias do tema “Projeto de lei”, no *FolhaMax* e *MidiaNews*

decisões sobre abertura, fechamento e fiscalização acerca do passaporte aparecem com destaque no *FolhaMax*.

Com os dados relativos aos temas, podemos afirmar que o passaporte vacinal apareceu nos jornais como resultado de um trabalho legislativo e político e os conteúdos sobre as atualizações de outras medidas de contenção não tiveram a visibilidade que deveriam durante a pandemia de Covid-19. Os veículos se pautaram pela disputa entre a aprovação ou não da exigência do passaporte vacinal em Mato Grosso, pouco importando a discussão da sua pertinência.

Encerrando o primeiro eixo de análise, a variável “Tamanho do texto” ajuda a compreender a cobertura do passaporte vacinal em MT, ao verificar a extensão das matérias sobre a questão. Como mostra o Gráfico 6, no *FolhaMax*, 43,26% e 38,46%, ou seja, 81,72% do total dos textos, têm, respectivamente, entre 6-9 parágrafos e 4-5 parágrafos. Já no *MídiaNews*, 50,6% e 20,77%, isto é, 71,37% dos textos, têm, respectivamente, entre 10-15 parágrafos e 6-9 parágrafos. Observando os dados iniciais, podemos afirmar que os textos do *MídiaNews* são maiores do que os textos apresentados pelo *FolhaMax*.

Gráfico 6 - Tamanho dos textos encontrados nos jornais



Fonte: Elaboração da autora.

Identificamos que, no *FolhaMax*, as notícias que mais estão presentes na categoria de 6-9 parágrafos foram da editoria “Cidades/Cotidiano”, com 26 matérias. Para o *MidiaNews*, a quarta categoria, de “10-15 parágrafos”, foi em “Política”, com 30 conteúdos jornalísticos. Um dado encontrado do *FolhaMax* é que das 45 matérias da categoria mais presente no jornal, 6-9 parágrafos, 40 não foram assinadas ou foram reproduzidas de outros veículos, o que nos levanta a questão de que o padrão de escrita provém de outros jornais e de releases, não sendo o do jornal. Para compreendermos de fato o padrão do *FolhaMax*, separamos apenas os dados das matérias assinadas. Com isso, chegamos ao resultado de que, das 14 matérias assinadas, 6 estão enquadradas na categoria de 4-5 parágrafos, sendo, portanto, a maioria das matérias autorais.

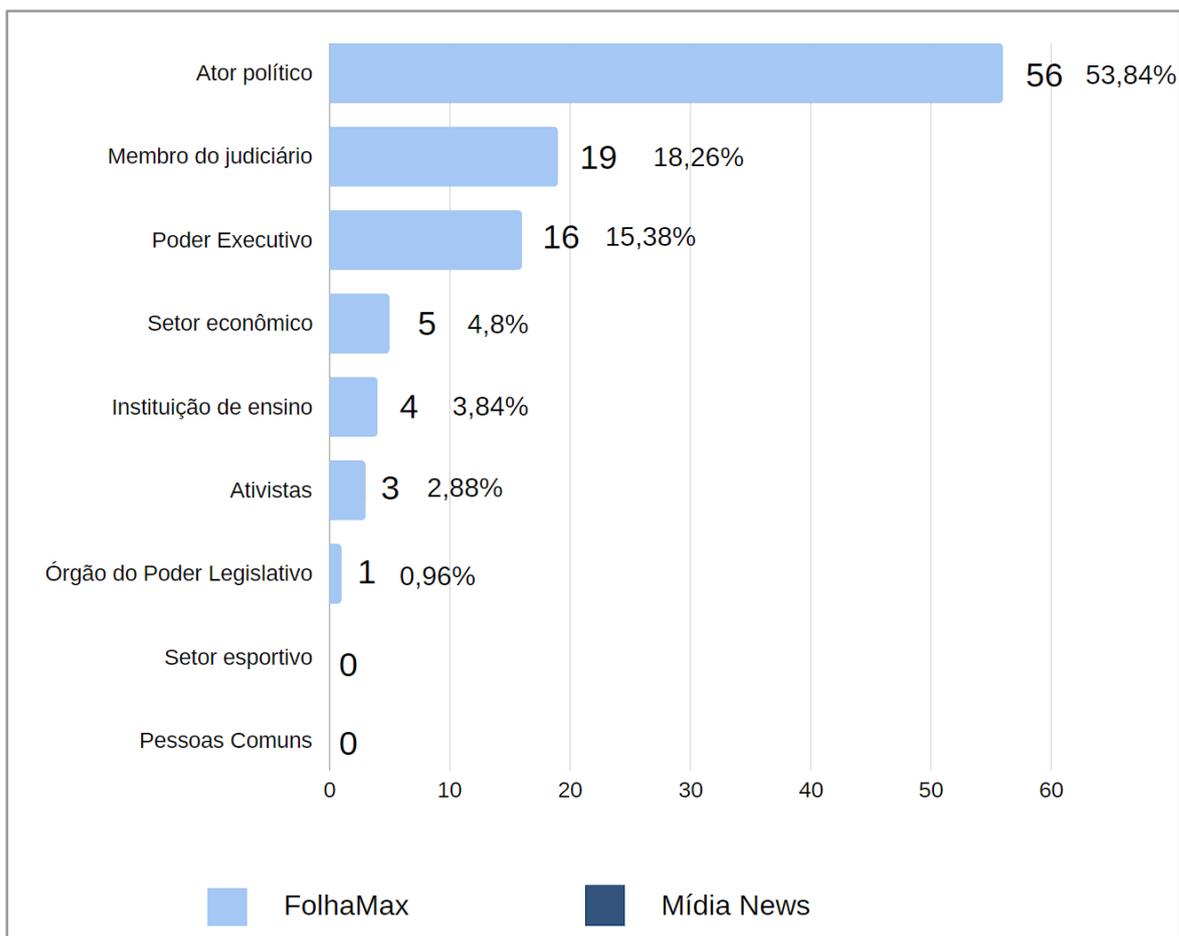
Já na categoria das notícias que, em tese, mais aprofundaram o tema, a categoria acima de 16 parágrafos, o *FolhaMax* publicou apenas 1 (0,96%) conteúdo e o *MidiaNews* 4 (5,19%). Destes do *MidiaNews*, 1 trata do tema “Vacinação” e os outros 2 sobre “Passaporte”, sendo apenas 1 incluída na editoria de entrevista. Já no *FolhaMax*, o único material colhido é do tema “Passaporte”, ou seja, tem a ver com restrições adotadas por órgãos do estado, e a notícia foi reproduzida do G1.

5.2 Análise de discursos e vozes

Após o primeiro eixo de análise, discutimos, nesta parte do trabalho, os resultados das variáveis “classificação das fontes”, “identificação do ator social de destaque”, “posicionamento da fonte principal na matéria” e “contraponto”. Esses dados permitem entender os discursos e vozes predominantes na discussão do passaporte vacinal em Mato Grosso na cobertura dos dois jornais estudados. Se, no eixo anterior, tivemos a confirmação de que o assunto foi muito politizado, tratado como questão legislativa, neste, podemos entender quais políticos mais se destacaram na discussão.

Indo à variável “classificação das fontes”, que analisa as principais fontes das matérias, organizadas em grupos relativos a sua posição social, verificamos que quase não há diferenças nos grupos priorizados pelos dois jornais em suas coberturas. O Gráfico 7 mostra que o grupo mais presente na cobertura feita pelo *FolhaMax* foi o de Ator Político (53,84%), seguido de Membro do Judiciário (18,26%), Poder Executivo (15,38%) e Setor Econômico (4,80%).

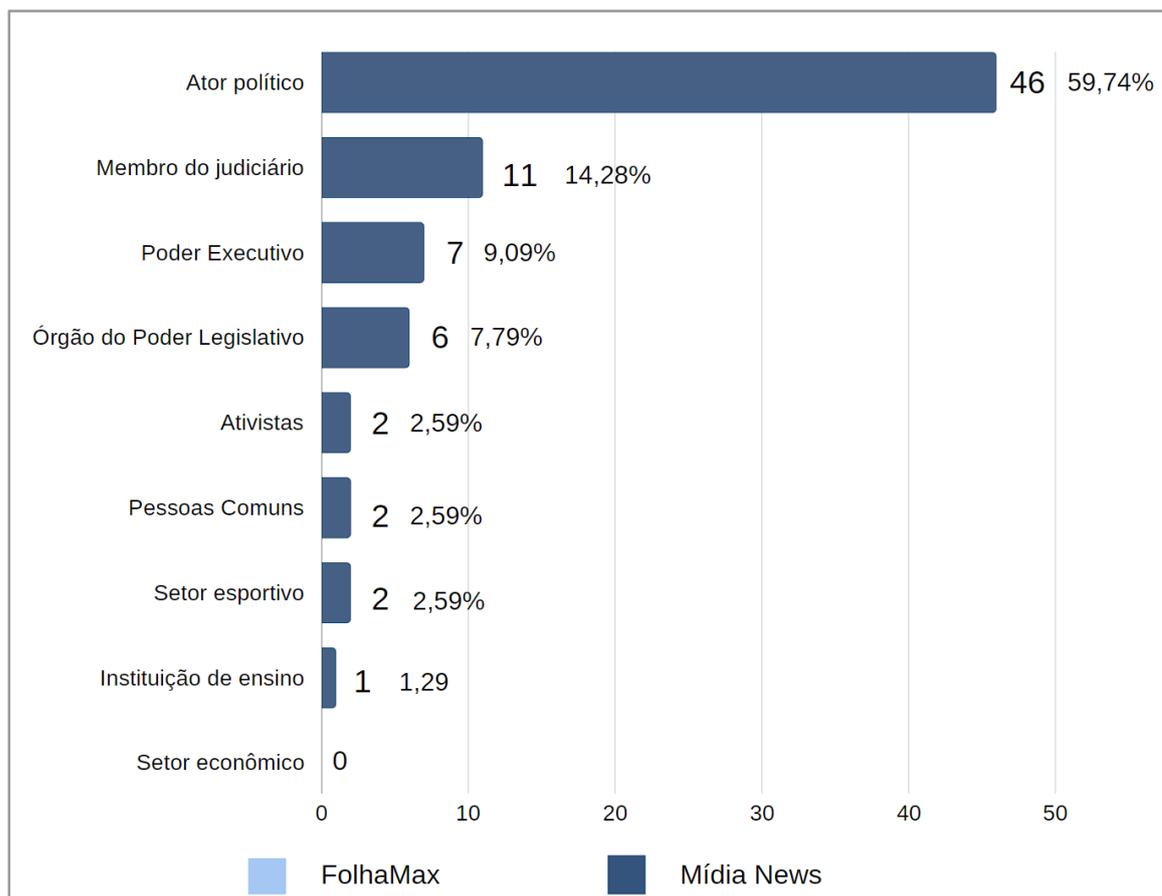
Gráfico 7 - Classificação das Fontes no *FolhaMax*



Fonte: Elaboração da autora.

De forma muito semelhante, na cobertura do *MídiaNews*, os grupos de fontes que mais se destacaram nas matérias, como mostra o Gráfico 8, foram: Ator Político (59,74%), Membro do Judiciário (14,28%), Poder Executivo (9,09%) e Órgão do Poder Legislativo (7,79%). Com essa classificação, observamos que, de fato, o debate sobre o passaporte vacinal foi pautado principalmente pelos atores da política mato-grossense nos dois jornais. A categoria de “Ator Político” é composta por figuras com cargos eletivos, como prefeitos, governador, vereadores e deputados. Em síntese, esses agentes foram fontes principais em mais de metade das matérias de ambos os veículos: no *FolhaMax*, 53,84% dos materiais jornalísticos apresentam algum ator político como fonte principal, enquanto no *MídiaNews* são 59,74%.

Gráfico 8 - Classificação das fontes *MídiaNews*



Fonte: Elaboração da autora.

Além de o assunto ter sido marcadamente pautado por figuras políticas, com nenhuma matéria apontando profissionais da saúde na condição de fonte principal, observamos também que a cobertura deu ênfase a fontes do judiciário de Mato Grosso, ainda que com incidência menor (18,26% no *FolhaMax* e 14,28% no *MídiaNews*). Isso se explica porque o passaporte vacinal foi palco de uma disputa sobre direitos e deveres dos cidadãos que chegou ao Judiciário. Enquanto uma parcela da população e grupos políticos defendiam o direito de decidir sobre a vacinação, outros pediam uma vacinação obrigatória. Os primeiros argumentavam que a exigência do passaporte feriria direitos individuais, na linha do que fazia o então presidente da República, Jair Bolsonaro; já os segundos davam ênfase ao direito coletivo da saúde, o que foi afirmado por diversas entidades de saúde pública.

De todo modo, como questão política, ou jurídica, o fato é que o tema não foi pautado como questão de saúde pública. Um exemplo é a matéria do *FolhaMax*, publicada em 22 de janeiro de 2022, intitulada “Grupo classifica passaporte sanitário como ‘ditadura’”⁶⁴ (Figura 6). Por outro lado, temos decisões da Justiça de Mato Grosso que derrubaram medidas que

⁶⁴Disponível em: <https://www.folhamax.com/cidades/grupo-classifica-passaporte-sanitario-como-ditadura/337145>. Acesso em 1 de junho de 2023.

impediam o veto ao passaporte, como mostrou o *MidiaNews* em “TJ barra lei que proíbe "passaporte da vacina" em cidade de MT”, publicada em 7 de fevereiro de 2022 (Figura 7)⁶⁵.

Figura 6 - Print matéria do *FolhaMax*

Cidades Sábado, 22 de Janeiro de 2022, 10h:41 | Atualizado: **PROTESTO NO CENTRO**
Grupo classifica passaporte sanitário como "ditadura"

Da Redação Compartilhar

autor do projeto de lei que proíbe a exigência do comprovante de vacinação contra a covid-19, em estabelecimentos de Mato Grosso, o deputado estadual Gilberto Cattani (PSL) participou, na manhã deste sábado (21), de uma manifestação popular a favor da proposta, que está tramitando na Assembleia Legislativa.

O ato aconteceu na Praça Ipiranga, na região central de Cuiabá e reuniu cerca de 60 pessoas, que se manifestaram contra o passaporte sanitário. "Foi um ato espontâneo, em que famílias vieram lutar pelo direito de liberdade", explicou a organizadora Josiany Simas.

Para Cattani, a manifestação mostra a vontade de uma grande parcela dos mato-grossenses, que defendem o direito de ir e vir. "O projeto foi aprovado em primeira votação, com o apoio popular na Assembleia e hoje vemos este ato espontâneo. Acredito que a matéria irá passar em segundo turno para ser encaminhada para a sanção do governador", afirmou.

O projeto tem o objetivo de proibir restrições a pessoas que não tiver em mãos o comprovante da vacina. A segunda votação na Assembleia Legislativa deve acontecer no mês de fevereiro.

Fonte: *FolhaMax* (2022)

Figura 7 - Print matéria do *MidiaNews*

PANDEMIA 07.02.2022 | 10h04 Tamanho do texto A+ A-
TJ barra lei que proíbe "passaporte da vacina" em cidade de MT
Decisão atendeu uma ação proposta pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges

THAIZA ASSUNÇÃO DA REDAÇÃO

O desembargador Rui Ramos determinou a suspensão da Lei Municipal 1.252/2021 de Matupá (684 km de Cuiabá), que proíbe a exigência do comprovante de vacinação, o chamado "passaporte da vacina" contra a Covid-19 na cidade.

A decisão, publicada nesta segunda-feira (7), atende uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ingressada pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges.

A norma havia sido aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Bruno Santos Mena (DEM), impedindo a exigência da carteira de vacinação como condição de acesso e frequência a locais e serviços públicos e privados.

Na ação, o procurador-geral argumentou que a lei extrapola a competência suplementar reconhecida aos Municípios (art. 30, inciso II, da Constituição Federal) no que diz respeito às medidas de restrição à liberdade adotadas no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Além disso, interfere indevidamente nas atribuições da Secretaria Municipal de Saúde, órgão do Executivo legitimado a disciplinar a questão envolvendo a tomada de ações de vigilância epidemiológica e sanitária de combate à Covid-19, violando o princípio da separação de poderes.

Fonte: *MidiaNews* (2022)

O terceiro grupo de fontes mais presente na cobertura dos dois jornais foi “Poder Executivo” (15,38% no *FolhaMax*, e 9,09% no *MidiaNews*), ou seja, quando a fonte principal é a prefeitura ou o governo, os quais aparecem, na cobertura, para anunciar ações, como decretos, ou o posicionamento de secretarias, como as de Saúde ou Educação.

Como vimos até aqui, não há especialistas ou médicos como fontes principais dos jornais. Como já referimos, por se tratar de um assunto de saúde, esperava-se que autoridades médicas aparecessem em destaque em alguma matéria para orientar o assunto, porém não foi o que aconteceu nos jornais. Pelo contrário, no *FolhaMax*, aparecem especialistas em saúde que falaram contra o passaporte vacinal em Mato Grosso, o que indica uma escolha editorial problemática por parte do veículo. Na matéria “Especialistas destacam que passaporte sanitário vai contra liberdades individuais” (Figura 8)⁶⁶, temos três fontes médicas que se posicionam contra a implementação da medida de contenção, sendo eles: Germano Alves, Maria Emilia Gadelha e Hermes Rodrigues Nery.

Figura 8 - Print matéria do *FolhaMax*

⁶⁵ Disponível em: <https://www.midianews.com.br/judiciario/tj-barra-lei-que-proibe-passaporte-da-vacina-em-cidade-de-mt/416260>. Acesso em 12 de junho de 2023.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.folhamax.com/cidades/especialistas-destacam-que-passaporte-sanitario-vai-contra-liberdades-individuais/325516>. Acesso em 10 de junho de 2023.

NOTÍCIA

Especialistas destacam que passaporte sanitário vai contra liberdades individuais

Da Redação

Compartilhar   

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou na tarde desta quinta-feira (21), na sala Sarita Baracat, uma audiência pública para debater o chamado "passaporte da vacina" contra a Covid-19 no estado. A reunião foi convocada e comandada pelo deputado estadual Faissal Calil (PV), e contou com a presença de diversos médicos e especialistas na área de saúde, além de diversos parlamentares, como Gilberto Cattani, Xuxu dal Molin e Ulysses Moraes, além do presidente da Associação Enchei-vos, Cristiano Costa.

Os participantes foram unânimes em destacar a importância de se respeitar as liberdades individuais dos cidadãos ao defender a não implantação do passaporte sanitário em Mato Grosso. Os médicos Dr. Germano Alves, Maria Emília Gadelha, além de Hermes Rodrigues Nery, especialista em bioética, destacaram que existem diversas lacunas no processo de desenvolvimento dos imunizantes que fazem com que algumas pessoas prefiram não se vacinar, decisão esta que não pode ser imposta pelo poder público.

O deputado explicou que o Projeto de Lei 780/2021 de autoria da deputada Janaina Riva (MDB), em si, visa a não obrigatoriedade do passaporte em relação ao comércio. Na sequência, o deputado Sebastião Rezende estendeu o veto do comprovante nos cultos religiosos. Por conta disso, Faissal propôs uma emenda para que ele também não seja obrigatório nos serviços públicos em geral. Agora o texto será votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois em segunda votação, no plenário da ALMT.

Fonte: *FolhaMax* (2021)

Dos médicos ouvidos na matéria, os dois últimos possuem aproximação com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Maria Emilia Gadelha foi a médica responsável por tratar a mãe do empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan e amigo íntimo de Bolsonaro, com ozonioterapia, terapia cuja eficácia jamais se comprovou, na Prevent Senior⁶⁷. A médica bolsonarista também é conhecida por posições públicas contra o passaporte e por disseminar informações falsas sobre a vacinação⁶⁸.

Já o médico Hermes Rodrigues Nery, também ouvido na matéria do *FolhaMax*, foi candidato a deputado federal pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)⁶⁹, mas não se elegeu. Professor Hermes Nery, como é conhecido, lidera protestos contra o aborto legal e critica o Supremo Tribunal Federal⁷⁰. Na matéria, destacamos os seguintes trechos:

A Doutora Maria Emilia Gadelha, afirmou, na audiência, que **o processo de análise na fase de testes dos imunizantes em animais foi feito de forma atropelada**, e pulou algumas etapas. “As indústrias farmacêuticas conseguiram uma isenção de irresponsabilidade e também pressionaram os governos para que cada cidadão que tivesse a vacina aplicada, assumisse o risco de qualquer efeito. **Os cidadãos estão recebendo apenas produtos experimentais, que eu sequer considero como**

⁶⁷Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/medica-bolsonarista-ozonioterapia-prevent-senior/>. Acesso em 20 de março de 2024.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/medica-falsas-alegacoes-vacina-covid-19/>. Acesso em 10 de junho de 2023.

⁶⁹Disponível em: <https://www.brasilsemaborto.org/vidaevoto/candidatos/prof-hermes-nerly/101>. Acesso em 20 de março de 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/05/sessao-do-dia-do-nascituro-tem-criticas-ao-stf-e-defesa-da-vida-desde-a-concepcao>. Acesso em 20 de março de 2024.

vacinas. São produtos injetáveis que estão causando uma série de problemas”, apontou (*FolhaMax*, 2021, grifos nossos).

Na sequência, o professor Hermes Nery pontuou **que governantes e a mídia aproveitaram-se para impor medidas de controle e uma nova engenharia social.** “A mídia adotou um roteiro de censura a quem quer que fosse contrário a estas medidas, muitas delas abusivas. **Não houve sequer um estudo clínico conclusivo,** por exemplo, do uso maciço de máscaras, mas o mundo todo a adotou, porque a mídia apontou que ela era necessária. Não se trata de controle da doença, mas sim de controle das pessoas. A instituição de um passaporte sanitário, nada mais é do que a vacinação forçada de uma população e a **porta de entrada de um totalitarismo global**”, destacou (*FolhaMax*, 2021, grifos nossos).

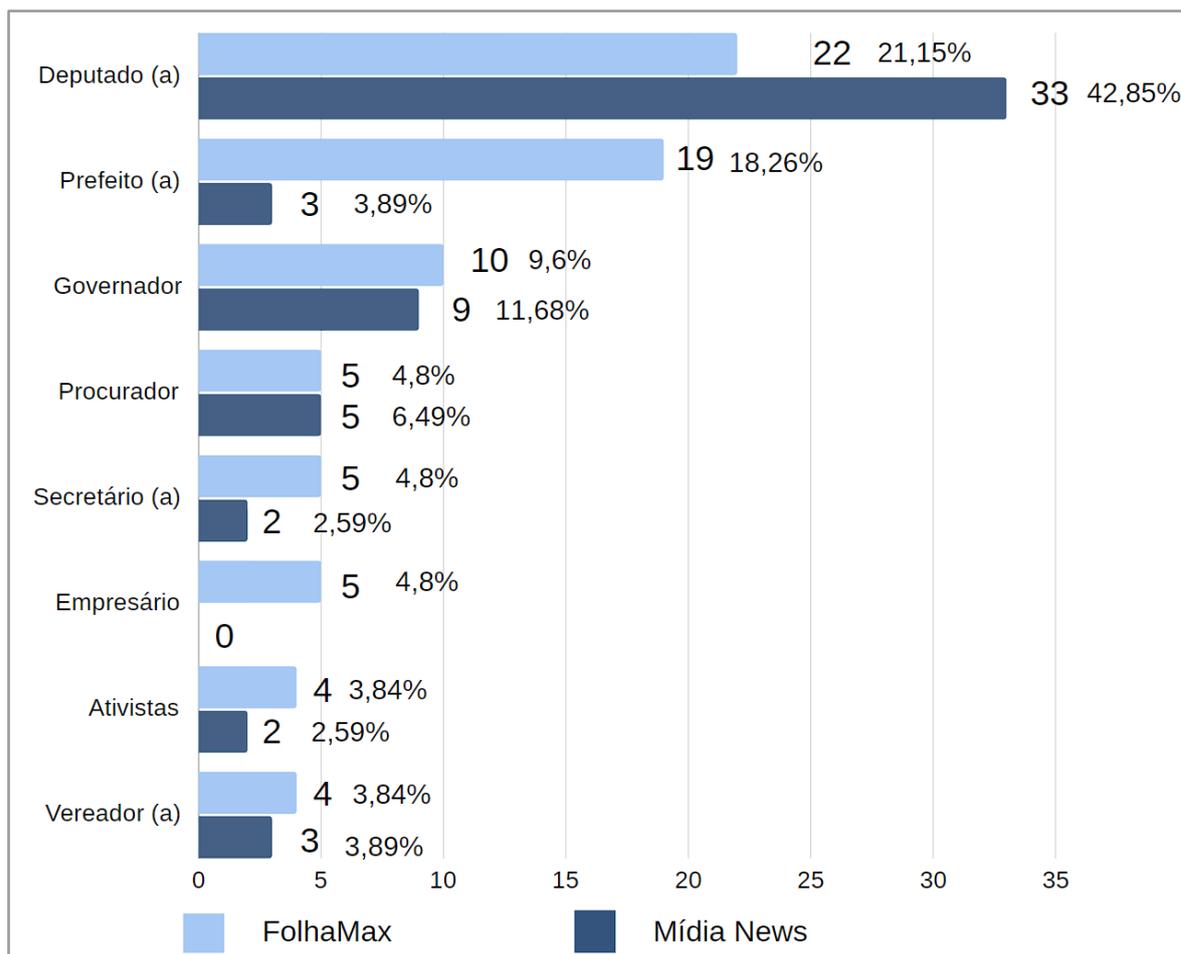
Opinião semelhante tem o médico Germano Alves. “É muito pertinente esse debate para que possamos impedir que as pessoas sejam consideradas como uma subclasse por não aceitarem se submeter a uma imunização ainda controversa. Estudei bastante o assunto e tivemos uma expertise muito grande tanto no tratamento da doença, quanto em suas consequências, o que inclui os efeitos da vacina”, afirmou (*FolhaMax*, 2021).

Apesar de os médicos reproduzirem um conjunto de afirmações sem amparo científico — muitas delas podendo ser classificadas como desinformação, como a afirmação de que as vacinas seriam “produtos experimentais” — a matéria não apresenta fontes que se contraponham a essa visão. Nenhum médico ou político aparece na matéria para se posicionar a favor do passaporte vacinal, tampouco o jornal se preocupa em refutar as afirmações com base no que instituições de saúde, a ANVISA e outros já diziam sobre a segurança das vacinas⁷¹. Com isso, o *FolhaMax* assumiu uma posição camuflada, mas também de difusor de desinformação, recorrendo a fontes de autoridade, no caso aquele grupo de médicos, para repercutir um discurso sem amparo na ciência. Situação semelhante ao que ocorreu nacionalmente, com o caso da hidroxicloroquina. Em estudo anterior, mostramos que, no Domingo Espetacular, da Record TV, deu-se espaço para que a médica e oncologista Nise Yamaguchi propagasse desinformação sobre o chamado “kit covid” durante a pandemia, propagando medicamentos sem eficácia (Araújo; Silva, 2023).

Depois de analisarmos as fontes como grupos, investigamos a função social das fontes de destaque nas matérias, identificando-as pelos cargos/posições que ocupam. Foi o que procurou identificar a variável “Identificação do ator social de destaque”. Conforme o Gráfico 9, na cobertura do *FolhaMax*, os atores sociais em destaque são: Deputado (21,15%), Prefeito (18,26%) e Governador (9,60%). Já no *MidiaNews*, destacam-se: Deputado (42,85%), Governador (11,68%) e Procurador (6,49%).

Gráfico 9 - Identificação do ator social de destaque

⁷¹ Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2023/icmra-publica-declaracao-sobre-seguranca-das-vacinas-contr-a-covid-19>. Acesso em 03 de abril de 2024.



Fonte: Elaboração da autora.

A partir desses dados, vemos que o passaporte foi pautado sobretudo pelos deputados estaduais, o que não mostra nenhuma surpresa. Como verificamos com a variável “Tema da matéria”, a temática principal foi “projeto de lei”, evidenciando que a cobertura privilegiou a discussão na Assembleia de MT. Em síntese, podemos afirmar, a partir dos dados, que os deputados foram as principais fontes da cobertura do passaporte vacinal em MT, porque a cobertura deu ênfase aos projetos de leis apresentados, como já explicamos no Capítulo 2, para barrar ou obrigar a exigência do passaporte vacinal. O que interessa reforçar é que, mesmo tendo dado visibilidade para os projetos de lei, a cobertura girou apenas em torno do factual, não tendo discutido os efeitos da medida com especialistas. Prefeitos e governador também tiveram destaque. Os demais atores, “Desembargador”, “Conselheiro”, “Coordenador de Saúde”, “Juiz”, “Pessoas comuns” e “Promotor” foram retirados do Gráfico 9 porque, juntos, alcançaram apenas 7,73% de todo o conteúdo colhido.

Durante a pandemia, cada município poderia decidir sozinho sobre as medidas de contenção a serem tomadas. Entretanto, os deputados fizeram da votação uma “batalha” de Lula x Bolsonaro, como enfatiza a matéria do *FolhaMax* “Discussão sobre exigência da vacina gera

embate 'Lula x Bolsonaro' na AL"⁷², publicada em 15 de dezembro de 2021. Devido à politização do assunto, estimulada pelo então presidente Bolsonaro, houve uma intensa discussão entre bolsonaristas e outros políticos em contextos regionais, como em MT. Na matéria citada, o deputado estadual Lúdio Cabral (PT) faz uma defesa da implementação do passaporte e da vacinação, e é rebatido pelo também parlamentar Xuxu Dal Molin (PSC). Este último afirma, em trecho reproduzido na matéria: “Nós protestamos com civilidade. Não saímos quebrando tudo. Lutamos pela nossa liberdade e o direito de escolha. Não somos o PT, que tirou da saúde para construir estádios e desviou o dinheiro dos estádios" (*FolhaMax*, 2021). A disputa política e ideológica que pautou o tema do passaporte e a própria pandemia nacionalmente, por força das atitudes da extrema direita, fez com que a saúde, questão principal, não fosse colocada em primeiro plano por muitos grupos. Essa matéria do *FolhaMax* é uma das poucas em que há uma disputa entre posições divergentes, mas, ainda assim, a questão virou só um tópico político. É importante referirmos, ainda, que alguns políticos reproduziram a visão negacionista de Bolsonaro e tiveram nos holofotes durante o final de 2021 e início de 2022, visando às Eleições de 2022.

Ainda sobre os atores sociais de destaque, o fato de, no *FolhaMax*, as categorias prefeito (18,26%) e governador (9,60%) surgirem como a segunda e a terceira principais se explica porque o site do jornal cobriu a ação de prefeituras, como Rondonópolis, que foi o primeiro município do estado a aderir ao passaporte vacinal. A cidade é governada por José Carlos do Pátio, então filiado ao Solidariedade, e hoje no Partido Socialista Brasileiro (PSB). No caso do governador, não houve muitas matérias, pois ele se limitava a comentar o assunto, afirmando ter sancionado a Lei nº11.685 para encerrar o assunto⁷³. Já no *MidiaNews*, o governador (11,68%) ficou em segundo lugar na categoria de fonte e a categoria procurador (6,49%) em terceiro. O procurador-geral do Estado ganhou visibilidade por causa da discussão sobre a inconstitucionalidade da decisão dos deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso de vetar o passaporte no estado.

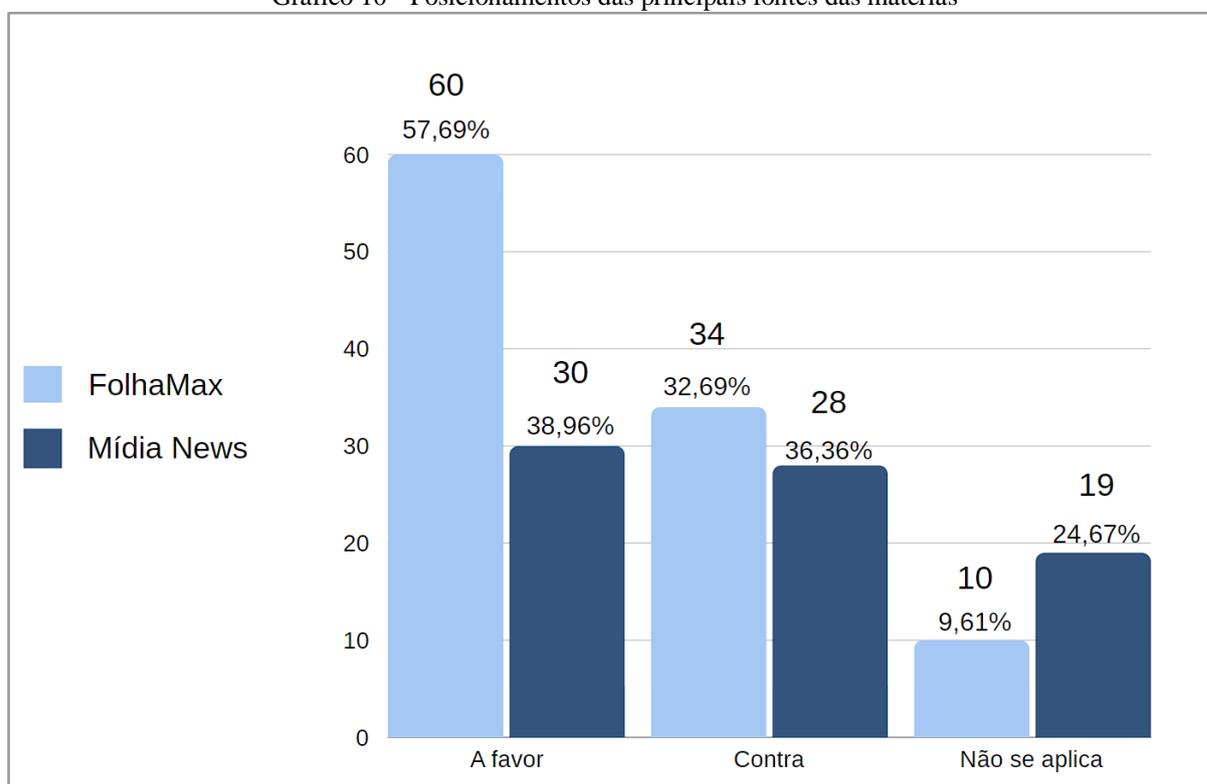
Após a identificação do ator social de destaques, na variável “Posicionamentos das principais fontes das matérias”, como mostra no gráfico 10, nos mostra sobre como foi o posicionamento do autor principal do conteúdo publicado. Neste gráfico, encontramos que 57,69% das matérias do *FolhaMax* são favoráveis ao passaporte vacinal, seguidos por 32,69%

⁷² Disponível em: <https://www.folhamax.com/politica/discussao-sobre-exigencia-da-vacina-gera-embate-lula-x-bolsonaro-na-al/332634>. Acesso em 02 de maio de 2023.

⁷³ Disponível em: <https://www.folhamax.com/politica/mm-alega-que-sancionou-veto-a-passaporte-da-vacina-para-justica-encerrar-logo-assunto/345280>. Acesso em 02 de maio de 2023.

contra. No *MidiaNews* as maiorias das matérias também são favoráveis ao passaporte vacinal, 38,96%, e seguido por 36,36% contra. Já a categoria “Não se aplica” é destinado às matérias que não mostram posicionamento sobre o passaporte vacinal, e nesta categoria foi encontrado no *FolhaMax* 9,61% e no 24,67% *MidiaNews*.

Gráfico 10 - Posicionamentos das principais fontes das matérias



Fonte: Elaboração da autora.

Após a identificação das fontes, passamos aos dados obtidos com os gráficos 3 e 10: “Assinatura” e “Posicionamento das principais fontes das matérias”. Em conjunto, as variáveis permitem examinar o posicionamento das fontes mais relevantes da cobertura em relação ao passaporte vacinal em MT e mapear de que lugar falam essas matérias.

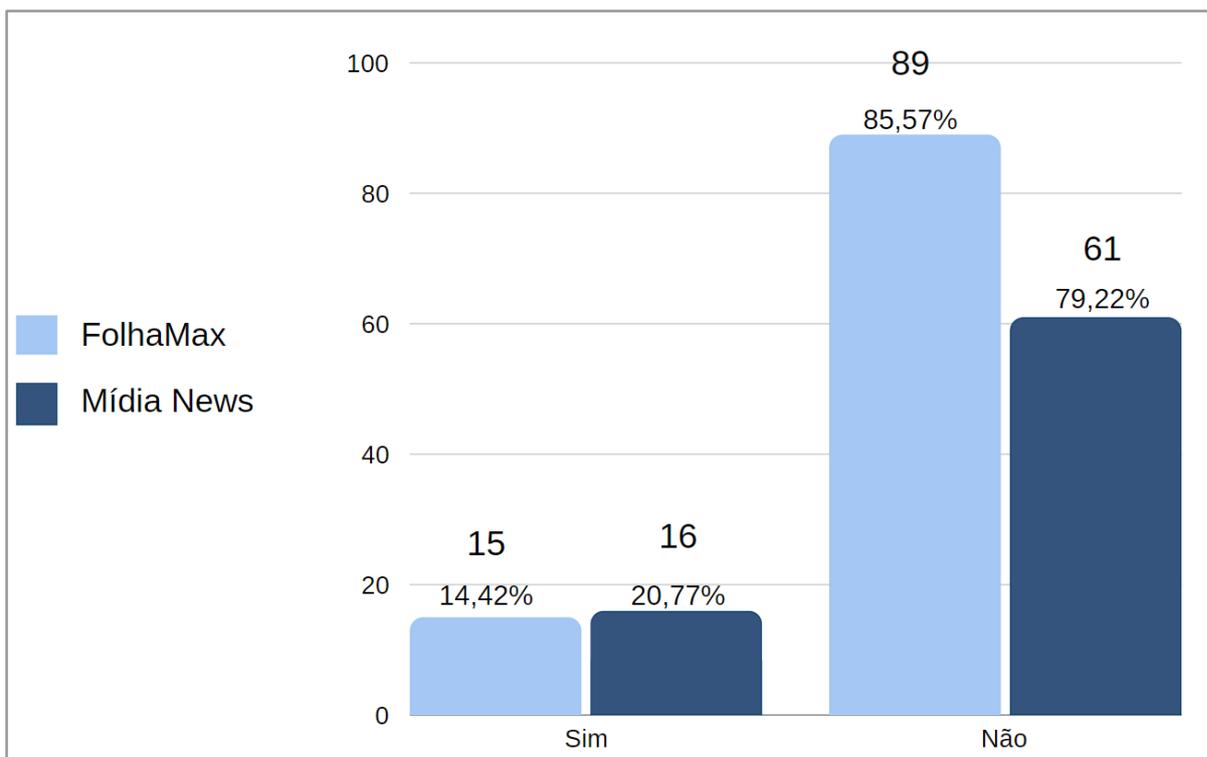
Ao analisarmos os dados dos no **Gráfico 3 e 10** identificamos o posicionamento a partir das assinaturas da matéria. Observando os dados dos gráficos identificamos que a maioria dos posicionamentos favoráveis ao passaporte do site *FolhaMax* (85%) não são de materiais autorais do jornal, desses 60 conteúdos encontrados na codificação “A favor” apenas 15% são assinados, sendo 85% de outros veículos ou fruto de release. Enquanto que dos posicionamentos contrários, dos 34 (32,69%) conteúdos encontrados apenas 8,8% são assinados pelos jornais. Já no *MidiaNews*, identificamos que 30% de todo o conteúdo com o posicionamento “A favor” não são assinados, sendo os outros 60% assinados. Sobre o posicionamento contrário ao

passaporte, identificamos que 38,28% das matérias que são “Contra” não são assinadas pelo jornal.

Com os resultados obtidos por este cruzamento de informações, podemos esclarecer que os conteúdos que compõem a maioria dos “A favor” no jornal *FolhaMax* não são assinados, sendo, possivelmente, fruto de releases. Já no *MidiaNews*, identificamos que parte dos conteúdos favoráveis ao passaporte também, possivelmente, são fruto de releases. Sobre os conteúdos contrários, no *FolhaMax* vimos que as informações se repetem, pois poucos conteúdos também foram assinados nesta codificação. No *MidiaNews*, a quantidade contrária ao passaporte vacinal sem assinatura também ocupa um valor significativo. Com isso, podemos afirmar que no *FolhaMax* os posicionamentos foram pautados por releases enquanto que no *MidiaNews*, apesar de ter matérias de releases elas não superaram 50% das codificações, tendo a cobertura menos influenciada por releases.

No **Gráfico 11** entenderemos se os jornais proporcionaram uma discussão equilibrada e se trouxeram pontos de vistas diferentes nas matérias produzidas ou reproduzidas, aliás reproduzir uma *release* também é uma escolha dos jornais. Iniciando a discussão, no jornal *FolhaMax* colhemos 15 (14,42%) conteúdos jornalísticos que apresentam contraponto e 89 (85,57%) não apresentaram outro posicionamento nas matérias colhidas. Já no *MidiaNews*, encontramos 16 (20,77%) materiais com contraponto e 61 (79,22%) sem um segundo posicionamento na matéria.

Como os dados mostram, os jornais não proporcionaram uma ampla discussão sobre o assunto, sendo a maioria sem os dois posicionamentos nas matérias. Aprofundando mais nas matérias com contrapontos, identificamos no *FolhaMax* que, das 15 matérias com contraponto, 46,66% possuem o posicionamento contra o passaporte vacinal e 46,66% possuem um posicionamento favorável, os outros 6,68% estão na codificação “Não se aplica”. Já no *MidiaNews*, das 16 matérias com contraponto, 62,5% possuem posição contrária ao passaporte, com apenas 1 a demonstrar lado favorável, os outros 31,25% estão na codificação “Não se aplica”. Os dados sugerem que o *FolhaMax* expôs posições contrárias em matérias favoráveis ao passaporte dando uma sensação de equilíbrio. Entretanto, em matérias favoráveis ao passaporte, o contraponto, na maioria, vem de fontes negacionistas, em algumas situações disseminadoras de desinformação, como na matéria “Justiça nega ação de comerciantes e mantém 'passaporte da vacina' em MT”, publicada no dia 31 de agosto de 2021.



Fonte: Elaboração da autora.

Já no *MidiaNews*, observamos que a maioria das matérias com contraponto (10) possui a fonte principal com o posicionamento contrário ao passaporte, tendo como fontes principais os autores dos projetos de lei que visavam impedir a cobrança, os deputados estaduais Janaína Riva (MDB) e Gilberto Cattani (PL). Como discutimos no Capítulo 3, para noticiar sobre saúde, é preciso ter fontes especializadas, e em nenhum dos contrapontos do site, isso foi feito, para desmentir ou ponderar as falas dos deputados. Semelhante ao que estamos analisando, Chagas e Cruz (2021), além de Araújo e Guazina (2024), mostram, em seus respectivos trabalhos, a existência de uma cobertura politizada da pandemia, em que a ciência perde espaço justamente por causa das fontes selecionadas pelos veículos. Já sobre as matérias colhidas sem contraponto, no *FolhaMax* (89) identificamos que 88,76% são reproduzidas de outros veículos ou não são assinadas. No *MidiaNews*, das 61 matérias colhidas sem contraponto 45,90% não são assinadas pelo jornal.

Na próxima parte, destinada às considerações finais, retomamos os principais achados da pesquisa, destacando o que mais importante encontramos para as perguntas de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a cobertura dos jornais online *FolhaMax* e *MidiaNews* acerca da cobertura do passaporte vacinal durante a crise sanitária de Covid-19 em Mato Grosso. Com os dados apresentados no capítulo anterior, a monografia apresenta uma contribuição para compreendermos como o jornalismo regional atuou na cobertura de um caso tão importante, com reflexões que nos levam a entender em que medida a politização nacional causada pelo negacionismo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro também se apresentou em contexto subnacional e qual o papel da mídia jornalística nesse processo. Partimos de duas questões de pesquisa: (i) De que forma os jornais informaram a população em relação ao passaporte de vacinação em Mato Grosso? e (ii) Que tipo de debate os jornais promoveram sobre o tema a partir das escolhas editoriais que fizeram ao longo da cobertura?

Para o estudo empírico, coletamos 104 matérias jornalísticas do *FolhaMax* e 77 do *MidiaNews*, todas com referência direta ao tópico “passaporte vacinal”, publicadas nos meses de janeiro, maio, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, e nos meses de janeiro, fevereiro, março e dezembro de 2022, quando a discussão sobre a medida foi realizada em Mato Grosso. O material foi analisado com base numa estratégia de Análise de Conteúdo de natureza quanti-qualitativa, a partir de um livro de códigos construído para a pesquisa e apresentado no capítulo metodológico. Dividimos a análise em duas partes, sendo a primeira destinada a analisar os aspectos formais e editoriais da cobertura, e a segunda voltada à análise dos discursos e vozes presentes mais proeminentes.

Com base nos dados da primeira etapa, destacamos alguns resultados mais relevantes. *FolhaMax* e *MidiaNews* deram bastante destaque à discussão do passaporte vacinal em Mato Grosso, mas o noticiaram como uma questão corriqueira, do jogo político diário. Isso pode ser visto de diversas formas nos dados, como mostrou a variável “tema”, segundo a qual os dois jornais deram ênfase principal ao tema “Projeto de lei”, ou seja, matérias que se limitavam a tratar do andamento das propostas na Assembleia Legislativa que tinham por objetivo vetar a cobrança do passaporte. Com isso, o jornalismo reduziu a discussão, perdendo a chance de tratar do tema como uma questão de saúde pública.

Por outro lado, os jornais tiveram uma cobertura sobretudo factual do assunto, o que se explica a quantidade de notas e notícias colhidas no período analisado, totalizando 86,18% de notícias. A cobertura factual, concentrada em *hard news*, ficou muito limitada a movimentações políticas, no Legislativo e nos Executivos do Estado, perdendo de vista uma discussão mais abrangente sobre a pertinência do assunto em termos de saúde coletiva. Isso ficou também

evidente ao percebermos que os jornais não dedicam um espaço exclusivo para o tema na sua relação com a pandemia de Covid-19. Ao contrário, recorreram a editoriais já existentes. Os dados mostram que a cobertura se concentrou nas editoriais de “Cidades/Cotidianos” e “Política”, o que indica um tipo de normalização da situação de crise. Diferentemente do que encontramos na análise, Schiavo (2014) recomenda que a cobertura de saúde tenha qualidade e profundidade, o que passa por destinar espaços editoriais exclusivos.

Essa normalização do absurdo, inclusive porque não se questionam os efeitos perversos de uma lei que impede a adoção de uma medida defendida por sanitaristas, acompanhada de uma discussão pouco aprofundada do tema, se aprofunda nas escolhas editoriais da cobertura. 86,53% das matérias que compuseram a cobertura do *FolhaMax* vieram da mera reprodução de releases e de materiais de outros jornais. O jornal construiu uma cobertura repetitiva e sem foco, com a reprodução de textos de assessorias do Judiciário, Executivo, Legislativo, setor econômico e políticos. Renunciando ao trabalho de mediação que é próprio do jornalismo, sobretudo em contexto de crise, o *FolhaMax* promoveu uma cobertura indireta, com maioria de releases e materiais reproduzidos de outros veículos, inclusive, textos com posições negacionistas e desinformação. Quando o jornal reproduz uma declaração que sabe ser desinformativa, ele também participa e atua como um agente de desinformação, tal como mostramos em outro estudo (Araújo; Soares, 2024).

O *MidiaNews* destoa nesse ponto, já investe em matérias autorais (62,33% do total), mas acaba promovendo uma cobertura predominantemente declaratória, sem discussões, confirmando uma tendência já notada no trabalho de Cruz (2022). Para termos uma noção, 28,57% dos materiais colhidos carregavam declarações nos títulos. Nos demais casos, parte significativa das matérias foi feita com a posição de uma única fonte, com pouca existência de contraditório. O problema, aqui, é que a maior parte das declarações veio de políticos, o que confirma, de novo, a noção de uma cobertura orientada pelo jogo político.

Tomados em conjunto, os dois jornais informaram os leitores de maneira repetitiva e declaratória, sem promover o devido questionamento das fontes, nem mesmo quando elas disseminavam negacionismo. Assim, em vários momentos, deixaram o público entender e lidar com o negacionismo disseminando em declarações, muitas veiculadas quando o passaporte vacinal estava sendo discutido na Assembleia Legislativa. Podemos afirmar que as duas coberturas refletem o momento que o jornalismo enfrenta, de precarização da profissão, que leva a uma predominância do jornalismo declaratório e a uma dependência das assessorias de imprensa (Cruz, 2022), não escapando nem mesmo o contexto pandêmico que vivemos.

Realmente, o tratamento do tema como questão do jogo político, como mera questão de posição política em face de uma questão de saúde pública também é visto no pouco espaço dado a fontes especializadas e à exposição dos contrapontos. Os dados mostram que, no *FolhaMax*, há um percentual maior de posicionamentos favoráveis (57,69%) ao passaporte do que o *MidiaNews* (38,96%). Todavia, em nenhum dos veículos, houve espaço de destaque para especialistas que defendessem o passaporte. As posições foram sobretudo de políticos. O *FolhaMax* até publicou uma matéria com fontes médicos, mas se tratavam de fontes conhecidas por deslegitimarem a vacinação e serem próximas, ideologicamente, do então presidente Bolsonaro. Esta foi outra uma face difícil da crise: a politização médica. Além disso, a falta de contraponto e a dependência por releases contribuíram para que o debate sobre o passaporte vacinal fosse prejudicado, já que conteúdos negacionistas foram publicados sem qualquer contestação. Os jornais publicaram matérias com posições distintas, mesmo negacionistas, para reforçar a ideia de isenção, tal como observado por Coelho et al. (2020), em outro estudo.

Diante do que foi exposto, este estudo corrobora os achados de outros trabalhos acerca da cobertura de temas relativos à pandemia, com o jornalismo abdicando sua função de mediação da discussão, para se transformar em meio puramente declaratório e que também dissemina desinformação de modo indireto (Chagas; Cruz, 2022) A partir deste contexto, a pesquisa contribui e conversa com estudos recentes em comunicação, política e saúde, além de debates sobre o populismo na pandemia, uma vez que é possível compreender como ocorreu a cobertura da pandemia numa esfera regional, com base em dois veículos importantes, em momento de disseminação de conteúdos fraudulentos por instituições que deveriam proteger a população.

Nossa reflexão permitiu, assim, refletir sobre as consequências de uma comunicação jornalística de saúde pouco profunda. Do ponto de vista social, o estudo trouxe, em nosso entendimento, contribuições para a conscientização sobre a cobertura de saúde e a própria cobertura política nos jornais em contexto regional, sobretudo em Mato Grosso. Como já dissemos, o trabalho do jornalismo de saúde se faz necessário, principalmente em momentos de crise sanitária.

A partir desta análise, compreendemos que outras pesquisas podem se desenvolver, ampliando os veículos analisados, mas focando-se agora também na investigação dos efeitos de uma cobertura com essas características em grupos da população. Apesar de essa questão nos acompanhar ela não fazia parte do recorte do trabalho. Também para pesquisas futuras, seria interessante analisar outros estados onde também se votou lei semelhante e onde Bolsonaro obteve grandes votações.

Como jovem pesquisadora de saúde e política, o trabalho me ensinou sobre a importância de uma cobertura de qualidade e equilibrada, principalmente na área de saúde, por se tratar de uma editoria que envolve a vida e o bem-estar coletivos. Erros na apuração e falta de compromisso com a ciência são capazes de prejudicar e afetar os leitores e as estratégias de combate às crises sanitárias de maneira muito severa. O jornalismo de hoje se encontra precarizado, é verdade, mas é preciso criar estratégias para valorizar ainda mais a apuração. Todo o processo de pesquisa também me ensinou sobre questões que, no dia a dia, não são perceptíveis, mas que as notícias que todos os dias produzimos, como jovens profissionais, também revelam, com efeitos que podem, talvez, levar as pessoas a concordarem com o negacionismo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raquel; ARAÚJO Inesita Soares. **A mídia em meio às ‘emergências’ do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde**. 2016.

AMAKU, Marcos; COVAS, Dimas Tadeu; COUTINHO, Francisco Bezerra; AZEVEDO, Raymundo Soares; MASSAD, Eduardo. Modelling the Impact of Delaying Vaccination Against SARS-CoV-2 Assuming Unlimited Vaccines Supply. **medRxiv (Cold Spring Harbor Laboratory)**, 23 fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2021.02.22.21252189v1.article-info>

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. 8ª edição. 2002.

ARAÚJO, Bruno; GUAZINA, Liziane. A comunicação populista de Jair Bolsonaro na televisão brasileira: uma análise dos telejornais da Globo e da Record durante a pandemia de COVID-19. **Revista Internacional de Comunicação**, [SI], v. 21 de fevereiro. 2024. ISSN 1932-8036. Disponível em: < <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/20452/4542> >. Data de acesso: 28 de fevereiro de 2024.

ARAÚJO, Bruno; SILVA, Bruna Cardoso Soares da. Enquadrando o populismo na pandemia: representações de Jair Bolsonaro na cobertura jornalística do Fantástico e do Domingo Espetacular. **Observatório (OBS*)**, v. 4, pág. 107-126, 2023.

ATHIAS, Arianne Brito Cal; GARZON, Larissa Lemos. A permanência da exigência do passaporte vacinal como política pública garantidora do direito fundamental à saúde pública. **Direito, Processo e Cidadania**, 2(1), 83–96. DOI: <https://doi.org/10.25247/2764-8907.2023.v2n1.p83-96>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BARSOTTI, Adriana. As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: Como a imprensa ampliou a desinformação sobre o meio ambiente. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 79-104, junho 2023.

BENETTI Machado, Marcia; MOREIRA, Fabiane. Jornalismo e informação de interesse público. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre nº 27, p.117-124, agosto 2005.

BRASIL. Senado Federal. CPI da Pandemia – Relatório Final. Brasília, DF: **Senado Federal**, 2021b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wyq0Lwe0a6mLRz1a4xKqdpjarIWTDXPj/view>

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COÊLHO, Tamires Ferreira; SALESSE, Marcos Vinícios Fagundes. Alterações em rotinas produtivas e indícios de precarização do trabalho jornalístico durante a pandemia de Covid-19. In: **Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR**. 2021.

COELHO, Tamires Ferreira et al. Mapeamentos iniciais do jornalismo digital independente em Mato Grosso: uma análise de autodescrições de sites. **Revista Alterjor**, v. 22, n. 2, p. 357-374, 2020.

CIRINO, José Antônio Ferreira; TUZZO, Simone Antoniaci. Comunicação e saúde: mídia como agente social de saúde. In: **Anais do 17º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. 2015. p. 4-6.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil, Texto para Discussão, No. 1950, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121649/1/797106340.pdf>

CHAGAS, L. J. V.; CRUZ, M. C. da. Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. **Sur le journalisme, About journalism**, Sobre jornalismo, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 108–123, 2022. DOI: 10.25200/SLJ.v11.n2.2022.494. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/494>. Acesso em: 16 setembro 2023.

CHAGAS, Luan; DA CRUZ, Marcio Camilo. **Nem tudo tem dois lados: a cobertura sobre a vacina no programa Os Pingos nos Is da Jovem Pan**. 2021.

CHAGAS, Luan José Vaz; CRUZ, Marcio Camilo da. Jornalismo declaratório e fontes oficiais. **Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo**, v. 11, n. 2, 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme Longo. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **Revista Famecos Mídia, Cultura e Tecnologia**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 484-503, maio 2014.

CREPALDI, Thiago Augusto Alindo Tomaz da Silva. **Estratégias de deslegitimação dos Atos Antidemocráticos de 8 de Janeiro na comunicação de deputados federais bolsonaristas de Mato Grosso no Instagram**. 2023. 82 f. Tese (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

CRESTANI, Laís Cristina Lins Bêrber. **Precarização Do Jornalismo**. 2016. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Departamento de Jornalismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CRUZ, Marcio Camilo da. **Características do Jornalismo Declaratório em Cuiabá Durante o Período Eleitoral: Uma Análise do Site Midianews**. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Poder, Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

DUARTE, Jorge; JUNIOR, W. C. F. Relacionamento Fonte/Jornalista. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2011, p. 341-355.

FERREIRA, Fernanda Vasques; VARÃO, Rafiza. Separação equivocada entre política e saúde: processos de desinformação e fake news de saúde na pandemia da Covid-19 no Brasil. **Fronteiras–Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 44-57, 2021.

MACIEL-LIMA, S. M. et al.. The impact that the influenza A (H1N1) pandemic had on news reporting in the state of Paraná, Brazil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 1, p. 273–291, janeiro de 2015.

MARSHALL, Leandro. **Jornalismo Transgênico**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIV., 2001, Campo Grande, 2001.

MOURA, Lívia de Lima, NETO, Mercedes e SOUZA-SANTOS, Reinaldo. Temporal trend of the dropout rate and vaccination coverage of the triple viral vaccine in Brazil, 2014-2021. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, n. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000300004.PT>>. ISSN 2237-9622.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Penso, 2012.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise**. 2019. 296 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PEREIRA, João Pedro Campos; BRAGA, Gabriele Maria; COSTA, Gabriela Araújo. Negligência à vacinação: o retorno do sarampo ao Brasil. **e-Scientia**, v. 12, n. 1, p. 1-5, 2019.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow. # VACHINA: Como os políticos ajudam a espalhar a desinformação sobre as vacinas COVID-19. **Revista de Pesquisa Social Digital**, v. 1, pág. 73-97, 2022.

RECUERO, R.; SOARES, F. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2127. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2127>. Acesso em: 19 fevereiro de 2024.

RECUERO, Raquel; VOLCAN, Taiane; JORGE, Franceli Couto. Os efeitos da pandemia de covid-19 no discurso antivacinação infantil no Facebook. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 859–882, 2022. DOI: 10.29397/reciis.v16i4.3404. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3404>. Acesso em: 4 março de 2024.

RENAULT, Letícia. O telejornal vai à guerra: **A cobertura da pandemia de coronavírus no Brasil sob ataques do governo**. In: EMERIM, Cárllinda; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, OLIVEIRA, F. H. de A. A apropriação de expressões policiais pela editoria policial do site Extra de Rondônia. 2018, 54f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, 2018.

RIBEIRO, V.; CAMPELO, F.; RODRIGUES, I.; MARMELO, M.; ROCHA, M. A assessoria de imprensa e as redes sociais: Estudo de caso sobre as mudanças no relacionamento fonte-jornalista e o processo de produção do press release. **Comunicação Pública**, Vol.10, n. 19, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.1077>. Acesso em: 15 setembro de 2023.

ROCHA, Lunna Farias. Análise da Cobertura Sobre a Pandemia de Covid-19 no Jornal Online O Globo. In: **I Simpósio de Comunicação, Cultura e Amazônia** - Manaus, 2021. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/simposio/trabalho/222990>>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

ROSA, André; TADEU, Vinicius. **Brasil encerra 2021 com 412.880 mortes no ano por Covid-19**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-encerra-2021-com-412-880-mortes-por-covid-19/> Acesso em: 02 novembro de 2023.

SILVA, Marcelli Alves; ARAÚJO, Bruno Bernardo; JACOMO, Thiago Cordeiro. Jornalismo e Redes Sociais Virtuais: a Cobertura do Incêndio da Boate Kiss pelo Portal de Notícias G1.com. **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 13, n. 2, p. 48-60, dezembro de 2014.

SILVA, Cláudio Marcos da. **A Precarização da Atividade Jornalística e o Avanço da Pejotização**. 2014. 2015 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SCHIAVO, Renata. Comunicação em saúde: da teoria à prática. Vol. 217 (Schiavo, R. (2014). **Health Communication**. From theory to practice (2nd ed.). San Francisco: Jossey-Bass.) <https://books.google.com.br/books?id=vSBAAQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.

SPONHOLZ, Liriam. **Aula inaugural do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás**. A problematização reacionária como desafio para o jornalismo. 29 de setembro de 2020. Live Canal do Youtube PUC Goiás. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5d2h0tgoWM&list=PLnygXqKtysYx2eSEaY1MDo-AwthJXhgLf&index=12&t=4005s>. Acesso em setembro de 2024.

TRAQUINA, N. (2005). **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular.

THIBES, André; NICOLETTI, Janara. Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho. In: **Anais do 15o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR**. São Paulo: ECA/USP, 2017.